

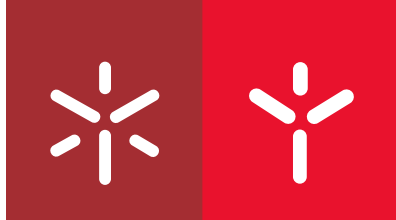


Universidade do Minho
Escola de Direito

Ana Paula Barbosa Severino

O Internamento em centro educativo e a internação em estabelecimento educacional: estudo comparativo entre as ordens jurídicas portuguesa e brasileira

outubro de 2014



Universidade do Minho

Escola de Direito

Ana Paula Barbosa Severino

**O Internamento em centro educativo e a
internação em estabelecimento educacional:
estudo comparativo entre as ordens jurídicas
portuguesa e brasileira**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e
Organização Judiciária)

Trabalho realizado sob a orientação do
**Professor Doutor Fernando Eduardo Batista
Conde Monteiro**

outubro de 2014

DECLARAÇÃO

| | |
|--------------------------------------|--|
| Nome | Ana Paula Barbosa Severino |
| Endereço Eletrónico | dranapaula2602@hotmail.com |
| Número de Identificação Civil | 87408SR00 |
| Título da Dissertação | Internamento em centro educativo e internação em estabelecimento educacional: estudo comparativo entre as ordens jurídicas portuguesa e brasileira |
| Orientador | Professor Doutor Fernando Eduardo Batista Conde Monteiro |
| Ano de Conclusão | 2014 |
| Designação do Mestrado | Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) |

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura:

“Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele” (Provérbios de Salomão, capítulo 22, versículo 6)

Agradecimentos

O percurso para a concretização desta investigação não foi solitário. Ao longo desse processo que culminou a realização de um sonho, família, amigos, instituições desempenharam um papel fundamental na realização desse trabalho. Dessa forma expresso todo o meu reconhecimento e gratidão a todos que partilharam esforços comigo, e cada qual à sua maneira, deixaram a sua participação.

A Deus, pelo dom da vida, e por ter-me dado a oportunidade de encarar um desafio de maneira tão esforçada e dedicada, posso dizer que dei o meu melhor.

À minha família, em especial meus pais, António José e Maria do Carmo pelo apoio e confiança dispensados, foi preciso muita compreensão e incentivo nos meus momentos de tensão e ausência, sempre com palavras de conforto, acreditando na minha capacidade de fazer valer os meus esforços, sem impor limites aos meus objectivos.

A toda a equipa profissional e adolescentes do Centro Educativo São Francisco de Assis (Governador Valadares- MG- Brasil), que de forma acolhedora disponibilizou-se a participar desse projecto, os ensinamentos partilhados foram essenciais.

Ao meu orientador Doutor Fernando Eduardo Batista Conde Monteiro, por ter colaborado com o seu conhecimento e permitido assim, o meu desenvolvimento em variadas dimensões.

Ao amigo Jorge Manuel Bernardes Ferreira pelo apoio incondicional, incentivo, paciência, por ter estado presente nos momentos que mais precisei durante todo o trajeto para a investigação e por ter contribuído verdadeiramente para este trabalho.

Às amigas académicas: Diana Cunha, Mónica Rosinhas e Cristiana Pacheco pelos ensinamentos, encorajamento, compreensão e incentivo durante todo o curso e pela partilha de momentos de diversão, trabalho, reflexão e de incertezas. Tenho a certeza que descobri verdadeiras amizades.

A todos, o meu profundo agradecimento!

Resumo

A presente investigação reporta-se à aplicação da medida tutelar de internamento em centro educativo, de forma a compará-la nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro. No decorrer do trabalho, abordamos a questão da criminalidade e delinquência juvenil como factores responsáveis por todo o trajecto que o jovem percorre. Por meios de comportamentos desviantes e em decorrência destes, são-lhe aplicadas medidas tutelares, sendo que aqui enfatizamos a medida de internamento em centro educativo, considerada a mais gravosa de todas as demais existentes.

Posto isso e considerando as opções metodológicas, importa salientar que foi realizado trabalho de campo no interior de centro educativo no Brasil, e através de entrevistas semi-estruturadas com acesso directo aos jovens em cumprimento da medida bem como com a equipa interdisciplinar (técnicos) daquele centro educativo. Dados estatísticos e pesquisa documental em Portugal representam os instrumentos de recolha de dados empíricos e seleccionados.

Destaca-se que, mediante esse contacto directo com a realidade de certa forma “carcerária” daqueles jovens, já que os mesmos estão privados do seu direito constitucional à liberdade, foi possível assinalar que, apesar de tratar-se de estudo comparativo, foi verossímil identificar semelhanças entre os dois divergentes países em muitos aspectos, porém congéneres no que diz respeito à origem dos problemas que envolvem crianças e jovens contornados à criminalidade, ao ponto de ter que ser-lhes aplicada medida tutelar de internamento, por intervenção do Estado. Acentua-se que a ausência de harmonia entre família, sociedade e Estado colabora para a ocorrência de factos qualificados como crimes praticados por crianças e jovens e consequentemente a aplicação de medida tutelar educativa.

Palavras- chave: internamento, centro educativo, Portugal, Brasil.

Summary

This research concerns the application of the safeguard measure admission to educational center, in order to compare it to systems Portuguese and Brazilian legal. During the work, we address the question crime and juvenile delinquency as factors responsible for the entire path that traverses the young. By means of deviant behavior and despite of that, are applied to them guardianship measures, and here emphasize the extent of admission in educational center, considered the most onerous of all existing too.

As said and considered the methodological options, it was noted that conducted fieldwork within educational center in Brazil, and through semi- structured interviews with direct access to young people in fulfillment of as well as interdisciplinary (technical) team that centers educational. Statistical and documentary research in Portugal represents the gathering instruments and selected empirical data.

It is noteworthy that, through this direct contact with reality in a way “Prison” of those young people, since they are deprived of their constitutional rights of freedom, it also was possible to note that, despite that it was comparative study was believable identify similarities between the two in many ways, but in different countries counterparts as regards source of problems involving children and young circumvented crime, to the point of having to be applied to them tutelary measure of internment, for State intervention. It is emphasized that the lack of harmony between family society and the state contributes to the occurrence of offenses of crimes committed by children and young people and consequently the application of measurement educational guardianship.

Key words: hospital, education center, Portugal, Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------------|---|
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| LTE | Lei Tutelar Educativa |
| UE | União Europeia |
| LPI | Lei de Protecção à Infância |
| DL | Decreto-Lei |
| OTM | Organização Tutelar de Menores |
| CRP | Constituição da República Portuguesa |
| CP | Código Penal |
| MP | Ministério Público |
| LPCJP | Lei de Protecção de Criança e Jovens em Perigo |
| CE | Centro Educativo |
| CF | Constituição Federal |
| MG | Minas Gerais |
| DGRSP | Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais |
| RI | Regulamento Interno |
| PIE | Projecto de Intervenção Educativa |
| PEP | Projecto Educativo Pessoal |
| SINASE | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo |
| SUASE | Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas |
| SEDS | Secretaria de Estado de Defesa Social |
| CNJ | Conselho Nacional de Justiça |
| Art | Artigo |
| IRS | Instituto de Reinserção Social |

| | |
|---------------|---|
| USA | Estados Unidos da América |
| PROERD | Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência |

ÍNDICE GERAL

| | |
|-----------------------|------|
| Agradecimentos | v |
| Resumo | vi |
| Summary | vii |
| Lista de Abreviaturas | viii |
| Introdução | 1 |

I PARTE

Enquadramento Conceptual e Teórico no Ordenamento Jurídico Português

| | |
|--|----|
| 1- Delinquência e Violência juvenis em Portugal | 4 |
| 2- A Origem dos Direitos dos Menores | 9 |
| 3- A Lei Tutelar Educativa | 11 |
| 4- As Medidas Cautelares | 15 |
| 5- A Medida Tutelar Educativa | 16 |
| 6- O Processo Tutelar Educativo e suas Fases | 19 |
| 6.1- Fase de Inquérito | 19 |
| 6.2- Fase Jurisdicional | 22 |
| 7- A Criança em perigo amparada pela Lei de Protecção à Infância | 26 |
| 8- Organização Tutelar de Menores | 28 |
| 9-Regime Penal Especial para jovens com idade compreendida entre os 16 e 21 anos | 30 |
| 10-Medida Tutelar Educativa de Internamento | 30 |
| 11-Intervenção Educativa | 34 |

II PARTE

Enquadramento Conceptual e Teórico no Ordenamento Jurídico Brasileiro

| | |
|--|----|
| 1- A Violência e as Medidas Socioeducativas no Brasil | 37 |
| 2- A procedência da Criança como Sujeito de Direitos | 39 |
| 3- A problemática do termo “Menor” | 42 |
| 4- O Conceito de Criança e Adolescente e seus direitos no Estatuto da Criança e do Adolescente | 43 |
| 5- Medidas Socioeducativas | 47 |
| 6- A natureza Jurídica das Medidas Socioeducativas | 48 |
| 7- Medida Socioeducativa de Internação | 49 |
| 8- Princípios Norteadores da aplicação da medida socioeducativa de internação | 51 |
| 8.1- Princípio da Brevidade | 51 |
| 8.2- Princípio da Excepcionalidade | 52 |
| 8.3- Princípio do Respeito à Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento | 52 |
| 9- A Inimputabilidade do Menor Infractor no Estatuto da Criança e do Adolescente | 52 |

III PARTE

Enquadramento Metodológico no Ordenamento Jurídico Português e Brasileiro

| | |
|--|----|
| 1- Caracterização geral dos Centros Educativos em Portugal | 56 |
| 2- Estudo realizado sobre a medida de internação de adolescente infractor no interior do Centro Educativo São Francisco de Assis- Brasil | 58 |
| Recolha de Informação: A Entrevista | |

| | |
|---|-----|
| 1- Entrevista com os Acautelados em cumprimento de medida de internação no Centro Educativo São Francisco de Assis | 66 |
| 2-Entrevista com a equipa interdisciplinar (técnicos) do Centro Educativo São Francisco de Assis | 74 |
| 3- Análise comparativa da Privação da Liberdade do jovem conflitante com a lei entre os ordenamentos jurídicos português e brasileiro | 90 |
| 4- Reflexões Finais | 99 |
| 5- Referências Bibliográficas | 101 |

ANEXOS

| | |
|--|-----|
| 1- Ofício à directora do Centro Educativo São Francisco de Assis | 108 |
| 2- Guião de Perguntas aos jovens em cumprimento de medida de internamento em centro Educativo São Francisco de Assis | 111 |
| 3- Guião de Perguntas aos técnicos no Centro Educativo São Francisco de Assis | 112 |
| 4- Ofício de solicitação para realização de pesquisa em CE de Santa Clara | 114 |
| 5- Ofício de solicitação para realização de pesquisa em Centro Educativo de Santa à DGRSP- Lisboa | 117 |
| 6- Resposta da solicitação para realização de pesquisa em CE de Santa Clara | 120 |
| 7- Reportagem- Notícia do Público- 31/07/2014 | 121 |

Introdução

Historicamente as crianças e os jovens foram relegados ao estado de objecto, sujeitando-se sempre à vontade dos adultos. Até o século XIX, não possuíam qualquer forma de tratamento especial de acordo com a sua fragilidade, por encontrarem-se em fase de desenvolvimento. Somente com o passar dos anos é que esses jovens conquistaram o respeito e valorização perante a sociedade e passaram a ser vistos como sujeitos de direitos e merecedores de protecção integral.

É de conhecimento geral que é cada vez mais constante e difuso a quantidade de factos qualificados pela lei como crime em virtude da prática de comportamentos desviantes de jovens no cotidiano, e com isso o crescimento da violência tornou-se um dos maiores desafios para o desenvolvimento de um país.

Esses cidadãos, que estão inseridos num contexto social repleto de transformações económicas, sociais, tecnológicas, políticas, entre outras, fazem parte de um grupo social mais frágil na sociedade, sendo naturalmente vulneráveis a toda essa mutação.

A investigação, a título de estudo comparativo entre os ordenamentos jurídicos português e brasileiro, tem o condão de acarear a medida tutelar de internamento em centro educativo naqueles países, objecto de estudo do presente trabalho, sendo que para isso é indispensável mencionar primordialmente o fenómeno da criminalidade, especificamente a delinquência juvenil, já que a referida medida é aplicada a jovens, associada à concepção de que é devido a esse fenómeno que temos como consequência final a necessidade de intercessão estatal para a aplicação de alguma medida tutelar na tentativa de conter esses comportamentos desviantes geradores da delinquência juvenil, que é um problema social que de certo aflige toda uma população mundial, e dessa forma adquire cada vez mais relevância social.

No decorrer do presente trabalho, será apresentada toda a legislação que tutela os direitos das crianças e dos jovens em Portugal e no Brasil. Mediante a investigação foi possível perceber que os adolescentes são extremamente amparados pela legislação; teoricamente, entretanto, por motivos alheios à vontade deles, na prática, têm seus direitos desrespeitados, e

por tal motivo, é que se verifica a prática de comportamentos desviantes, considerados delinquentes ao meio social.

O ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 no Brasil e a LTE- Lei Tutelar Educativa, Lei 166/99 em Portugal são as principais legislações que no geral têm como desígnio a protecção integral e a supremacia do interesse da criança/ adolescente/ jovem, e por orientação a essas normas é que o Estado intervém de forma a aplicar medidas socioeducativas (Brasil) e medidas tutelares educativas (Portugal) aos jovens com atitudes em desacordo com as normas vigentes.

A investigação de índole em parte qualitativa, recorreu ao método de trabalho de campo, com aproximação à verdadeira realidade dos procedimentos da medida tutelar de internamento em centro educativo aplicada aos jovens, e dessa forma foi possível identificar os motivos originários quando da inserção dos mesmos no mundo da criminalidade.

Em síntese, iremos apresentar países diferentes, com um índice de criminalidade totalmente divergente, entretanto possuem um problema social em comum, que neste caso é a delinquência juvenil, motivo ensejado de aplicação de medida tutelar de internamento que consequentemente é resultado de comportamentos desviantes dos jovens. Sendo assim, temos que ambos os países, cada qual com sua estrutura, possuem os mesmos problemas originários a essa circunstância.

I PARTE

Enquadramento Conceptual e Teórico no Ordenamento Jurídico Português

1- Delinquência e Violência juvenis em Portugal

Temos conhecimento de que, no geral, por toda a Europa, apercebe-se de um envelhecimento populacional bem como uma redução do número de jovens e adolescentes no país. Entretanto, a criminalidade juvenil, os comportamentos desviantes, ou seja, a violência em si, ainda continuam sendo considerados infortuitos sociais relevantes, levando em consideração a colisão ao nível das percepções sobre segurança.

Devemos partir do estudo sobre a delinquência, que surgiu no início do século XIX. Para adentrarmos na problemática em questão, devemos partir do conceito de delinquência juvenil bem como de comportamentos anti- sociais que envolvem crianças e jovens. Esses assuntos são merecedores de todo anteparo, já que estamos diante de uma temática muito complexa, e nos dias actuais, tornou-se tão aparente e concreta ao ponto de atemorizar as autoridades competentes e a sociedade em geral.

O nobre doutrinador Jorge Negreiros considera que o conceito de delinquência está agregado a uma maior imprecisão. Por isso, define-o tanto “*em função de critérios jurídico-penais- sendo delinquente o indivíduo que praticou actos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais* – como pode confundir-se “*com a definição de comportamento anti-social já descrita, assumindo, desse modo, uma muito maior amplitude*”.¹ “*(comportamento anti-social refere-se a uma vasta gama de actividades como actos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação de normas ou de expectativas socialmente estabelecidas)*”².

Anteriormente ao advento das novas leis tutelares educativas, quais sejam: Lei Tutelar Educativa, nº 166/99 de 14 de Setembro e a Lei dos Menores em Perigo, nº 147/99 de 1 de Setembro, que serão devidamente esclarecidas no decorrer do presente trabalho, os menores em perigo e os menores delinquentes eram tratados de forma igualitária, situação que modificou-se após a adoção das referidas legislações.

¹ NEGREIROS, Jorge, «Delinquências Juvenis» Lisboa, Notícias Editorial, Lisboa, 2001, p. 14.

² NEGREIROS, Jorge, « Delinquência Juvenis» Notícias Editorial, Lisboa, 2001, p. 12.

Quando nos deparamos com o assunto referente à delinquência juvenil, temos sempre que mentalizar que há uma forte ligação entre delinquência e idade. Só assim poderemos nos aperceber de forma mais precisa do fenómeno da delinquência juvenil, já que estamos perante uma relação evidente, pois a percentagem de delinquência diversifica-se conforme a idade.

Ressalta-se que, ao falar nessa temática, estaremos a abordar crimes praticados por adolescentes com idade entre os doze e dezesseis anos. É de nosso entendimento que a habilidade de autocontrolo não é trivial a todos os seres humanos, e em razão disso, compreendemos que aqueles adolescentes possuem por natureza, um compromisso menor em relação aos adultos, e assim, são dignos de peculiar cautela.

Os jovens e adolescentes hoje em dia não são mais os mesmos, ou seja, já não possuem as mesmas atitudes e comportamentos “inocentes” desde sua concepção, já que confiamos que uma criança nasce pura e inocente, e durante o seu desenvolvimento sob a vigilância de sua família, será educada e orientada até o momento de adentrar-se no mundo amadurecido. Devemos associar essas condutas à sociedade permissiva e liberal em que vivemos e em virtude disso são várias as dificuldades pelas quais nos deparamos.

Para constataremos a origem da delinquência juvenil é imprescindível conceituarmos o processo de socialização de um indivíduo. Há que deixar registado aqui que socialização é um processo continuado através do qual um cidadão aprende normas, valores culturais e comportamentos para estar inserido em meio a uma sociedade em geral. Portanto, a partir do momento que aquele indivíduo age desconforme aquela norma vigente, ele estará concretizando comportamentos anti-sociais, e por este motivo será visto perante a sociedade como “delinquente”, originando assim a temática em questão, isto é: delinquência juvenil, que diante do que ficou devidamente exposto, chegamos à conclusão que trata-se de uma elevação de comportamentos anti-sociais.

Alguns estudos revelam que os comportamentos delinquentes são mais triviais em população mais susceptível à sensação de frustração e de injustiça, pelo facto de nunca terem adquirido objectivos e oportunidades culturais.

Na realidade, entre os vários países existentes no mundo, a responsabilização criminal atribuída aos jovens são divergentes em relação à idade desses infantes.

Elucidar a concepção de delinquência juvenil requer demasiada discussão, pois é coberto de indefinições, que em momentos nos leva a conceituar determinados actos como delinquência, sendo que na verdade algumas atitudes são típicas de fases que envolvem a adolescência. Em um sentido mais extenso, a delinquência juvenil trata-se de todo comportamento tipificado como infracional ocorrido durante a infância e a adolescência.

Para qualquer interpelação à delinquência juvenil, é necessário averiguar todo o contexto social em que o jovem está introduzido, bem como os estorvos que ele teve que enfrentar em seu percurso de vida.

Conforme o exposto no decorrer do presente trabalho, o contexto familiar, levando em consideração que a família faz parte de um dos alicerces na formação moral, psíquica e intelectual de uma criança e de um adolescente, aparece como âmbito na problemática da delinquência juvenil. Portanto, havendo lugar a uma desestruturura familiar, ou seja, a um seio familiar instável, onde há baixo nível de instrução dos pais e ausência constante destes, são fatores que estão inteiramente ligados ao comportamento desviante de uma criança ou adolescente. É preciso ainda associar a escola, que surge para adequar direcções positivas na vida de um adolescente de forma a conduzi-lo aos princípios e valores da sociedade, sendo que esta também tem influência sobre os infantes, como, por exemplo, quando ocorre um insucesso escolar na vida de um menor. As companhias, grupos de colegas e amigos que os cercam também são factores consideráveis, que por muitas vezes desvendam a trajetória delinquente que aquele jovem decidiu seguir.

Em síntese, quando o itinerário de desenvolvimento da criança e do adolescente é interpelado pelo episódio da delinquência, podemos considerar que ocorreu insucesso por parte da comunidade, família e sociedade em geral na tentativa de socialização do menor.

Contudo, em virtude do fracasso da civilização para com a sociedade, devido a comportamentos desviantes, surgiu a conveniência de intervenção de outras instituições para o processo educativo dos jovens.

No tocante a estas instituições, incluem-se o sistema de justiça juvenil, o qual tem a finalidade de atender de forma articulada e eficiente a este fenómeno com o intuito de monitorar estes comportamentos.

A réplica à delinquência juvenil tem que estar atenta ao respeito e promoção pelos Direitos Humanos e os Direitos das Crianças, bem como suas necessidades educativas e de (re)inserção social, entretanto também deve corresponder aos interesses das vítimas e à tutela da sociedade. Esta intervenção de outras instituições deve possuir recursos que englobem a sociedade e o Estado.

A sociedade é amparada por diversos mecanismos para promover o respeito e a coerência com as regras contemporâneas. No Estado português, a intercessão do Estado referente aos menores tem sido afrontada com a discussão no tocante à escolha de um modelo apropriado de intervenção.

Na obra de Júlio Barbosa e Silva, *“Lei Tutelar Educativa Comentada”*,³ o mesmo faz menção à Winterdyk, o qual enumera os seis modelos de justiça abaixo discriminados com exemplos de Estados que podem ser representativos de tais tendências:

- O modelo de bem-estar ou de protecção (Bélgica, Bulgária, Polónia e Escandinávia): o Estado tem como objectivo ajudar o jovem e reabilitá-lo com medidas e intervenções educativas e onde outras formas de desvio e não só a delinquência são sancionadas (os chamados delitos de *status*);
- O modelo de justiça (Itália e Escandinávia), que tem como objectivo evitar a imposição de intervenções mais longas no interesse superior da criança; direitos processuais e salvaguardas são enfatizados, as sanções

³ SILVA, Júlio Barbosa e, «Lei Tutelar Educativa Comentada. No Âmbito das Principais Orientações Internacionais. Da Jurisprudência Nacional e Do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», Coimbra, Almedina, 2013, p. 27.

são de natureza determinada e proporcional e os advogados desempenham um papel dominante e preponderante;

- O participativo (Escócia e Japão), caracterizado pela informalidade e intervenção mínima, com educadores e agências comunitárias a desempenhar um papel fulcral;
- O de justiça modificada (Canadá, Holanda e Alemanha), onde a responsabilidade e protecção da sociedade reflectem uma aproximação legislativa e onde a responsabilização (accountability) mitigada e necessidades especiais de jovens infractores reflectem elementos de bem-estar e protecção;
- O de controlo do crime (Estados Unidos, Hungria) é definido pela ênfase no procedimento ou acção penal e constitui a abordagem mais punitiva, muito semelhante ao sistema de justiça dos adultos;
- O corporativo (Inglaterra e País de Gales) é definido mais claramente pela abordagem interinstitucional, onde especialistas na justiça juvenil decidem. Os países referidos têm *Youth Offending Teams*, constituídas por assistentes sociais, técnicos de reinserção social, políticas e agentes educadores que trabalham juntos a fim de encontrar e emitir respostas mais focadas e eficazes à delinquência juvenil.

A seguir a defrontação desses modelos, iniciou-se o desenvolvimento de um padrão alternativo que afirma que o sistema de justiça de menores deverá dar reconhecimento aos jovens de suas garantias constitucionais, penais e processuais dos adultos, aproximando-se dessa forma do modelo de justiça, além disso, favorecendo os aspectos positivos do modelo de protecção, principalmente no tocante ao carácter educativo. Portanto, é para este modelo que muitos dos Estados- membros da UE- União Europeia tem-se direccionado.

A criminalidade proveniente entre os jovens possui maior incidência na América Latina, e temos como exemplo o Brasil, que será objecto de estudo no segundo capítulo do presente trabalho.

Em Portugal essa temática não é inovadora, é cada vez mais preocupante, e por isso tornou-se um assunto que tem estado na ordem do dia, e, apesar de neste país europeu existir um baixo nível de criminalidade, porém ao analisar este fenómeno praticada por jovens na UE, considera-se que esta assinala-se pelo aumento do número de factos violentos praticados por jovens, pelo crescimento do número de práticas reincidentes, pela existência de grupos de jovens delinquentes um pouco por todos os Estados- membros, pela diminuição do nível etário dos jovens delinquentes, pelo aumento do número de jovens do sexo feminino envolvidos em práticas delituosas, pelo crescimento da gravidade dos actos de violência racial e xenófoba, pelo acentuar das ligações entre delinquência juvenil, consumo e tráfico de drogas, e criminalidade de adultos e pelo facto de muitos dos factos qualificados como crime cometidos por jovens terem como vítimas outros jovens.

No sistema jurídico português, é reconhecido à criança o direito a uma ajuda, protecção e assistência próprias, tanto por parte da comunidade, bem como por parte do Estado, uma vez que pelo facto de serem considerados pessoas com ausência de sensatez física e intelectual e por esse motivo não possuírem a capacidade de defenderem-se quando seus direitos são infringidos. Ademais, o benefício da criança justifica sempre uma intervenção judiciária quando um infante pratica actos que a lei penal considera ser crime, ou ainda quando a criança permanece em perigo para sua saúde, formação, segurança e educação.

Ao final, a LTE possui um aspeto prospectivo e acima de tudo responsabilizador, de forma a conscientizar os jovens de que aquele comportamento desviante por ele praticado, não é aceite pela sociedade, pois esta não autoriza atitudes que desobedeçam aos seus valores.

2- A Origem dos Direitos dos Menores

Com o passar dos anos, a atenção atribuída à infância aumentou de forma progressiva, sendo que no século XX houve a concretização da intercessão tutora do Estado no tocante aos menores.

A origem dos direitos dos menores e a verdadeira protecção judiciária dos infantes surgiu com maior força e expressão com o advento da LPI, aprovada pelo DL de 27 de maio de 1911, em que teve início a preocupação do Estado Português com as crianças, principalmente com aquelas que permanentemente se encontravam em circunstância de perigo/ risco. Foi assim instaurado um conjunto de normas de direito especiais para menores de forma a incorporar no sistema jurídico português os primeiros Tribunais de Menores, os quais eram chamados Tutorias de Infância.

No início, esse regime vigenciou apenas em Lisboa, e após aprovação da Lei 24 de Abril de 1912, também no Porto. A referida Lei de Protecção à Infância concentrava-se mais no adolescente infrator e na sua readequação em sociedade, e de forma secundária na infracção que o mesmo havia cometido.

Doravante, em 1962, ocorreu o advento do Decreto- Lei 314/78 de 27 de Outubro denominado OTM, através dos Decretos- Leis n.ºs 44287 e 44288 de 20 de Abril, onde a intercessão do Estado português era guiado por um modelo de protecção quanto às questões relacionadas às crianças e aos jovens.

Adiante, em 1978, a supramencionada Organização passou por uma revisão com o DL 374/78 de 27 de Agosto em que houve o fortalecimento do Estado, conferindo ao mesmo poder inacabável de intervenção pelo facto do menor necessitar de protecção. Com o aparecimento demasiado de críticas no tocante a este modelo, ocorrido na década de 1970, e devido ao facto de Portugal autenticar a “Convenção sobre o Direitos das Crianças”, a qual inovou a concepção do “interesse da criança”, entretanto com intervenção mínima do Estado, equacionou-se a conveniência de criação de um contemporâneo ordenamento jurídico que regulamentasse essa temática.

Neste ínterim, eclodiu-se a Lei 166/99 de 14 de Setembro que consagrou a LTE (como várias vezes referimos) que pretendeu ser um terceiro caminho para apropriar em si a salvaguarda dos direitos do menor.

Este modelo não se afasta do conceito de protecção, mas prioriza a regra da mínima intervenção possível e reivindica o respeito pelos direitos fundamentais do menor. Portanto, a vertente educativa e em segundo plano a punitiva têm maior probabilidade de fazer com que os jovens conflitantes com a lei apercebam-se de que os mesmos não

devem permanecer com atitudes ilícitas e tomem consciência dos valores basilares da vida em sociedade.

Assinalamos também, dentre os países europeus, a França que teve seu primeiro Tribunal de Menores criado por lei a 22 de julho de 1912 e a Espanha o primeiro Tribunal Tutelar para menor fundado a 8 de maio de 1920, consoante a conveniência da protecção de menores.

3- A Lei Tutelar Educativa

Em 27 de Julho de 2000, foi aprovada a “*Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2000*”⁴ que aprovou o Programa de Acção para entrada em vigor da Reforma de Direito de Menores, com o intuito de certificar a criação de condições jurídicas, técnicas, humanas e físicas que permitissem a integral aplicação. Sendo assim, foi aprovada a LTE, que promoveu a educação e inserção social de jovens que, tendo cometido factos qualificados pela lei como crime, tenham revelado necessidade de uma intervenção tutelar, e prosseguindo deste modo esta lei o objectivo de prevenção da delinquência juvenil e de protecção da sociedade.

A LTE embora aprovada pela lei 166/99 de 14 de Setembro, não entrou em vigor imediatamente, sendo que a sua vigência estava condicionada com o advento da legislação que regimentasse a organização, criação e competência dos órgãos dos centros educativos e que ratificasse o regulamento geral e disciplinar dos mesmos. Essa condicionante tornou-se real com a aprovação e entrada em vigor da Portaria n.º 1200-B/2000 em 1 de Janeiro de 2001, que criou os seguintes CE, a seguir discriminados, destinados ao acolhimento de jovens do sexo masculino:

| | | |
|---------------------------------|---------------|----------------------------|
| Centro Educativo de Santa Clara | Vila do Conde | Regime Aberto e Semiaberto |
|---------------------------------|---------------|----------------------------|

⁴ Resolução Publicada no Diário da República, I Série- B, n.º 191, de 19/08/2000.

| | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| Centro Educativo de Santo António | Porto | Regime Aberto e Semiaberto |
| Centro Educativo Dr. Alberto Souto | Aveiro | Regime Aberto e Semiaberto |
| Centro Educativo do Mondego | Cavadoude- Guarda | Regime Semiaberto e Fechado |
| Centro Educativo de São Fiel | Louriçal do Campo- Castelo Branco | Regime Semiaberto |
| Centro Educativo dos Olivais | Coimbra | Regime Semiaberto e Fechado |
| Centro Educativo da Bela Vista | Lisboa | Regime Aberto e Semiaberto |
| Centro Padre António de Oliveira | Caxias- Oeiras | Regime Semiaberto e Fechado |
| Centro Educativo Vila Fernando | Vila Fernando- Elvas | Regime Semiaberto |

Ademais, também foram instituídos os centros educativos para acolher jovens do sexo feminino para cumprimento de medidas:

| | | |
|------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| Centro Educativo Corpus Christi | Vila Nova de Gaia | Regime Aberto e Semiaberto |
| Centro Educativo de São José | Viseu | Regime Aberto e Semiaberto |
| Centro Educativo de São Bernardino | Atouguia da Baleia- Peniche | Regime Aberto, Semiaberto e Fechado |

Porém, também foi originado o centro educativo para abrigar jovens conflitantes com a lei de ambos os sexos, sendo denominado Centro Educativo Navarro de Paiva, em Lisboa, com regime semiaberto.

A LTE é um dos textos essenciais da reforma do direito de menores. Destaca-se que a referida lei afastou de forma entranhável do ângulo processual com o determinado na OTM, que pretendia um processo sem formalidades que expropriava os jovens de suas garantias fundamentais, situação essa contrária aos princípios de um Estado de Direito Democrático, bem como com os textos constitucionais ratificados pelo Estado Português.

A Constituição da República Portuguesa também ampara o Direito dos Menores, e em seu art. 69º, sob o assentamento “Infância”, determina que “as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições (n.º 1); e que “o Estado assegura especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal” (n.º2) e que “é proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar” (n.º3).

Sendo assim, a norma supramencionada demonstra que o direito das crianças à protecção, objectivando seu desenvolvimento integral, é atribuído ao Estado e à sociedade, e conseqüentemente haverá uma intervenção social por parte destes com o intuito de concretizarem diversos deveres e actividades.

O descobrimento da infância e o zelo pelo bem-estar das crianças fez surgir a composição de regras sobre a sua educação e direcção.

Em Portugal, a LTE, mencionada anteriormente, concretizou as responsabilidades assumidas pelo país a partir do momento que o mesmo assinou e ratificou a Convenção sobre os Direitos das Crianças. É assim o dispositivo legal que regulamenta a prática de facto qualificado pela lei penal como crime, por menor com idade compreendida entre os doze e dezesseis anos. Portanto, a prática de tais factos dará lugar à aplicação de medida tutelar educativa, que tem como primordial objectivo

educar o menor para o direito e inseri-lo de forma digna e responsável, para que aquele infante infrator possa viver em comunidade.

Com o advento da supramencionada lei, houve uma alteração fundamental no sistema de justiça juvenil português, uma vez que inseriu-se neste ordenamento jurídico uma nítida distinção entre menores em perigo, que são as crianças que não possuem o zelo necessário ao seu desenvolvimento por quem de direito e o devido amparo para o seu bem-estar. Portanto, estes infantes são considerados em situação de risco ou perigo, em comparação com os delinquentes juvenis, que são as crianças e jovens que praticam factos qualificados pela lei penal como crime. Portanto há uma distinção também quanto a forma de intervenção, já que naquela a intercessão é exclusivamente protectiva, e nesta a intervenção destina-se à educação do menor para o direito, bem como sua inserção, e ademais, a referida alteração garantiu a liberdade, os direitos e as garantias dos menores.

A Lei Tutelar Educativa tem subjacente a preocupação de garantir a dignidade do jovem e o respeito pela sua personalidade e vida privada. Portanto, essa legislação surgiu como uma “salvaguarda” dos direitos do menor. Ressalta-se que o referido facto praticado pelo menor que a lei penal considere como crime, tem que ser anterior ao momento da sua prática, isto é, caso aquele infante pratique facto qualificado pela lei penal como crime e posteriormente a lei deixe-o de considerar ilícito, deverá obrigatoriamente ser arquivado o inquérito tutelar educativo ou o processo, porém caso este já esteja em fase jurisdicional ou em execução de medida, essa deverá se fazer cessar.

Devemos acrescentar uma diferença essencial no tocante à LTE e ao CP. Naquela, a função- segurança é colocada em plano secundário, enquanto neste Código a protecção dos bens jurídicos sobressai à intenção da reinserção social da pessoa que comete ilícito penal. Em razão dessa diferença é que evidencia-se que a LTE adota o princípio de que só terá cabimento a aplicação de medida tutelar educativa se for imprescindível atender às suas finalidades, enquanto na lei penal, o simples facto da prática de crime exige a aplicação de pena.

O referido mandamento surgiu como uma inovação na história legislativa portuguesa com a adoção do modelo de justiça, que trata da intervenção judiciária e não judiciária de crianças e jovens em perigo em situação de delinquência, ao ponto de que ao mesmo possa ser aplicada alguma medida tutelar, assinalando que a medida de internamento em centro educativo é o objecto de estudo do presente trabalho.

Acrescenta-se que será o Tribunal de Família e Menores, o órgão competente para apreciação de processos tutelares educativos, especificamente o tribunal da residência do jovem no momento em que for instaurado os referidos processos.

4- As medidas cautelares

É essencial fazermos aqui registar, que em processo tutelar educativo, também podem ser impostas medidas cautelares com o fito de evitar fuga ou cometimento de novos factos qualificados como crimes pelo jovem. Entretanto, essas medidas devem ser proporcionais à gravidade do facto e à medida tutelar que será aplicada no final do processo, ou seja, se não presumir qualquer necessidade educativa futura ou momentânea, não será oportuno o emprego da medida em questão.

Ademais, para que tenha cabimento a medida cautelar, é imprescindível o atendimento de pressupostos como a existência de indícios do facto, a obviedade de aplicação de medida tutelar ou, como mencionado anteriormente, o perigo de fuga ou a execução de novos factos qualificados como crimes por parte do menor.

As medidas cautelares estão enumeradas no art. 57º da LTE, como sendo: *a entrega do menor aos pais, representante legal, pessoa que tenha sua guarda de facto ou outra pessoa idónea, com imposição de obrigações ao menor, * a guarda do menor em instituição pública ou privada, * a guarda do menor em centro educativo.

No último caso, o prazo de duração da medida será de três meses prorrogáveis por mais três, e as demais medidas terão prazo de seis meses até a decisão de 1ª instância e de um ano até o trânsito em julgado da decisão.

Durante a fase de inquérito, a medida cautelar será aplicada pelo juiz a requerimento do Ministério Público e de ofício posteriormente.

5- A Medida Tutelar Educativa

Na Lei Tutelar Educativa, nº 166/99, tem lugar a aplicação de medida tutelar educativa aos menores com idade compreendida entre os doze e dezesseis anos, que pratiquem factos que a lei penal considere como crime. Entretanto, a execução da referida medida poderá perdurar até o jovem completar vinte e um anos de idade, sendo que nesta altura a medida cessará compulsoriamente. Portanto, qualquer medida não se pode estender para além dos vinte e um anos de idade.

Como principal objectivo da referida lei e consequentemente a aplicação da medida, conforme ficou mencionado em linhas anteriores, é a educação do menor para o direito, de forma que sua personalidade em formação interiorize o respeito pelas normas em comunidade e seus valores fundamentais. Assim, trata-se de corrigir uma personalidade que apresenta deficiências de conformação com o dever-ser jurídico mínimo e na incorporação dos valores jurídicos fundamentais para viver em sociedade. A justiça juvenil certifica a vulnerabilidade bem como o método de formação aos adolescentes e garante a estes infantes as cautelas essenciais ao seu desenvolvimento, uma vez que os mesmos, apesar de serem indivíduos autónomos e completos, são cidadãos frágeis e diferentes. Para que haja a educação do menor para o direito, é necessário sua socialização, e por conseguinte é dever do Estado propiciar a concretização dos direitos dos menores, bem como também é responsável pela protecção da infância e da juventude através do uso de sua inclinação de autodeterminação.

A socialização do menor não trata-se de induzi-lo a algum modelo estético, ético, religioso ou social, e sim fazer com que o mesmo racionalize as regras básicas de convivência social, bem como os valores necessários de vida em comunidade.

Apesar do objecto de estudo do trabalho ter como ênfase a medida institucional de internamento em centro educativo, é interessante e preciso enumerar aqui de maneira sucinta, as demais medidas não institucionais tutelares educativas ajustadas aos adolescentes em conflito com a lei, sendo que estas estão elencadas no artigo 4º da supramencionada lei da seguinte forma:

Art 4º- Princípio da legalidade: 1- São medidas tutelares: a) A admoestação; b) A privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores; c) A reparação ao ofendido; d) A realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; e) A imposição de regras de conduta; f) A imposição de obrigações; g) A frequência de programas formativos; h) O acompanhamento educativo; i) O internamento em centro educativo.

Adiante as medidas anteriormente enumeradas, temos que somente a medida de internamento em centro educativo é considerada medida institucional, sendo que as demais são conceituadas como não institucionais. Contudo, todas são executadas em Centro Educativo.

A competência será do Tribunal quanto à aplicação da medida tutelar educativa, cuja decisão deverá ser sempre fundamentada, sendo que deve ser atribuída àquele menor uma medida mais adequada e menos limitada, para que a mesma atenda tão somente ao fim de civilização do jovem, bem como sua educação para o direito.

Na aplicação de medida tutelar educativa, o tribunal dará prioridade à medida com menor intercessão na liberdade de decisão e orientação da vida do menor, e além disso será proporcional à gravidade do facto e à aludida necessidade de educar o mesmo para o direito.

Portanto, destacamos que as não institucionais terão preferência quanto às institucionais, em atendimento ao princípio da preferência pelas medidas não institucionais face à medida institucional.

Dessa forma, assimilamos que há uma sequência de princípios considerados norteadores quando da escolha de medida tutelar educativa. Sendo assim, temos o **princípio da realidade**, que defende o emprego de medida possível à concreta situação do jovem, mesmo que em prejuízo da medida perfeita para aquela circunstância; o **princípio do interesse superior da criança ou do jovem**, como a própria nomenclatura diz, tutela o superior interesse da criança em todas as decisões relativas aos menores; no **princípio da individualização**, que estabelece que para a aplicação da medida deverá ser levado em consideração o atributo individual de cada criança ou jovem; o **princípio da preferência pelas medidas não institucionais face às institucionais/ princípio da**

subsidiariedade, esclarece que as medidas tutelares anteriormente apresentadas no art. 4º da LTE, são expostas de forma hierárquica e assim deve ser analisada no momento da aplicação, já que nas medidas institucionais há maior interferência na independência e condução de vida do jovem. Por tal motivo as medidas não institucionais devem anteceder as institucionais; o **princípio da adequação e suficiência/ proporcionalidade** estabelece que as medidas tutelares devem ser adequadas/ ajustadas conforme a necessidade educacional do jovem e a periculosidade do ilícito por ele praticado. Portanto trata-se de instrumento que serve para moderar as sanções punitivas relacionando-as com a gravidade do crime; o **princípio da mínima intervenção** refere-se à intercessão tutelar educativa do Estado na fase jurisdicional, já que essa intervenção prejudica no tocante à autonomia de decisão e condução da vida do menor; o **princípio da adesão e consenso** firma uma das *Regras de Pequim* que institui que o jovem não poderá ser desviado dos cuidados de seus pais, a não ser que a situação do caso torne-se imprescindível; e por fim o **princípio da necessidade**, que engloba a necessidade de aplicação de medida, após a realização de todas as diligências e recolha de componentes necessários à decisão do juiz. Destarte, se, após as fases do processo tutelar educativo, não existir necessidade educativa para o jovem, não haverá conveniência de qualquer aplicação de medida. É de tal forma que aduz Júlio Barbosa e Silva, “*Lei Tutelar Educativa Comentada*”⁵

No que concerne aos critérios de escolha quando da aplicação de medida tutelar educativa, regista-se que as *Regras de Beijing* são regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça de Menores e exercem grande influência.

Ademais, uma das regras estabelece que o sistema de justiça juvenil deve garantir o bem-estar do jovem e que toda decisão referente à delinquência juvenil deve ser equilibrada conforme a situação específica do menor que praticou o ilícito bem como do próprio delito.

De seguida, as supramencionadas regras instituem critérios de grande valia quando da decisão da autoridade competente, as quais convém seguir os seguintes preceitos: “**a resposta à infração será sempre proporcional não só às circunstâncias e à gravidade da infração, mas também às circunstâncias e às necessidades do jovem,*

⁵ SILVA, Júlio Barbosa e, «Lei Tutelar Educativa Comentada. No Âmbito das Principais Orientações Internacionais. Da Jurisprudência Nacional e Do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», Coimbra, Almedina, 2013, p. 49/52.

*assim como as necessidades da sociedade; * as restrições à liberdade pessoal do jovem serão impostas somente após estudo cuidadoso e se reduziram ao mínimo possível; * não será imposta a privação de liberdade pessoal a não ser que o jovem tenha praticado ato grave, envolvendo violência contra outra pessoa ou por reincidência no cometimento de outras infrações sérias, e ao menos que não haja outra medida apropriada; * o bem estar do jovem será o fator preponderante no exame dos casos”.*⁶

A determinação da duração da medida tutelar educativa segue o princípio relativo à proporcionalidade, no que a referida medida deve ser simétrica à gravidade do facto e à necessidade de educação do menor para o direito ao jovem conflitante com a lei. Entretanto, é importante salientar que quanto à medida de internamento, esta não deve avantajear o limite máximo da pena de prisão do crime correspondente ao facto.

Congénere ao que ficou devidamente exposto em linhas anteriores no presente trabalho quanto à dimensão da criminalidade entre os jovens, é evidente que ocorram situações de aquele menor identificar-se como autor de uma pluralidade de factos que a lei considere como crime, e diante dessa circunstância, o tribunal poderá aplicar uma ou várias medidas tutelares educativas, sendo que de tal forma deverá levar em consideração a concreta necessidade de educação do menor para o direito (cessando sempre quando o jovem atingir os vinte e um anos de idade).

6- Processo Tutelar Educativo e suas fases

Para percebermos com mais precisão quanto ao processo tutelar educativo, é fulcral esclarecermos aqui, de forma sucinta, todo o seu trâmite procedimental.

6.1- Fase de Inquérito

O processo tutelar educativo tem início na fase de inquérito, a partir do momento em que é apresentada denúncia ao Ministério Público ou qualquer órgão

⁶ Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça, da infância e da juventude (Regras de Beijing), Regra 17.1.

policial do facto praticado por menor com idade de doze a dezesseis anos e que a lei qualifique como crime. Neste momento, será aberto inquérito, onde serão realizadas diligências com o intuito de investigar a existência do referido facto que a lei considere crime e consequentemente determinará a necessidade de educação do menor para o direito com vista à decisão sobre aplicação de medida tutelar. Caso a denúncia seja apresentada ao órgão de polícia criminal, este deverá encaminhar ao MP, com maior brevidade possível, fazendo constar todas as informações pertinentes ao menor.

O referido inquérito será ministrado pelo MP, porém com o auxílio do órgão policial bem como pelos serviços de reinserção social. Destaca-se que há prazo para a conclusão deste inquérito, sendo de três meses prorrogáveis por mais três meses, mediante despacho fundamentado e somente por motivo de importante complexidade.

O inquérito terá termo mediante quatro situações: com despacho de arquivamento liminar, com despacho de arquivamento (findo), com decisão de suspensão do processo e com requerimento para abertura de fase jurisdicional, sendo que esta última será presidida pelo juiz.

Portanto o MP irá requerer a abertura da fase jurisdicional. Desse modo, aquela autoridade deverá apresentar o requerimento, o qual deverá fazer constar os seguintes elementos, consoante o art. 90º da LTE: “a identificação do menor, seus pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto; a descrição dos factos, incluindo, quando possível, o lugar, o tempo e motivação da sua prática e o grau de participação do menor; a qualificação jurídico- criminal dos factos; a indicação de condutas anteriores, contemporâneas ou posteriores aos factos e das condições de inserção familiar, educativa e social que permitam avaliar da personalidade do menor e da necessidade da aplicação de medida tutelar; a indicação de medida a aplicar ou das razões por que se torna desnecessária; os meios de prova; a data e assinatura”.

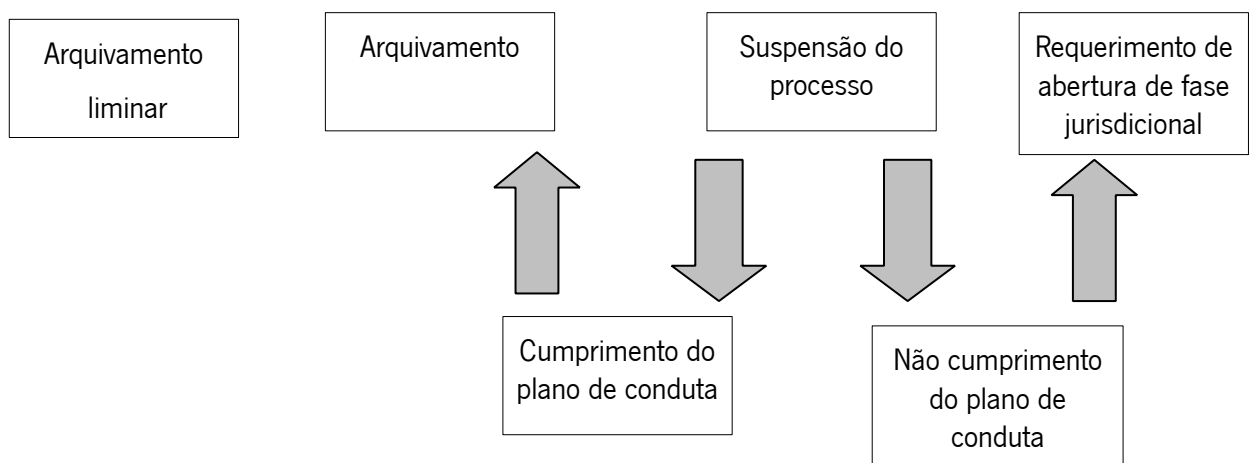
Ressalta-se que o regime jurídico da LTE escolheu pelo princípio da não adesão quanto ao pedido civil, sendo que o mesmo deverá ser *“deduzido em separado perante o tribunal competente”*, conforme aludido no art. 91º daquele ordenamento jurídico.

⁷ SILVA, Júlio Barbosa e, «Lei Tutelar Educativa Comentada. No Âmbito das Principais Orientações Internacionais. Da Jurisprudência Nacional e Do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», Coimbra, Almedina, 2013, p. 314.

Para melhor viualização *“Boaventura de Sousa Santos”*⁸, esquematizou no geral a seguinte forma dos actos que compõe a fase de inquérito no processo tutelar educativo:

⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa (dir. cient.), GOMES, Conceição (coord.), «Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa. Uma Avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Coimbra, 2004, p.181.

- Denúncia, acompanhada se possível de informação sobre a conduta anterior do jovem e da sua situação sócio-educativa
- Abertura do inquérito
- Audição do jovem
- Realização de diligências necessárias para investigar a existência do facto para determinar a necessidade de educação do jovem para o direito e para obtenção dos meios de prova (designadamente, solicitação de informação e relatório social sobre o jovem)



6.2- Fase Jurisdicional

Na fase jurisdicional, que é presidida pelo juiz, realizar-se-ão os actos indispensáveis à “comprovação judicial dos factos; a avaliação da necessidade de aplicação de medida tutelar; a determinação de medida tutelar e a execução da medida tutelar, conforme referido no art. 92º da LTE. Portanto, tudo que complique provas dos factos, necessidade ou desnecessidade de aplicação de medida tutelar, e ainda sua determinação, ocorrerá na esfera da fase jurisdicional.

De início, após o requerimento do MP, mencionado anteriormente, o juiz, após despacho, averiguará se existem “questões prévias que obstem o conhecimento da causa”. Assim, o magistrado poderá pôr termo ao processo ou designar o prosseguimento, sendo que na primeira hipótese, indicará dia para a realização de audiência preliminar, e na segunda situação, notificará o jovem, seus respectivos representantes legais e defensor para requisitar diligências ou indicar meios de provas a produzir em audiência.

Com o avanço dos autos, o processo pode ir adiante de forma mais ligeira, onde ocorre uma audiência preliminar, situação em que pode ser convencionada a aplicação de medida tutelar.

Assim, quando realizada a audiência preliminar, deverão estar presentes compulsoriamente: MP, jovem e responsáveis e seu defensor. A referida audiência foi resguardada de especiais cautelas de forma flexível a adaptar aos propósitos do processo e ao mesmo tempo proteger os interesses do jovem.

Como referimos, esta audiência tem como finalidade uma conclusão mais ligeira/ hábil do processo, mas também é uma oportunidade de buscar uma justiça dotada de consenso. Tanto é que, se o juiz não acreditar que aquela medida proposta pelo MP é desadequada ou desproporcionada, irá tentar buscar um acordo na aplicação da mesma, entretanto, irá ouvir o jovem, seus representantes legais, defensor e ofendido. Porém, caso o juiz não tenha êxito quanto ao consenso pretendido, há uma nova tentativa, sendo que a autoridade poderá instigar para a aplicação de outra medida não institucional, ou ainda indicar a interferência dos serviços de mediação, e neste caso, suspender a audiência por um período não superior a trinta dias.

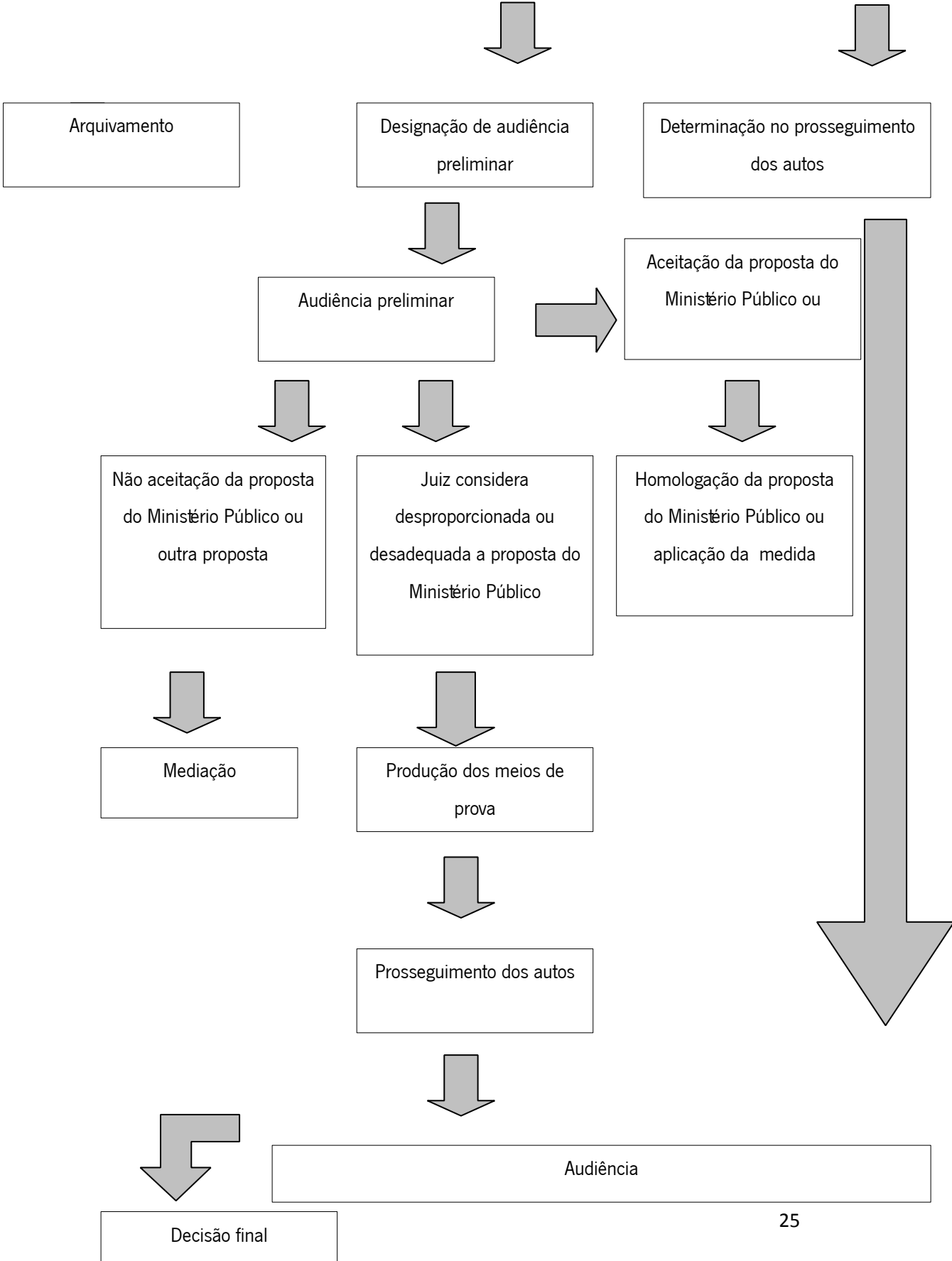
Contudo, se o juiz apreciar a medida proposta pelo MP como sendo desajustada e desproporcional ou não houver consenso sobre a mesma, irá determinar a produção dos meios de provas oferecidos e somente após a concretização dessa determinação judicial e se o magistrado tiver todos os componentes indispensáveis para a promulgação da decisão, irá proferi-la fundamentadamente, sendo que esta deverá conter obrigatoriamente, a definição das entidades a quem é atribuída a execução da medida tutelar e o seu devido acompanhamento, sob pena de nulidade.

Sendo assim, entendemos que a referida audiência ocorrerá em três situações: quando, apesar do MP propuser a aplicação de medida não institucional, a gravidade dos factos, a natureza, a urgência do caso ou a medida proposta não justificarem um tratamento resumido, ou quando, caso seja realizada a audiência preliminar, não seja possível chegar a um acordo quanto à medida a ser aplicada e por fim, quando produzidas as provas, o juiz entender que não possui todos os componentes essenciais à decisão final.

De igual forma, *“Boaventura de Sousa Santos”*⁹ também estruturou os actos que integram a fase jurisdicional do processo tutelar educativo.

⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa (dir. cient.), GOMES, Conceição (coord.), «Os Caminhos Díficeis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa. Uma Avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Coimbra, 2004, p.182.

Despacho inicial com verificação de questões prévias que haja de conhecer



7- A Criança em perigo amparada pela Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

O objectivo primordial deste projecto de investigação, neste capítulo, é, conforme já elucidamos, avaliar a aplicação da medida tutelar de internamento em centro educativo no ordenamento jurídico português. Para tal, no decorrer do trabalho, será imprescindível uma acentuada análise do novo Direito Tutelar Educativo, e porventura a apreciação do regime jurídico da LTE.

Para uma melhor percepção acerca do referido direito tutelar educativo, afigurou-nos considerável pautar, ainda que de forma muito breve, o desenvolvimento da justiça de menores em Portugal, fazendo registar as mais importantes linhas de ruptura e continuidade.

Sabemos que o Estado e a sociedade têm a responsabilidade de promover ações ajustadas à proteção da criança, vítima de violência, exploração, abandono e tratamento negligente.

Em virtude desse compromisso surgiu a LPCJP, n.º 147/99 de 1 de Setembro, que tem como objectivo a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens que estejam em perigo, com o intuito de garantir seu desenvolvimento integral e bem-estar.

Uma situação de perigo é a existência de circunstância que ameace a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou do jovem. Baseando-se no art. 3.º, n.º 2 da LPCJP, preconiza esta que aqueles menores permanecem em perigo, nas seguintes situações: “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou

desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação”.

Ressalta-se que também deverá haver intervenção de protecção em qualquer outra situação de perigo não descrita no rol taxativo, mas que ofereça perigo à educação, segurança, formação, saúde ou desenvolvimento do jovem ou criança.

A referida intervenção de protecção será atribuída às crianças e jovens em perigo que residem ou encontrem-se no território nacional. Entretanto deve-se considerar o conceito de criança ou jovem que englobe pessoas com menos de dezoito anos de idade ou com menos de vinte e um anos que solicitem continuação da intervenção iniciada antes de atingir os dezoito anos.

Salienta-se que a intervenção de protecção a criança e jovem em perigo deve estar disciplinada a um conjunto de princípios, enumerados na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Nesta legislação temos o **interesse superior da criança e do jovem**, em que os benefícios da criança e do jovem devem ser tratados primordialmente; a **privacidade**, em que a criança e o jovem deverão ter respeitados sua intimidade, seu direito à imagem e reserva da sua vida privada; na **intervenção precoce**, a intervenção deverá ser realizada a partir do exato momento do conhecimento da situação de perigo sofrida pela criança e jovem; na **intervenção mínima** a intercessão deverá ser feita unicamente pelas entidades e instituições essenciais à promoção e protecção; na **proporcionalidade e atualidade** a medida a ser adotada tem que ser proporcional ao perigo que se encontra a criança ou o jovem; na **responsabilidade parental** a intervenção será feita de forma que os pais também acolham seus compromissos com os menores; na **prevalência da família** a promoção e protecção à criança e ao jovens deve ser feita de forma que os agreguem ao seio familiar; na **obrigatoriedade da informação** diz respeito ao direito de informação e todos os detalhes quanto à intervenção que possuem a criança, jovem e seus representantes legais; na **audição obrigatória e participação** estabelece o direito que os menores têm de serem ouvidos e compartilhar quanto à medida de promoção e protecção; na **subsidiariedade** diz respeito ao fato da intervenção ser realizada pelas entidades competentes em matéria de infância e juventude, a seguir pelas comissões de protecção e em último caso pelos tribunais.

Sendo assim, a promoção dos direitos e a protecção da criança e do jovem serão delegados às entidades, comissões de protecção e aos tribunais. Porém, para que seja possível a intervenção das comissões de protecção das crianças é preciso anuência expressa de seus pais, quem tenha a guarda de facto ou de seu representante legal.

As referidas comissões são instituições oficiais não judiciárias, que recebem auxílio de autoridades administrativas e entidades policiais, que possuem autonomia funcional para promover os direitos das crianças e salvaguardá-las quanto à sua segurança, formação, desenvolvimento integral, educação e saúde. Para tal zelo a esses menores, a LPCJP também enaltece medidas de promoção para afastá-los do perigo e ainda atribuir-lhes reabilitação psicológica e física caso sofram qualquer tipo de exploração ou abuso. As aludidas medidas estão elencadas no art. 35º da referida lei taxativamente: a) apoio juntos aos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idônea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar; f) acolhimento em instituição; g) confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção.

8- Organização Tutelar de Menores

Em 1962, em virtude da conveniência de associar num só texto legal as diretrizes referentes às crianças com atitudes delinquentes ou qualquer outra adversidade coadunada à infância, adveio a ratificação do Decreto- Lei 314/78 de 27 de Outubro denominada OTM através dos Decretos- Leis nºs 44287 e 44288 de 20 de Abril, mediante os quais o Estado concernente aos jovens guiou-se por um modelo de protecção.

A Organização Tutelar de Menores trata-se de texto legal que normaliza o funcionamento e a estrutura dos tribunais de menores.

Regista-se que a Lei 82/77, de 6 de Dezembro, inseriu alterações à composição dos tribunais judiciais, e portanto adveio a necessidade de emenda/revisão à OTM - Organização Tutelar de Menores, a qual teve que adaptar-se às novas disposições. Dentre as alterações da supramencionada lei, evidencia-se o

fraccionamento dos tribunais de família e os tribunais de menores da competência habitualmente atribuída a estes, destacando as distintas normas de competência de ambos os tribunais (Família e Menores) no tocante à matéria tutelar cível, assim como os princípios mentores desses processos. Entretanto, usufruiu-se do ensejo para dar continuidade a modificações mais intrínsecas nomeadamente no tocante a estabelecimentos tutelares e a centros de observação e acção social.

Com a retificação da OTM, estabeleceu-se por conveniente adaptar-se às novas disposições da Lei 82/77, de 6 de Dezembro, conforme exposto em linhas anteriores, enormes mudanças à organização dos tribunais judiciais.

O Estado Português durante muitos anos, acompanhou um modelo protecionista, o qual idealizava que era crucial cuidar e educar a criança que permanecia em situação menos favorecida.

O denominado modelo de protecção, definido judicialmente em tribunais de menores tinha como condão a protecção judiciária na alçada da prevenção criminal, de aplicação aos jovens com obstáculos à adequação de uma vida social considerada normal ou que tivessem tendência à criminalidade ou delinquência de medidas cuja finalidade principal consolidava protegê-lo e reeducá-lo e não especificamente puni-lo ou reprová-lo socialmente, o que não diferenciava quando da aplicação destas medidas a crianças e jovens em perigo dos agentes de crimes.

As atitudes praticadas pelos jovens não eram consideradas por si, e consequentemente faziam com que as medidas que lhes eram aplicadas em parte fossem decretadas em virtude de sua personalidade, e por outra era indefinida no tocante à duração e alternativa de substituição.

Ao final, o processo tutelar de menores era dotado de informalidade, de forma que omitia os direitos fundamentais do jovem e também não assegurava seus meios de defesa pertinentes.

Levando em consideração os ensinamentos da OTM, *“o Estado tem o direito e o dever de intervir correctivamente sempre que o menor, ao ofender valores essenciais da comunidade e regras mínimas de convivência social, revele uma*

*personalidade hostil ao dever- ser jurídico básico, traduzido nas normas criminais. Torna-se então necessário educá-lo para o direito, por forma a que interiorize as normas e os valores jurídicos.*¹⁰.

O padrão ostentado com o advento da OTM, em 1962, prevaleceu mesmo após a reforma de 1978, entretanto limitou-se com a chegada das leis Tutelar Educativa e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, no ano de 2001.

9- Regime penal especial para jovens com idade compreendida entre os 16 e 21 anos

Regista-se aqui, de forma sucinta, que para além dos diplomas legais apresentados, há ainda um regime especial que está previsto no DL 410/82 de 23 de Setembro, atribuído aos jovens com idade entre os 16 e 21 anos que também pratiquem factos qualificados pela lei como crime.

Nesse sentido é permissivo a aplicação de medida de correcção a jovens imputáveis com idade até os 21 anos.

10- Medida Tutelar Educativa de Internamento

No decorrer do projecto de investigação, focalizamos a medida de internamento em Centro Educativo, objecto de estudo da presente investigação referente ao ordenamento jurídico português, no tocante aos procedimentos aplicáveis às crianças e jovens conflituantes com a lei, que praticam factos qualificados pela lei penal como crime, e que por tal motivo são-lhes aplicadas medidas tutelares educativas mais adequadas à situação.

Neste item, apresentamos especificamente a medida de internamento em centro educativo em Portugal.

A referida medida é regulamentada pelo art. 17º da LTE, e refere-se à medida mais gravosa, dentre as demais existentes naquele diploma legal.

¹⁰ RODRIGUES, Anabela, DUARTE- FONSECA, António Carlos, «Comentário a Lei Tutelar Educativa» Coimbra, Coimbra Editora, 2000, p. 36.

É considerada a medida tutelar educativa mais onerosa porque desempenha maior intercessão estadual na autonomia de decisão e direcção da vida do menor.

Sendo assim, a medida de internamento em centro educativo é tratada pormenorizadamente pela LTE, e destaca-se que é a única medida tutelar educativa que pleiteia tribunal misto para a sua aplicação. Portanto, quando da decisão de emprego de medida de internamento, o tribunal será constituído pelo juiz que preside ao processo e por dois juizes sociais. Com a participação destes, pretende-se buscar a opinião pública à justiça de menores, com o intuito de impressionar os juizes de direito no tocante a certos valores sociais influentes. Digamos que, internamente, o envolvimento da comunidade em relação ao destino de seus jovens, permite a participação na solução do problema.

Na medida de internamento, por meio do afastamento do jovem de seu convívio habitual temporariamente e através de programas e métodos pedagógicos, objectiva-se a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável (art. 17.º, n.º1- LTE).

A aplicação da medida prevê os seguintes regimes: aberto, semiaberto e fechado, sendo que todos são executados em centro educativo. Entretanto, estes regimes divergem-se quanto ao grau de abertura ao mundo exterior.

Ressalta-se que a colocação de menor em instituição é considerada sempre em último recurso, e sua permanência deve ser o mais breve possível, daí o motivo da medida tutelar educativa de internamento ser conceituada como “*Ultima Ratio*”.

Sendo assim, quando da adaptação da medida de internamento, além dos requisitos exigidos pela Lei Tutelar Educativa para qualquer outra medida, aquela medida demanda de pressupostos específicos, segundo o regime de execução.

Dessa forma, para a aplicação da medida de internamento em regime aberto exige-se a composição preliminar de relatório social com análise psicológica, realizado pelos serviços de reinserção social, o qual tem o objectivo de facilitar ao juiz no tocante ao conhecimento da conduta, personalidade, situação familiar, educativa e económica

do jovem. No regime aberto que é atribuído ao menor que pratique factos qualificados como crimes pouco graves, os jovens irão domiciliar no CE, entretanto irão frequentar no exterior actividades formativas e sócio-educativas. Destaca-se que neste regime há menos restrição quanto à privação da liberdade do jovem e, além daquelas actividades, o mesmo também pode ausentar-se do CE sem acompanhamento e ainda usufruir de férias com seus pais ou responsáveis. Regista-se que as saídas aos fins-de- semana são utilizadas num conceito de crescimento e aquisição de liberdade conforme o progresso do PEP do jovem.

Por seu turno, a medida de internamento em regimes semiaberto ou fechado restringe-se à prática de determinado (s) facto (s), sendo que o regime fechado ainda está associado à idade do jovem.

Portanto, além do referido relatório social com a avaliação psicológica, a medida de internamento em regime semiaberto terá lugar quando o jovem praticar facto qualificado pela lei como crime contra as pessoas, a que corresponda pena máxima de prisão superior a três anos ou quando o menor cometer dois ou mais factos qualificados como crimes, que corresponda pena máxima superior a três anos. (art. 17º, n.3- LTE). Aqui, os factos executados pelo jovem são considerados como crimes de maior austeridade. No semiaberto, além de residir, o jovem também irá frequentar as actividades formativas e sócio- educativas no interior do CE. Porém, esse regime restringe-se um pouco quanto à liberdade do jovem, sendo que o mesmo só poderá passar férias com seus pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto.

Ademais, a medida de internamento em regime fechado será aplicada quando o jovem executar facto qualificado pela lei como crime correspondente à pena máxima de prisão superior a cinco anos ou praticar dois ou mais factos contra as pessoas qualificados como crimes com pena máxima de prisão superior a três anos e além disso, o menor deverá ter idade superior a 14 anos à data da aplicação da medida.(art. 17º, n.4- LTE). A medida de internamento em regime fechado é portanto a vivência num centro, no qual propagam-se actividades laborais, formativas, educativas de tempos livres. Através dessa medida, deseja-se adquirir por parte das crianças e dos jovens, aptidões sociais que os façam obter atitudes responsáveis perante a sociedade, mediante um ambiente restritivo e gradativamente autónomo.

O internamento em regime fechado é considerado o mais restrito dos regimes existentes já que neste, o facto praticado pelo jovem é qualificado como crime ainda é mais grave que no regime aberto e semiaberto. Óbvio que neste, o jovem também reside no CE e além disso suas saídas são estritamente limitadas ao acompanhamento por pessoal da intervenção e ainda estão condicionadas ao cumprimento de obrigações judiciais, à satisfação de necessidades de saúde ou outros motivos excepcionais.

Além disto, só será aplicada nas situações em que os factos praticados tiverem recurso à violência ou à intimidação, e ainda, se tiver havido risco para a vida ou para a integridade física.

Quanto à duração da medida de internamento em regime aberto e semiaberto é de no mínimo três meses e no máximo dois anos. Já em regime fechado, a durabilidade é no mínimo seis meses e no máximo dois anos. Entretanto, o regime fechado terá duração máxima de três anos quando o jovem praticar facto qualificado pela lei como crime com pena máxima de prisão superior a oito anos ou quando cometer dois ou mais factos qualificados como crimes contra as pessoas com pena máxima superior a cinco anos.

Análogo às demais medidas tutelares educativas existentes, a medida de internamento em CE terá termo após sua integral execução, quando o jovem completar vinte e um anos de idade, sendo que o director do Centro Educativo deverá informar ao tribunal da data prevista para a cessação do internamento (quinze dias de antecedência), de acordo com a decisão que o determinou, e somente após comunicação da decisão do tribunal expressa e por escrito ao director do centro educativo é que a medida irá cessar. Salienta-se que a revisão da medida de internamento também dá lugar à sua sobreposição.

É crucial destacar que no regime de execução da medida, prevalece aqui o “princípio da manutenção de todos os direitos e garantias legalmente reconhecidos ao menor”, coadunável com a execução e a finalidade do internamento (arts. 171º e 172º-LTE), assegurando a Lei Tutelar Educativa o exercício dos seus direitos sociais, civis, políticos, culturais e económicos.

11- Intervenção Educativa

É fulcral acrescentar no presente trabalho a intervenção educativa no CE que trata-se de uma união diversificada de profissionais que desenvolvem actividades dentro do quadro legal, especificamente a LTE e o Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, complementados pelo Regulamento Interno e Projecto de Intervenção Educativa- PIE.

A referida intervenção educativa é suportada pelos princípios: responsabilização do jovem; internamento como oportunidade de mudança; modelo sistémico; relação com o motor da mudança e a articulação funcional entre os vários agentes e propostas educativas.

Entende-se que todo esse trabalho tem o intuito de que desde o acolhimento do jovem em CE, seja possível abrangê-lo na construção de seu projecto de vida.

Portanto, a intercessão em CE assegura-se em três cruciais vectores:

- a) RI- Regulamento Interno: que é o instrumento que esclarece as normas do CE;
- b) PIE: Projecto de Intervenção Educativa: material que possui uma série de programas educativos, terapéuticos, formativos e ocupacionais que é criado de acordo com as necessidades educativas do jovem. Nesta acção terapéutica, há uma equipa de profissionais que compõem o quadro educativo (pessoal/ funcionários) do centro. Vale dizer que entre esses profissionais, é importante destacar o “técnico tutor”, que é o responsável directo ao acompanhamento do jovem internado durante seu período de internamento, sendo que este técnico estabelece-se como uma conexão especial com a família.
- c) PEP- Projecto Educativo Pessoal: trata-se de um programa individualizado de interferência, onde há várias actividades exclusivas aspirando uma comutação das atitudes do jovem bem como sua direcção a uma forma de vida social e juridicamente responsável.

Sempre que um jovem dá entrada em CE, em medida tutelar de internamento, será obrigatória, no prazo máximo de trinta dias após a sua admissão, a composição de PEP, já mencionado anteriormente, que constitui um direito do jovem internado, sendo

que este trata-se de instrumento que irá esclarecer todo o trajecto do jovem naquela instituição de forma a pormenorizar toda a meta a ser por ele alcançada durante o tratamento, a sua duração, fases, prazos e meios de realização, bem como o acompanhamento psicológico, ou seja, é como um “cadastro” do menor durante a sua permanência no CE, tanto o é que o PEP irá compor o dossiê do jovem, de maneira que aquele possa aperceber-se de sua melhoria e o CE avaliá-lo. Após a elaboração do PEP, o mesmo será encaminhado para o tribunal para a devida homologação, entretanto estará sujeito a parecer do Ministério Público.

Após iniciado todos os procedimentos a partir da decisão que determinou a medida de internamento, entabula-se portanto as notificações, a partir do momento que fica definido o CE. De seguida, o tribunal notifica o menor, seus pais, representante legal ou quem tenha sua guarda de facto e ainda o defensor, da data e hora de admissão do jovem em CE. Porém, se for medida de internamento em regime fechado, essa diligência contará com o auxílio de entidades policiais que irão fazê-lo, resguardando os direitos ao respeito à sua personalidade e preservação da sua dignidade e intimidade, conforme elucidamos em linhas anteriores.

A partir desse momento, o jovem ingressa em CE, onde é dado início a todo trabalho com o escopo de alcançar na íntegra o intencionado nas legislações, com a colaboração de toda uma equipa interdisciplinar, família, sociedade e Estado.

Como desfecho, é imprescindível enfatizar o carácter educativo da medida de internamento em Portugal. É fundamental que essa medida nunca seja avistada como uma repreensão, já que aqueles jovens internados são impetuosamente condenados aos olhos da sociedade.

A medida tutelar de internamento deve ser vislumbrada como uma chance de mudança, por meio de percepção e interiorização de valores e normas fundamentais que conceda um convívio social e que permita uma evolução do jovem equanto cidadão.

Por conseguinte, a supramencionada medida, objecto de estudo do presente trabalho, se enxergada como a real educação para a mudança, concretiza o propósito que deve direccionar toda a permanência da privação de liberdade do jovem, confiando-lhe à uma nova concepção de vida.

II PARTE

Enquadramento Conceptual e Teórico no Ordenamento Jurídico Brasileiro

1- A violência e as medidas socioeducativas no Brasil

Nos últimos tempos, a coletividade brasileira introduziu-se no agregado das comunidades mais violentas de todo o mundo. Atualmente, o país possui elevadíssimos indicadores de todo o tipo de violência, tais como a urbana, que é a cometida em ruas quanto aos sequestros, assaltos, etc., a violência familiar, executada no interior do próprio lar, e ainda a violência doméstica, a qual deve ser considerada contra o homem ou contra a mulher, que geralmente é aplicada pelo marido ou esposa, namorado (a), companheiro (a), etc, entretanto, a violência em causa é majoritariamente masculina.

Vale dizer que já é momento da sociedade brasileira tomar consciência de que a violência não é uma simples ação, é na realidade uma reação, porque um indivíduo não executa qualquer violência sem um determinado “motivo”.

Várias são as causas que contribuem para ampliar a violência, entre elas uma civilização apressurada, que faz com que aumente aceleradamente a corrente de indivíduos para a área principalmente urbana, o que faz também ocorrer um aumento desordenado das cidades. Desta feita, colabora igualmente para o anseio de dispêndio, que na maioria das vezes é malogrado devido ao estorvo da colocação no mercado de trabalho.

Por vezes, o poder público no Brasil tem-se apresentado inapto em defrontar com essa adversidade pública. Porém, inferior a isso é saber que a violência é facto verídico com a comunhão de grupos das polícias, representantes do legislativo em todas as esferas, inclusivamente de jurisdição do poder judiciário.

Diante da realidade em que vivemos, pode-se dizer que a violência está agregada, por uma parte, às questões sociais como a fome, miséria, desemprego; por outra a um Estado inoperante e sem projetos de políticas públicas e segurança, o que faz com que se amplie o sentimento de injustiça e impunidade, as quais sejam, porventura, as primordiais causas da violência.

No que se refere à criança e ao adolescente, quando esclarecemos a adolescência, estamos conferindo conceitos permeados em realidades sociais que serão

exemplos para a formação da personalidade desses indivíduos. No que concerne a essas realidades sociais, podem ser sobrevividas por violência, o que faz com que se eleve os cuidados voltados para a criança e para o adolescente, que atualmente é um desassossego de todos, independentemente da etnia, raça, religião ou condição econômica.

A violência pode ter vários significados, porém, para examinar essa questão intrínseca diante da violência que circundam crianças e adolescentes, é imprescindível que haja a compreensão da forma em que esses infantes vivem e qual sua forma de pensar sobre qual circunstância esse fenômeno “violência” se exterioriza.

Um dos meios de compreender a conduta agressiva das crianças e dos adolescentes em conflito com a lei, as quais se incluem no objeto de estudo do presente trabalho, já que a estas são aplicadas medidas socioeducativas de internação, dependendo do ato infracional por eles praticado, é analisar as representações sociais e assim, alcançar o episódio denominado violência. Isso porque na referida representação social se trata de uma forma de conhecimento individual com o objetivo de confeccionar atitudes e a relação entre sujeitos. Deve-se dizer ainda que ela tem a função de compreender e proceder sobre a realidade. Neste sentido, a maneira como uma criança e um adolescente vislumbram seus apreços, suas capacidades e o meio que o contorna, podem ser prejudicados pelo nível de violência a que é subordinado no decorrer de sua vida. Portanto, o contacto com a violência tem um significado relevante no conceito que a criança e o adolescente fazem de si próprios e das demais pessoas.

Acreditamos que a resolução para o quesito violência no Brasil contorna vários domínios da colectividade, enquadrando assim, não só a segurança pública, ou um judiciário eficazes, mas similarmente requer a devida vastidão, âmbito e necessidade quanto ao aperfeiçoamento do regime educacional, oportunidade de emprego, saúde, habitação, dentre outros elementos. Merece primordialmente, enorme alteração nas políticas públicas e uma colaboração vasta da comunidade nos debates e resoluções desse dilema de alcance nacional.

A violência tem consequências drásticas. No presente estudo, que é a medida de internação em centros educativos, a origem da principal causa de o adolescente

infrator estar acautelado, deve-se ao facto do contacto que ele possui com a violência no mundo externo, ou seja, a partir do momento que ele insere-se no mundo da criminalidade, o que o leva a cometer atos infracionais, e consequentemente lhe é aplicada uma medida socioeducativa.

Ressalta-se que a legislação estatutária brasileira atribui outras modalidades de medidas socioeducativas, as quais estão elencadas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional.

Evidencia-se que as medidas socioeducativas anteriormente citadas estão pressupostas em dois conjuntos distintos, que são as designadas medidas socioeducativas em meio aberto, em que será de extrema importância uma instituição com atuação particular para a produção e acompanhamento do plano individualizado de atendimento à criança e ao adolescente. O outro conjunto, trata-se das medidas socioeducativas em meio fechado, em que há os programas de privação da liberdade do infante, sendo que este ficará afastado do seu convívio familiar e da comunidade.

2- A Procedência da Criança como sujeito de Direitos

Neste tópico iremos expor a origem da forma em que a criança passou a ser vista como sujeito de direitos perante a sociedade, fazendo *jus* à Proteção Integral, defendida demasiadamente pela Lei Estatutária.

A criança como sujeito de direitos, teve início com a “Declaração de Genebra”, também designada como: Carta da Liga sobre a Criança, de 1924. Foi o primeiro documento de caráter amplo e genérico em relação à criança, pois não se circunscreve a apenas um enfoque da defesa dos direitos humanos da criança, mas contempla a proteção à infância em todos os seus aspectos.

A referida Declaração de 1924 (Declaração de Genebra) não tratava as crianças como autênticos sujeitos de direitos, mas como objecto de protecção, ou meros

recipientes passivos, padrão este que foi modificado com o advento da Declaração dos Direitos da Criança de 1959.

Portanto, com o surgimento da Declaração do Direitos da Criança de 1959, a qual foi responsável por uma real alteração de paradigma, pois a criança deixou de ser considerada como mero objeto de proteção (recipiente passivo) e passou a ser edificada como sujeito de direitos, assim a “infância” passou a ser considerada um sujeito coletivo de direitos. Com a referida declaração foram acolhidos os seguintes princípios:

- I- Universalização dos direitos a todas as crianças, sem qualquer discriminação;
- II- As leis devem considerar a necessidade de atendimento do interesse superior da criança;
- III- Direito a um nome e a uma nacionalidade, devendo ser prestada assistência à gestante;
- IV- A criança faz jus a todos os benefícios da previdência social, bem como de desfrutar de alimentação, moradia, lazer e outros cuidados especiais;
- V- Aqueles que necessitarem devem receber cuidados especiais (como ocorre com as crianças portadoras de necessidades especiais), bem como de receber amor e cuidado dos pais;
- VI- Criança deverá crescer sob o amparo de seus pais, em ambiente de afeto e segurança, podendo a criança de tenra idade ser retirada de seus pais somente em casos excepcionais;
- VII- Direito à educação escolar;
- VIII- Criança deve figurar entre os primeiros a receber proteção e auxílio;
- IX- Criança faz jus à proteção contra o abandono e a exploração no trabalho;
- X- Criança deve crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Doravante, adotada pela ONU, e vigente desde 1990, a Convenção dos Direitos das Crianças de 1989, acentua-se como o tratado internacional de defesa dos direitos humanos, o qual teve o maior número de ratificações.

A referida Convenção ampara a “concepção do desenvolvimento integral da criança”, identificando-a como verdadeiro sujeito de direitos que demanda protecção integral e absoluta prioridade. Além disso, a criança é descrita como “todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que, pela legislação aplicável, a maioridade seja atingida mais cedo”.

O aludido documento segue a filosofia fundada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que além de cuidar dos direitos económicos, culturais, sociais, civis e políticos também incluem direitos humanitários e novos conceitos.

Na Convenção dos Direitos das Crianças de 1989 estão incluídos os seguintes direitos: o direito à vida e à protecção contra a pena capital; o direito a ter uma nacionalidade; à protecção ante a separação dos pais; o direito de deixar qualquer país e de entrar em seu próprio país; o direito de entrar em qualquer Estado e sair dele, para fins de reunião familiar; à protecção para não ser levada ilicitamente ao exterior; à protecção de seus direitos no caso de adoção; à liberdade de pensamento, consciência e religião; o direito de acesso à serviços de saúde, devendo o Estado reduzir a mortalidade infantil e abolir práticas tradicionais prejudiciais à saúde; o direito à um nível adequado de vida e segurança social; o direito à educação, devendo os Estados oferecerem educação primária compulsória e gratuita; à protecção contra a exploração económica, com a fixação de idade mínima para a admissão em emprego; à protecção contra o envolvimento na produção, tráfico e uso de drogas e substâncias psicotrópicas; à protecção contra a exploração e o abuso sexual.

Ressalta-se que é necessário a análise do conteúdo dos tratados internacionais, pois recentemente o STF pacificou a questão relativa da força normativa dos tratados, que há tempos havia acirrada controvérsia doutrinária e jurisprudencial.

É preciso esclarecermos que no Brasil, a CF/88, que regula os tratados internacionais no direito brasileiro, estabelece que compete à União manter relações com os Estados estrangeiros, bem como participar de organizações internacionais. Ademais a

promulgação e a publicação posterior incorporam o tratado ao direito interno brasileiro, de forma que ele fique no mesmo patamar da lei ordinária. Portanto, o tratado não se sobrepõe à Constituição Federal e sobretudo, estão sujeitos, no Brasil, ao controle de constitucionalidade, e à vista disso podem ser declarados inconstitucionais.

Caso haja conflito entre tratado e legislação infraconstitucional, considera-se o tratado, para todos os fins e efeitos, como se fosse lei ordinária: prevalece o texto mais recente- *lex posterior derogat priori*; se a lei for mais recente, prevalece o tratado, ainda que disso resulte a responsabilidade internacional do Brasil. Tema este pacificado por decisão do Supremo Tribunal Federal.

No tocante aos cuidados para com a infância, além da Lei Estatutária, a Constituição Federal/1988 também estabelece amparo aos infantes como direito social, em seu artigo 6º, senão vejamos:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”¹¹

3- A problemática do termo “menor”

Embora seja utilizado pelo Código Civil e Código Penal Brasileiros, e ser inesgotavelmente empregado pela doutrina, o termo “menor” é apreciado depreciativo, pois submete-se ao antigo Código de Menores que cuidava das crianças e dos adolescentes como indivíduos em condição irregular, fazendo com que os mesmos rotulassem a mácula de abandono, marginalização e delinquência, o que não se harmoniza com o moderno protótipo rogado e trabalhado pelo Estatuto que evidencia a proteção integral das pessoas em desenvolvimento.

Por conseguinte, o ideal é eleger pelo emprego distinto de outros vocábulos, tais como: sujeitos de direitos especiais, criança, infante, pessoas em desenvolvimento, adolescente, etc.

¹¹ «VADE MECUM SARAIVA 2014» Constituição Federal, 17ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2014, p. 11/12.

4- Conceito de Criança e Adolescente e seus direitos no Estatuto da Criança e do Adolescente

No Brasil, a legislação predominante quanto às crianças e aos adolescentes dispõe sobre o ECA, que é a Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990, sendo que a referida lei harmoniza a proteção integral daqueles infantes e estabelece as normas gerais de proteção à infância e juventude. Trata-se de um novo direito, com inspiração na doutrina da Proteção Integral.

É necessário de início estabelecer a distinção entre o conceito de criança e adolescente, já que os mesmos possuem responsabilidades e punições divergentes quanto à prática de acto infracional.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o adolescente que comete um ato infracional deve ser responsabilizado, porque a partir do momento que ele passou a ter direitos, mediante as leis menoristas, ele também passa a ter deveres, entretanto aquele menor também deve ser educado, para que o “erro” provoque uma mudança em sua vida.

É considerada criança toda pessoa com idade até 12 anos incompletos. Já o adolescente reúne todos os indivíduos entre 12 a 18 anos de idade.

Sendo assim, podemos considerar a idade como o fator determinante para a fixação de uma criança, adolescente e adulto.

Dessa maneira, cabe citar o entendimento de Rossato- Lépore- Sanches, que adota um critério cronológico absoluto, sem qualquer menção à condição psíquica ou biológica:

“Assim, é o aniversário de 12 anos que faz com que a criança torna-se adolescente, e o aniversário de 18 anos que faz o adolescente tornar-se adulto. Adolescente não é uma mera criança crescida, nem mesmo um adulto em potencial. Em verdade é uma pessoa com características próprias, que precisa ser ouvida, cuja opinião deve ser

levada em consideração em todas as decisões, interferindo no processo histórico e político”¹².

Consequentemente, podemos entender que o adolescente não é uma criança desenvolvida, muito menos um adulto com a devida potencialidade. Na realidade, trata-se de um ser humano com aptidões próprias, que deverá ser percebido e que seu modo de ver e pensar as coisas deverá ser levado e devidamente avaliado em todas as decisões, interferindo no processo histórico e político.

Ademais, a criança é considerada um indivíduo no começo do seu desenvolvimento. Inicia-se desde o seu nascimento, até completar a idade de 12 anos, conforme é legalmente reconhecida.

Portanto, é de suma importância a identificação da pessoa em desenvolvimento como criança ou adolescente, pois há um tratamento diferenciado conferido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente a cada categoria. Pode-se exemplificar a situação da colocação em família substituta. Neste caso, ambos serão ouvidos por uma equipe interprofissional. Entretanto, a opinião da “criança” será por si só considerada, enquanto a apreciação do “adolescente”, a qual será colhida em audiência, terá efeito vinculante, apresentando-se como consentimento. Em síntese, a “criança” só poderá opinar, sendo que o adolescente deverá consentir com a colocação em família substituta.

Impõe-se mencionar também como exemplo, a prática de ato infracional, em que para os cometidos por uma criança, a esta serão aplicadas medidas de proteção, que estão enumeradas no artigo 101 da Lei Estatutária. E aos atos infracionais praticados por adolescentes, ser-lhes-ão impostas medidas de proteção e/ou socioeducativa, sendo estas elencadas nos artigos 101 e 112 do referido Estatuto.

Acresce-se ainda a diferença de tratamento no tocante à autorização para viagens sem a companhia dos pais ou responsáveis. Ora bem, há que se dizer que para as viagens feitas em território nacional, o adolescente poderá viajar normalmente, sem nenhuma restrição. Entretanto, ao tratar-se de viagens internacionais, tanto a criança quanto o adolescente irão necessitar de autorização judicial para viagem.

¹² ROSSATO, Luciano Alves, LÉPORE, Paulo Eduardo, CUNHA, Rogério Sanches, «Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado artigo por artigo, Lei 8.069/1990, 5ª edição revista, actualizada e ampliada, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2013, p.86.

Houve uma extensa alteração no Direito da Criança e do Adolescente com o advento da referida lei, em virtude da teoria da Proteção Integral, digamos que a referida lei estatutária representa um marco de consolidação dos direitos dos menores no Brasil, em um processo que iniciou-se com a Constituição Federal/1988.

A actual Lei Estatutária revogou o antigo Código de Menores, sendo que neste as medidas aplicadas aos menores que praticavam atos infracionais eram autênticas sanções e as medidas de proteção acabavam por se passar acobertadas. Para maiores esclarecimentos, devemos dizer que aquele revogado código não aduzia nenhum direito ou sequer apoio aos familiares dos adolescentes, o que é completamente desconforme a atual legislação para as pessoas consideradas em desenvolvimento, ou seja, que não possuem personalidade ainda formada, e o ECA adveio com total proteção a esses infantes, os quais são considerados frágeis socialmente.

As crianças são titulares de direitos humanos, e em razão da sua condição de pessoa em desenvolvimento, como dito anteriormente, fazem *jus* a um tratamento diferenciado.

Doravante ao ingresso do ECA, a criança e o adolescente deixaram de ostentar a condição de meros objetos de proteção (como era sustentado no antigo Código de Menores) e passaram a ser vistas como sujeitos de direitos, abandonando-se o conceito de que era objeto de proteção, como já referimos.

Conforme o exposto, podemos perceber que a criança e o adolescente possuem seus direitos e garantias protegidos na Constituição Federal/1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, aqueles infantes também são protegidos pelo SINASE, através da Lei 12.594, de 18 de Janeiro de 2012, o qual ficará devidamente aclarado no decorrer do presente trabalho.

O SINASE faz-se necessário ao acompanhamento do cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes a quem é atribuída a autoria de ação conflitante com a lei, sendo que abrange os sistemas estaduais, municipais e distritais os quais são competentes para a implementação de programas, planos e sistemas de atendimento socioeducativo. A estrutura do SINASE é composta da seguinte forma:

- a) UNIDADE: é a base física (espaço);
- b) ENTIDADE: é a pessoa jurídica de direito público ou privado que irá manter e instalar a unidade.

Dentre a organização composta pelo SINASE com o intuito de conduzir o desempenho e efetivação das medidas socioeducativas, temos que o Sistema Nacional é fracionado pelos Programas de Meio Aberto e Programas de Privação da Liberdade, senão vejamos as medidas contempladas por cada desígnio:

- 1- Programas de Meio Aberto: a Lei 12.594/2012 passou a regimentar os programas de prestação de serviço à comunidade e de liberdade assistida. Na prestação de serviço à comunidade, o adolescente realiza atividades em que englobe interesse geral, tais como: em hospitais, entidades assistenciais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, sendo que essas actividades serão desenvolvidas de forma gratuita por aqueles conflitantes com a lei, atendendo ao facto de que as referidas actividades deverão acatar a capacidade do adolescente e ainda estar de acordo com suas aptidões. Esse serviço prestado à comunidade não pode ser por um período superior de 6 (seis) meses e ainda não pode ultrapassar a carga horária de 8 (oito) horas semanais, de forma que não prejudique o desempenho escolar daquele adolescente. No tocante à liberdade assistida, consiste no acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei. É o órgão julgador que irá designar uma pessoa capacitada, porém, essa pessoa também poderá ser advertida por uma entidade ou programa de atendimento. Doravante na Lei 12.594/2012, é competência da Direcção do Programa de Atendimento seleccionar e credenciar os orientadores que terão a função de avaliar o desenvolvimento do cumprimento da medida judicialmente determinada.
- 2- Programas de Privação da Liberdade: têm o intuito de atender no tocante ao cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Na primeira medida, há a assistência direta do adolescente em conflito com a lei, autorizando-o a prática de actividades externas, independentemente de autorização judicial. Podemos dizer que esta medida é utilizada como forma de modificação/ passagem da privação de liberdade (internação) para o meio aberto, tanto é que as

actividades de educação, aprendizagem e capacitação devem ser realizadas fora da entidade de atendimento, de preferência. Há que ser devidamente mencionado aqui a existência da semiliberdade invertida, que trata-se da privação parcial da liberdade, em que o adolescente receberá orientação e irá realizar actividades de capacitação, educação e aprendizagem durante a parte do dia e tem a possibilidade de pernoitar na residência em que vive com seu núcleo familiar. Na segunda medida, qual seja, a de internação, que é a mais rigorosa em relação às demais medidas, e será aplicada apenas em “último caso”. Esta medida entretanto, como objeto de estudo do presente trabalho, será exposta pormenorizadamente adiante, no capítulo específico à mesma.

5- Medidas Socioeducativas

O presente trabalho tem como ênfase expor a medida socioeducativa de internação em centro educativo aplicada a menores infratores em conflito com a lei, entretanto, as demais medidas socioeducativas aplicadas a estes menores em desenvolvimento já foram devidamente expostas em linhas anteriores, que estão elencadas no art. 112 do ECA, sendo que estas serão adaptadas a cada situação.

Antes de qualquer esclarecimento, há que se deixar nítido que o adolescente é autor de ACTO INFRACIONAL, que é a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Portanto, podemos concluir que as medidas sócioeducativas são utilizadas para serem aplicadas a crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, sendo que um dos objectivos é reeducar aquele infante que está em conflito com a lei, para que ele possa continuar vivendo em sociedade, ou seja, aquelas medidas estão pautadas principalmente em uma proposta pedagógica visando à reinserção social do adolescente a partir de uma ressignificação de valores e de uma reflexão interna. Sendo assim, deduzimos que de todas as referidas medidas aplicadas, independentemente da situação, têm como faculdade a ressocialização do adolescente.

Há que deixar esclarecido que às crianças e adolescentes portadores de doença mental ou deficiente, terão tratamento individualizado e especializado, em locais adequados às suas condições. Essa situação está distante da realidade brasileira, uma vez que a maioria das Comarcas não possuem locais adequados para aqueles infantes. Há que se dizer ainda que há cidades no Brasil onde inexistente local para uma “simples” internação, quanto mais para abrigar infantes em conflito com a lei com problemas especiais e que dependam de atendimento especializado.

Portanto, as medidas socioeducativas têm objetivo preventivo e de ressocialização e podem ser aplicadas “isoladas ou cumulativamente”, podendo inclusive “uma ser substituída por outra”.

6- A natureza jurídica das medidas socioeducativas

Há que se observar que o Estatuto da Criança e do Adolescente intencionalmente ou não, em nenhum instante elucidou a natureza jurídica das medidas socioeducativas, o que é admirável, já que aquela legislação é considerada pioneira no tocante à forma de tratamento desses seres humanos em desenvolvimento.

Por mais obscuro que seja acerca da natureza jurídica das referidas medidas, é fundamental reconhecermos o âmago da medida a ser aplicada a adolescentes em conflito com a lei, para que possamos verificar com mais clareza e precisão o emprego dos regulamentos existentes no Estatuto Menorista.

Ressalta-se que as medidas socioeducativas não possuem uma finalidade em si mesmas, entretanto, têm o objetivo de atingir a ressocialização do infante, embora poética, não está de acordo com a veracidade que é imposta aos adolescentes em conflito com a lei, a contenção de seus direitos fundamentais, inclusivamente a sua liberdade.

Diante do que foi exposto até então, e do que virá a ser esclarecido, entendemos que a natureza jurídica da medida socioeducativa além de sua finalidade pedagógica, também possui aspecto punitivo, pois determina ao infante em conflito com a lei um comando de índole indiscutivelmente cruciante que infringe os direitos fundamentais.

Entretanto, há que se reconhecer que as medidas socioeducativas são aplicadas com o desígnio sancionatório e também pedagógico, ou seja, para certificar aos menores infratores que sua atitude não está de acordo com os interesses da sociedade e irá traçar-lhes direcções diversas da prática de ato infracional, as quais também serão aptas para atender às suas necessidades pessoais.

7- Medida Socioeducativa de Internação

No presente tópico, iremos expor a medida socioeducativa de internação, que é o objeto de estudo do presente trabalho.

Na internação, que aparece como a última das medidas hierarquicamente, o adolescente será desprovido de sua liberdade quando em flagrante da prática de acto infracional ou em virtude de ordem escrita e fundamentada do Juiz da Infância e da Juventude. Essa medida possui suas particularidades, já que impõe restrições à liberdade do adolescente, como exposto anteriormente, deverá ser aplicada nas situações previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que preconiza o seguinte:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I- Tratar-se de acto infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- II- Por reiteração no cometimento de outras infracções graves;
- III- Por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.

A finalidade da medida socioeducativa de internação é de garantir a segurança pessoal do adolescente bem como conservar a ordem pública. Entretanto só será aplicada nas situações especiais apresentadas no artigo supramencionado. Muitos consideram que a punição com internação, nem sempre é a melhor solução, principalmente quando não há estrutura para garantir sua dignidade em centro educativo de internação, como ocorre em alguns centros educativos no Brasil. O adolescente que é privado de sua liberdade deverá ser apresentado de imediato ao MP- Ministério Público pela autoridade policial, porém, caso haja impossibilidade, no prazo máximo de 24 horas, pela entidade de atendimento para o qual foi encaminhado.

Sendo assim, entendemos que a presente medida é determinada para adolescentes que efetuaram ato que a lei penal descreve como sendo crime ou contravenção penal, entretanto, para aquele infante não será aplicada a pena prevista no CP, pois é o Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei específica para esses casos e designa a aplicação da medida socioeducativa de internação para os adolescentes que se encontram em conflito com a lei e que pratiquem atos infracionais conforme o previsto no art. 122 do Estatuto Menorista.

Vale destacar que, antes de ser imposta ao infante, a referida medida deve ser analisada em toda a situação em que ocorreu o ato infracional, bem como sua gravidade, para que seja definida a medida mais adequada.

Na aplicação da medida socioeducativa de internação na fase judicial, a qual será determinada pelo juiz, esta autoridade dará deferência à gravidade do ato infracional, o contexto pessoal do adolescente bem como sua aptidão de cumprir a medida a ser imposta.

A medida de internação, que será proposta pelo Ministério Público e aplicada pelo Juiz, não possui um prazo determinado, ou seja, a decisão que profere a medida de internação não estabelece o prazo de duração, entretanto, a Lei Estatutária estabelece que a mesma não poderá ter duração superior a três anos, e em hipótese alguma poderá exceder esse tempo, sendo que a cada seis meses a decisão submeterá a uma reavaliação, mediante decisão fundamentada e justificada quanto à manutenção ou término da internação do adolescente infractor. Destaca-se que haverá a liberação compulsória deste infante, caso o mesmo complete vinte e um anos de idade.

Acentua-se que até ao presente foi exposta a medida socioeducativa de internação definitiva, porém, evidencia-se que existe também a modalidade da internação provisória, onde o adolescente que cometer ato infracional e que lhe for imposta medida de internação antes da sentença, o mesmo ficará acautelado pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. Para que seja possível essa situação, é indispensável a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade da acção conflitante com a lei, bem como a demonstração da necessidade imperiosa da aplicação dessa medida “cautelar”. Lembrando o facto de que os adolescentes acautelados provisoriamente

devem permanecer separados dos demais, no interior da unidade. No Brasil, os Estados e o Distrito Federal deverão prever medida específica de atendimento da medida de internação provisória, já que a mesma não restou contemplada na Lei 12.594/2012, de forma direta e expressa. Portanto, é necessário a existência de planos e programas de atendimento para a medida cautelar de internação provisória.

Durante o cumprimento da medida de internação é obrigatória a realização de atividades de escolarização e profissionalização nas unidades onde o menor estiver acautelado.

A medida de internação está sujeita aos princípios norteadores a seguir devidamente expostos.

8- Princípios norteadores da aplicação da medida socioeducativa de internação

A internação de um adolescente que comete ato infracional e torna-se um indivíduo conflitante com a lei, consiste na sua privação da liberdade, entretanto, essa expropriação, conforme preconiza o art. 121 do ECA:

Art. 121º: A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A seguir iremos expor pormenorizadamente os supramencionados princípios e seus objectivos:

8.1- Princípio da Brevidade: este princípio compreende um período de duração da medida de internação, muito embora não haja expressamente previsão mínima para internação de adolescente em conflito com a lei, subordinando-se apenas a reavaliações periódicas, pela autoridade judiciária. A legislação expõe com alvura o tempo máximo dessa medida, que não poderá ultrapassar 3 (três) anos, atenta ao facto de que o adolescente deverá ser liberado obrigatoriamente caso venha a completar 21 (vinte e um) anos de idade. Portanto a própria nomenclatura, do referido princípio, ou seja, “brevidade”, faz-nos interpretar que o período de internação de um adolescente que está em conflito com a lei deve ser o mais “breve” possível, devendo alcançar o menor

tempo viável da vida daquele infante que tem no seu direito fundamental à liberdade um dos elementos mais importantes para a edificação do seu caráter.

8.2- Princípio da Excepcionalidade: Este princípio demonstra que a medida socioeducativa de internação tem que ser extraordinária, ou seja, só pode ser aplicada em “último caso”, desde que não exista outra medida mais adequada à situação. Isso porque, de regra, é que o adolescente permaneça em liberdade. Conforme já foi devidamente demonstrado no decorrer desse trabalho, a aqui exposta excepcionalidade, consiste no facto de a medida de internação somente ser aplicada aos casos de infração que o adolescente pratique mediante violência ou grave ameaça à pessoa, ou que aquele infante execute repetidamente atos infracionais de natureza grave, ou ainda, quando o jovem deixa de cumprir medidas que lhes são impostas anteriormente.

8.3- Princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento: O presente princípio faz com que o Estado proteja a integridade física e mental do adolescente custodiado, impedindo qualquer tipo de abuso, coação ou vexame à pessoa do infante protegido, sendo que é dever do Estado estabelecer as formas pertinentes de segurança, conforme preconiza o Estatuto Menorista em seu art. 125º:

Art. 125º: É dever do estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

9- A inimizabilidade do menor infractor no Estatuto da Criança e do Adolescente

Há alguns anos que a inimizabilidade de menor de dezoito anos está inserida em frequentes discussões no Brasil. Há imensas situações em que envolvem inúmeros casos em que crianças e adolescentes estão envolvidos em actos criminosos.

A priori é necessário deixar registado para melhor esclarecimento o conceito de inimizabilidade e imimizabilidade penal, para que possamos assinalar no Código Penal Brasileiro a quem pode ser certificado a condição de inimizável.

O fenómeno imimizabilidade é conferir algo a alguém. Conforme a doutrina, a imimizabilidade penal é a capacidade que a pessoa que praticou um ato previsto como

ilícito, anti-jurídico e culpável, tem de perceber o carácter ilícito do facto ou determinar-se conforme esse entendimento. Para isso, é preciso que o agente tenha condições mentais, psicológicas, morais e físicas de conseguir compreender que está a praticar um ilícito penal. Além de que também é imprescindível que aquele agente tenha total condição de controlo sobre sua própria vontade. Portanto, é preciso que ele tenha intelecção sobre o significado da sua conduta e ainda o controlo da sua vontade quanto a este entendimento. Portanto, o agente “fez”, “sabe que o fez”, “porque quis” e por tal motivo vai-lhe ser atribuída responsabilidade por tal prática.

Sendo assim, aqueles agentes que cometem qualquer ilícito penal, porém não possuem as supramencionadas aptidões, são conceituados inimputáveis. Como exemplo nítido e expresso para esses determinados agentes, podemos citar os adolescentes menores de 18 (dezoito) anos, os quais são considerados inimputáveis pela legislação brasileira, de acordo o art. 27 no Codex Penal:

Art. 27º: Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

Nesse sentido, empregou-se uma metodologia estritamente biológica, que foi a “idade do agente”. Refere-se a uma conjectura absoluta de inimputabilidade, já que o menor é considerado como tendo um desenvolvimento mental incompleto e não possui ainda prudência suficiente para compreender as regras na vida social e os efeitos provenientes de seu descumprimento. Portanto, um menor, devido ao seu desenvolvimento mental, que é considerado incompleto, é carente de maturidade necessária para gerir suas atitudes. Daí entendemos o motivo pelo qual o mesmo é considerado imputável.

Portanto, podemos interpretar que temos no Estatuto Menorista, como um estatuto de acréscimo de acordo com o que dispõe o supramencionado artigo 27 do Código Penal Brasileiro, que explicitamente institui regras estabelecidas em “legislação especial”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza o seguinte em seu art. 104º:

“Art. 104º: São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Como está mais que demonstrado, os adolescentes menores de idade são sujeitos de uma legislação diferenciada, e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinou a inimputabilidade àqueles menores infratores, que conforme sua legislação própria não praticam crimes, e sim actos infracionais, e por tal motivo não lhes são atribuídas penas e sim medidas socioeducativas, conforme estamos a expor no presente trabalho.

III PARTE

Enquadramento Metodológico no Ordenamento Jurídico Português e Brasileiro

1- Caracterização Geral dos Centros Educativos em Portugal

No tocante à recolha de dados para a realização da presente pesquisa, em Portugal lamentavelmente não foi possível a utilização do método qualitativo, de forma que pudéssemos ter acesso a Centros Educativos e assim termos contacto direto com a realidade em que vivem os jovens que cumprem medida tutelar de internamento naquela instituição, em virtude da actual situação em que encontram-se os centros educativos no país.

Ademais, foi solicitada autorização às autoridades competentes, para a realização da pesquisa/ investigação em CE, especificamente o Centro Educativo de Santa Clara, em Vila do Conde, porém o referido pedido foi declarado inoportuno e inexecutável, e, ressaltamos que as razões apresentadas por aquela autoridade quanto ao indeferimento da solicitação apresentada através de ofícios (ver anexo), são apreciadas como insuficientes levando em consideração a importância e abrangência que aquela investigação teria para o presente trabalho, caso fosse autorizada pelas autoridades e ainda obrigou-nos de certa forma, compararmos a diferença de acessibilidade aos centros educativos para a realização de uma pesquisa/ estudo de grande valor entre os dois países âmagos da presente investigação.

Por tal motivo, a investigação quanto à medida tutelar de internamento em centro educativo português, embasou-se em doutrinas, noticiários, revistas e dados estatísticos da DGRS, conforme veremos adiante.

As tramutações políticas, económicas, sociais, tecnológicas, entre outras, nos últimos tempos na sociedade contemporânea, comprovam a incerteza e os riscos que nos cercam diariamente. Apesar de toda a sociedade ter que conviver com essas incertezas, existem os grupos menos resistentes que ficam especificamente mais frágeis a toda essa mutação.

Neste caso, estamos a falar das crianças e jovens inseridos nesse contexto social, os quais são afectados imediatamente pela maioria dos problemas sociais, o que

faz surgir conflitos, já que aqueles menores acabam por serem avassalados de vazio psicossocial e cultural e pela inexistência de valores e referências para a sua existência.

Defronte a todas essas circunstâncias, está comprovado o aumento gradativo da criminalidade juvenil e consequentemente o aumento progressivo do número de jovens internados em centros educativos, e esses motivos justificam-se na conjuntura momentânea de sobrelotação de CE em Portugal. Exactamente na altura da realização da pesquisa (Julho- Agosto/2014), deparamos com a lastimável notícia, a qual estará exposta posteriormente, de que *“Centros Educativos já não têm vagas para acolher mais jovens condenados”*.¹³ (ver anexo). Devido à infeliz comunicação, impossibilitou-nos tal de ter acesso a centro educativo, pois, especificamente o fecho do Centro Educativo de Santa Clara, em Vila do Conde- Portugal, em virtude da situação economicamente insustentável, introduziu algumas alterações na rotina daquelas instituições bem como em sua composição, o que restou desaconselhável pela DGRSP- Direção Geral de Reinserção e Serviço Prisional, a visita de pessoas para aplicação de inquéritos ou qualquer outro tipo de recolha de dados que envolvesse contacto directo com jovens, sendo assim foi-nos indeferido o devido ingresso ao CE.

Entrementes, não deixamos de registar aqui, a caracterização geral dos Centros Educativos em Portugal, onde os jovens cumprem medida tutelar educativa de internamento que lhe foi atribuída.

Conforme verificamos, a medida de internamento concede ao jovem, através de afastamento temporário de seu meio social, programas e métodos pedagógicos que visam fazê-lo interiorizar e adquirir princípios conformes ao direito, para que ele possa conduzir uma vida futura social e juridicamente responsável.

A medida de internamento, quando aplicada aos jovens em virtude de facto por ele praticado e adequada à circunstância, é executada em Centros Educativos, que são instalações dependentes dos serviços de reinserção social de forma orgânica e hierárquica. Os referidos estabelecimentos estão sujeitos a legislação característica que faz com que sua organização, criação, competência e funcionamento sejam por ela direccionados.

¹³ Notícia Público publicada em 31 de Julho de 2014.

Conforme mencionado em linhas anteriores, a execução da medida de internamento dá-se após o trânsito em julgado da decisão que a aplicou. Sendo assim, no prazo de três dias após o trânsito, o tribunal irá encaminhar aos serviços de reinserção social a cópia da sentença que determinou a aplicação da medida de internamento em centro educativo bem como os demais documentos pertinentes ao jovem que se encontrem no processo.

Os Serviços de Reinserção Social irão determinar para onde os jovens irão cumprir a medida de internamento, ou seja, em qual CE, com os objectivos elucidados no art. 145º da LTE. Portanto o IRS é quem irá gerir o CE e de acordo com as necessidades dos jovens primordialmente, bem como com os objectivos continuados inerentes à decisão e descobrir o centro mais ajustado para o cumprimento das determinações judiciais. Regista-se que, deverá levar em consideração as necessidades de educação do menor para o direito e se possível deve-se escolher o centro educativo mais próximo da residência do jovem, quando da determinação do CE mais conveniente para a execução da medida tutelar de internamento determinada pelo juiz.

A execução da medida tutelar de internamento não é a única finalidade do CE, dessa forma: “*a execução da medida cautelar de guarda; internamento para a realização de perícia sobre a personalidade; cumprimento da detenção e internamento em fins de semana*”¹⁴ também estão enumerados nos designios daquela instituição. (art. 145º-LTE), levando em consideração a sua classificação e âmbito de intervenção. À vista disso, não é admitido o internamento em CE para finalidades que não estejam enumeradas no supramencionado artigo, sendo que apenas é possível a medida de coação de prisão preventiva em CE sob regime fechado, com fulcro no art. 27º daquela Lei.

2- Estudo realizado sobre a medida de internação do adolescente infrator no interior do Centro Educativo São Francisco de Assis- Brasil

Conforme ficou devidamente demonstrado, na legislação brasileira, uma criança ou adolescente que pratica ACTO INFRACIONAL, não terá a mesma punição que um adulto que comete CRIME, portanto aquele infante considerado em conflito com a lei,

¹⁴ SILVA, Júlio Barbosa e, «Lei Tutelar Educativa Comentada No Âmbito das Principais Orientações Internacionais, Da Jurisprudência Nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», Coimbra, Almedina, 2013, p. 427.

por lei, terá um tratamento diferenciado e será encaminhado para uma instituição, onde receberá atendimento especial, e conforme for o acto infracional praticado pelo menor, ser-lhe-á aplicada a medida socioeducativa mais adequada à situação.

Doravante a tudo o que ficou devidamente exposto no tocante a medida socioeducativa de internação, o presente trabalho também contou com uma pesquisa de campo que foi realizada no interior de centro educativo de internação no Brasil, com a finalidade almejada ao estudo comparativo em questão.

No Brasil existem 435 (quatrocentos e trinta e cinco) centros de internação, entretanto, para ilustração no presente trabalho, contamos com a realização de pesquisa realizada no interior de um centro educativo como referência naquele país, na cidade de Governador Valadares, leste do Estado de Minas Gerais.

A visita foi realizada no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, denominado CIA- Centro de Internação naquela cidade, o qual é administrado pela SUASE- Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, para adolescentes do sexo masculino.

A diretora ***Kamila Delfino*** esclareceu-nos que o órgão da SUASE é quem vai gerir todas as Unidades de cumprimento de medidas socioeducativas do Estado de Minas Gerais. A SUASE está subordinada à SEDS- Secretaria de Estado de Defesa Social, ou seja, é a SUASE é quem dará as diretrizes e a superintendência da SUASE é quem irá gerir o CIA.

Para melhor esclarecimento, a hierarquia de responsabilidades da SUASE/CIA funciona da seguinte forma:

Secretário (Belo Horizonte- SEDS)

Subsecretaria (Belo Horizonte- SUASE)

Superintendente (Belo Horizonte- SUASE)

Diretores do Núcleo Gerencial (Belo Horizonte)

Diretores Gerais (Governador valadares)

Diretor de Segurança e Diretor de Atendimento (Governador Valadares)

Agentes

Equipe Técnica

Equipe de Saúde

Equipe de Auxiliares Educacionais

A referida diretora da unidade também nos esclareceu que existem circunstâncias em que os adolescentes podem ausentar-se do centro educativo que são as denominadas saídas temporárias e saídas externas.

Nas saídas temporárias, é preciso que seja feita uma avaliação e estudo de caso do adolescente acautelado. Posteriormente será informado ao juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca, e somente após a autorização do judiciário é que o centro poderá liberar o adolescente acautelado para se ausentar do centro educativo.

As saídas externas são as demais saídas que o adolescente acautelado faz se ausentando do centro educativo para consultas médicas, atividades culturais, etc. A saída externa não está condicionada à autorização do juiz, entretanto, os adolescentes são acompanhados/ escoltados pelos agentes socioeducativos (segurança).

Ressalta-se que toda e qualquer saída do adolescente acautelado para se ausentar do centro educativo, depende de uma avaliação e estudo de caso daquele infante para identificar se o mesmo está apto e tem condições para estar em contacto com o mundo externo.

Embora a legislação faculte aos adolescentes acautelados em centros educativos, mas somente para os casados ou que vivam comprovadamente em união estável, o direito às visitas íntimas, no momento, no CIA não existe nenhum adolescente acautelado que preencha os requisitos exigidos pela legislação bem como também não possui estrutura física (espaço), caso houvesse algum adolescente nessas condições, porém existe uma sala no interior do centro educativo que está sendo reformada para essa finalidade. Regista-se aqui, que o objectivo desse benefício aos menores em desenvolvimento tem o condão de fazer com que os mesmos permaneçam nos seus

vínculos familiares, de forma a estimulá-los a cumprir correctamente a medida que lhe foi imposta.

A legislação também exige que os adolescentes que cumprem medidas de internação fiquem separados no interior do centro educativo, atendendo aos critérios de: idade, compleição física e gravidade da infração. Entretanto, no CIA, devido a estrutura física, não há a possibilidade de cumprir na íntegra essa exigência legal, sendo que “às vezes” é possível separar os adolescentes acautelados pelo critério de idade.

Quanto ao resultado da medida de internação que é aplicada aos adolescentes acautelados, acredita-se que no caso de Governador Valadares-MG, os bairros precários existentes na cidade, os quais existem falhas em todos os sentidos, contribuem para o gerar de actos infracionais pelos adolescentes que lá vivem e consequentemente levam à aplicação da medida de internação. A maioria dos adolescentes na época da prática do acto infracional, nem sequer frequentava a escola. A maioria dos casos existentes no centro educativo são de adolescentes em situações muito precárias.

Para obtermos êxito naquela pesquisa/ estudo, foi necessário ultrapassar toda uma burocracia, em que foi preciso autorização da diretoria da SUASE na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, para que pudéssemos frequentar o mencionado centro educativo com o intuito de realizar o presente trabalho.

Na cidade de Governador Valadares- MG, existe apenas um centro educativo de internação para o sexo masculino, denominado CIA, mencionado anteriormente, sendo que para adolescentes em conflito com a lei do sexo feminino que lhes sejam aplicadas medidas socioeducativa de internação, deverão estes ser transferidos para algum centro educativo mais próximo daquela cidade.

O Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, localizado na Rua Espera Feliz, nº 700, bairro Santos Dumont II, Governador Valadares- MG, o qual podemos considerar sito numa região isolada existente naquela cidade, existe desde o mês de Outubro/2005.

Convém registar que na altura em que foi realizada a presente pesquisa, o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis estava passando por uma situação

drástica quanto ao acesso ao local. Em virtude das chuvas torrenciais ocorridas na cidade de Governador Valadares-MG no mês de dezembro/2013 e janeiro/2014, o ingresso ao centro educativo estava praticamente impossibilitado, sendo que para que ficasse minimamente acessível, foi preciso a colaboração dos próprios agentes socioeducativos, para proceder ao conserto da ponte que dá acesso ao local.

O Estado de Minas Gerais é quem mantém financeiramente o centro educativo, ou seja, as verbas são estaduais.

É composto por uma equipe de cento e cinquenta agentes socioeducativos, onze profissionais da equipe técnica (terapeuta educacional, assistente social, psicólogo, advogado, professor, oito agentes da área da saúde, seis auxiliares de serviços gerais, sete auxiliares educacionais, quatro auxiliares administrativos, três diretores).

No interior do CIA, que tem capacidade para acautelar oitenta adolescentes conflitantes com a lei, porém no momento comporta cento e quatro infratores, sendo que dezessete são provisórios e oitenta e sete já foram sentenciados à medida socioeducativa de internação.

A estrutura do centro educativo é composta da seguinte forma: existem quatro blocos de internação e um bloco provisório. Cada bloco é composto por sete alojamentos com a metragem de 3,65 x 3,10m e casa de banho de 3,65 x 0,95m . No interior de cada alojamento possui: colchões, lençóis e cobertores, para cada adolescente, os quais são fornecidos pelo Estado. Os alojamentos são inadequados e precários e abrigam quatro adolescentes (mas foi construído para acolher apenas três adolescentes), o que deixa claro a sobrelotação do centro educativo.

O interior do CE possui uma escola de ensino para os adolescentes acautelados, sendo que essa escola faz parte da Secretaria de Educação do Estado, ou seja, é uma escola estadual e funciona das 07:15 horas às 11:45 horas.

É facultado aos familiares atendimento pessoal, sendo que para isso será necessário prévia marcação com a equipe técnica, de segunda- feira à sexta- feira e dependerá da disponibilidade do profissional da área.

No geral a estrutura física do CIA é composta: por uma cozinha, uma quadra de esportes, enfermagem, escola e os supremacionados alojamentos.

Os adolescentes podem receber visitas de seus familiares: pai, mãe, irmãos biológicos, sendo permitido apenas o recebimento de três deles por semana. A referida visita ocorre nos dias de sábado: 07:30 às 11:30 horas, e no domingo no mesmo horário.

Quanto à questão de segurança, o centro educativo adotou a seguinte política para o sistema de segurança do próprio adolescente e de suas visitas, de maneira que os visitantes serão rigorosamente revistados pelos agentes socioeducativos da seguinte forma: na entrada para visita, o visitante será revistado pelo agente, e no final de cada visita, o adolescente é quem passará por uma vistoria, e somente após o agente socioeducativo vistoriar o adolescente e constatar que o infante não possui nada consigo é que o visitante será liberado a se ausentar do centro educativo. Essa política é por questão de segurança para todos que ali estão, e para evitar situações como por exemplo a entrada de drogas ou outros tipos de objetos, já que acontecem situações como por exemplo, “*circunstâncias de os próprios familiares levarem drogas para os adolescentes acautelados*”¹⁵, ou seja, nos dias de visita estes fazem entrar estas juntamente consigo no CE, de forma oculta, infelizmente é uma circunstância que ainda existe, conforme informação prestada pela diretora daquela instituição.

Lamentavelmente, apesar da rigorosa política de segurança adotada pelo centro de internação, deixamos registado no presente trabalho o triste episódio ocorrido durante a pesquisa realizada no interior do Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, no dia 15 de março/2014, o assassinato de um dos acautelados no interior de um dos alojamentos, morte essa que contou com a participação de outros 2 infantes que dividiam o mesmo alojamento. Essa circunstância gerou grande polêmica na cidade, pois em 08 (oito) anos de existência do CIA, esse foi o primeiro homicídio ocorrido nas dependências daquela instituição, situação em que foi preciso interromper os dias de visitas para a pesquisa em questão. Em outra altura, a diretoria teve que contar com situações de tentativas de fuga e suicídio.

¹⁵ A Diretora do CE informou-nos que já ocorreu situação de uma mãe ao visitar o filho acautelado, portando de forma oculta estupefacientes, e ao aproximar-se do filho, cumprimentou-o de forma gentil e carinhosa, dando-lhe beijo na boca, e neste momento transferiu a droga para o filho mediante aquele ato “maternal”.

Nos dias de visitas, após os visitantes retirarem-se do centro educativo, é facultado aos adolescentes acautelados duas horas de atividades, sendo que haverá um revezamento de 1 hora para cada bloco. Há que se acrescentar que a cada quinze dias também possui atividades religiosas para os adolescentes acautelados.

Os adolescentes possuem rígido horário para movimentação no interior do centro educativo, ou seja, os infratores se ausentam dos alojamentos somente nos horários das atividades escolares ou elementares e para alimentação.

Durante os dias frequentados no interior do centro educativo para a realização da presente pesquisa/ estudo, os adolescentes acautelados, que estavam todos ansiosos com a nossa presença, querendo falar de suas necessidades, foi-nos autorizado contato directo com os mesmos que por sua livre e espontânea vontade responderam a um guião de perguntas que foi feito com o intuito de maiores esclarecimentos quanto a medida socioeducativa de internação em cumprimento por aqueles infantes em conflito com a lei.

RECOLHA DE INFORMAÇÃO

A Entrevista

1- Entrevista com os Acautelados em cumprimento de medida de internação no Centro Educativo São Francisco de Assis

Para que fosse possível fazer uma análise final quanto à medida socioeducativa de internação bem como sua eficácia, foi feita uma entrevista semi- estruturada aos acautelados, e com um guião de perguntas, que funcionou como um eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista, que foi realizada de forma individual com cada adolescente (o qual teve que ser analisado e aprovado pela direção do centro educativo) aos menores infratores: Identificação (no caso, fictícia para trabalho), Escolaridade, Nacionalidade, Tempo de permanência naquele centro, Opinião do menor em relação ao centro onde encontra-se, Atividades desenvolvidas, Motivo pelo qual lhe foi aplicada medida socioeducativa de internação, O que é a criminalidade? Opinião?, Há quanto tempo encontra-se no mundo do crime? Estrutura familiar? Como é composta?, Por qual motivo inseriu-se no mundo do crime?, O que pensa a respeito do adolescente que pratica esse tipo de ato infracional? A partir de quando sentiu necessidade de introduzir-se na criminalidade?, Qual a opinião em relação à medida de internação? Considera importante? Útil?, Caso negativo, qual o motivo?, A medida de internação que está em cumprimento está sendo satisfatória para ajudá-lo a retirar-se do mundo do crime? Houve alteração de comportamento/ opinião a partir do momento que lhe foi aplicada a medida de internação? Qual a perspectiva futura de vida após cumprir a medida de internação? Tem a intenção de continuar no mundo do crime? Ou seria capaz de cometer novamente o ato infracional praticado?

Adiante, nos dias de pesquisa autorizada no interior do centro educativo, que contou com ajuda de toda a equipe técnica, os acautelados selecionados se ausentavam do alojamento, sob escolta de um agente socioeducativo. Para melhor entendimento e possíveis conclusões, apresentamos a seguir algumas entrevistas feitas com aqueles acautelados, de forma real, sendo que as entrevistas foram relatadas e transcritas com os próprios termos utilizados pelos adolescentes, com o objetivo de retratar as unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, que teve como referência o supramencionado centro educativo de internação naquele país- Brasil. Destaca-se que foram utilizados nomes fictícios na identificação de cada menor.

O primeiro adolescente identificou-se como **Joaquim**, com idade de 18 anos, cursando o 9º ano, residente na cidade de Conselheiro Pena, cidade próxima de Governador Valadares. Esclarecemos aqui, que este adolescente cumpre medida de internação no CIA daquela cidade, pois na sua cidade de origem não existe centro educativo de internação. Encontra-se acautelado no CE há 1 ano e 4 meses. Sua opinião em relação ao mesmo é de que o CIA é uma “merda” e não possui estrutura para atender os menores. Alegou que durante a refeição, já encontrou “coisas” na comida, sendo que chegou encontrar até pedra na alimentação. A partir de agora o centro começou a melhorar, pois o “Sr Davi” (novo diretor) está criando planos e melhoria para os adolescentes. Está cumprindo medida socioeducativa de internação pelo motivo de LATROCÍNIO, que cometeu com mais outros 2 (dois) adolescentes. Entretanto, não sabe dizer o que é a criminalidade. Inseriu-se no mundo do crime quando tinha 16 anos de idade. Tudo começou após a morte da avó Alcedina, que foi quem o criou, e após a morte da avó o menor sentiu-se sozinho no mundo e acabou por sentir um “vazio” dentro de si. Sua estrutura familiar é composta pela mãe e 2 irmãos, de 20 e 15 anos. A irmã é policial na cidade de Belo Horizonte-MG. O adolescente recebe visita da mãe e as vezes da irmã. Entretanto tem mais de 2 meses que a mãe não vai visitá-lo. Ele sente falta, mas “fazer o quê?”. As vezes questiona com o diretor da instituição, o fato de a família não visitá-lo, mas não adianta falar nada com o diretor, porque quando quer falar com alguém da diretoria eles passam à beira dos acautelados “igual um pau”, e nem sequer dão a devida atenção aos mesmos. O adolescente informou que havia uma outra diretora que era melhor, mas foi mandada embora porque era tipo uma “mãezona” para os adolescentes que ali estão acautelados. Ainda alegou que inseriu-se no mundo do crime por influência de outros adolescentes. “Um vai na onda” do outro depois de ter fumado maconha e acaba por fazer coisa errada. Mas ele já parou de fumar maconha porque viu que a vida e a liberdade é bem melhor sem o uso de drogas. Ainda disse que o dinheiro usado para comprar droga, podia ser utilizado para comprar leite para sua filha, já que ele é casado e tem uma esposa de 19 anos. Sua opinião em relação à medida de internação é de que a mesma está valendo a pena. Quando entrou no centro educativo tinha uma visão do mundo e agora tem outra totalmente diferente. Com o tempo, a medida de internação fez com que ele amadurecesse. Ficou mais disciplinado, e por isso a medida de internação está sendo completamente útil para a vida dele,

porque tem tempo para refletir sobre a vida e pensar o que é certo e o que é errado. Durante o cumprimento da medida de internação houve alteração de seu comportamento, pois quando entrou no CIA, ele agredia até os agentes socioeducativos. Não faz mais o uso da maconha. Já chegou a usar outro tipo de droga, sendo que já usou apenas 1 vez a cocaína. Ademais, mesmo após toda a permanência no interior do CE para cumprir a medida de internação, o mesmo tem a perspectiva futura de vida após cumprimento, de sair do centro e ir para os EUA. O padastro que o criou vive lá e ele vai pedir para o levar e viver com ele lá. Considera que nos EUA será melhor para viver porque lá tem futuro. Também quer terminar os estudos. Vai fazer de tudo para melhorar, trabalhar e estudar. O infante ainda expôs que se pudesse voltar atrás, faria tudo diferente, pois não tem a intenção de voltar para o mundo do crime mais, e que partiu dele próprio essa necessidade de mudar, porque viu que ali no centro educativo não é lugar de se viver. Portanto não é capaz de cometer atos infracionais novamente, porque não quer ficar acautelado nunca mais. Por melhor que seja ali dentro do centro educativo, ainda é melhor estar lá fora com a família. A medida de internação foi a melhor e ao mesmo tempo a pior coisa que já aconteceu na vida dele, porque mudou a personalidade dele para melhor, ajudou-o a tomar uma direção na vida e decidir o que quer para a vida futura. Hoje ele tem o sonho de trabalhar, cuidar da família e dos seus 02 filhos.

O segundo menor em conflito com a lei identificou-se como **Manuel**, com idade de 16 anos, estudante do 7º ano e residente na cidade de Governador Valadares-MG. Encontra-se acautelado no centro educativo há 1 ano e 6 meses, já que o juiz determinou medida de internação de 3 anos. Sua opinião em relação ao CIA é de que os menores que ali estão são bem tratados pelos funcionários da instituição, porém é difícil a convivência com os demais adolescentes que ali cumprem medida. Não desenvolve nenhuma atividade no interior do centro educativo. Há um tempo atrás desenvolveu atividade no projeto “SE LIGA”, onde praticava grafite. Disse que naquela época era muito bom. Só participavam os adolescentes que tinham bom comportamento ou eram indicados pela diretoria. Atualmente já faz saída temporária e considera a melhor coisa do mundo. Explicou que em cada alojamento permanecem 3 ou 4 adolescentes. No momento ele está dormindo sozinho. Ele decidiu “pagar sozinho” e usa a expressão que está no “buraco” sozinho. O motivo pelo qual lhe foi

aplicada medida socioeducativa de internação foi porque cometeu um HOMICÍDIO, na cidade de Mendes Pimentel- MG (por causa de droga), foi de um adolescente que tinha roubado sua droga. Também houve tráfico envolvido, mas não caiu “nas costas” dele não, porque foi um maior quem praticou, o qual está na cadeia de Mantena, interior de Minas Gerais. Inseriu-se no mundo do crime desde os 13 anos de idade, momento em que começou a usar droga: maconha, cocaína, lança- perfume. Sua estrutura familiar é composta pelo seu pai, mãe e 3 irmãos. Os pais são separados e o pai mora longe. Todos os domingos recebe visita da mãe, sendo que às vezes veem os irmãos, tios ou primos. Introduziu-se no mundo do crime por curiosidade. Na época tinha um primo que já era do mundo do crime. Este primo só usava “roupas doidas”, como bermudas, chinelos e bonés de marca boa e o adolescente só usava roupas ruins. Aquele primo não fazia nada na vida e tinha roupas boas e de marca. O adolescente que trabalhava a capinar lotes, só tinha roupas ruins, e por não achar “isso justo” resolveu ver “como isso funcionava”. Sendo assim, descobriu que aquele primo passava nota de dinheiro falsa para outras pessoas. Teve um certo dia que este primo deu-lhe dinheiro (notas falsas), e com esse dinheiro ele comprava roupas nas lojas de forma que fosse receber troco, e com esse troco “fazia dinheiro” e posteriormente comprava drogas. Este primo também lhe passava droga. Foi o referido primo que o influenciou a entrar para o mundo do crime, foi onde tudo começou, e quando percebeu já estava ali no centro educativo. Portanto, o motivo pelo qual entrou no mundo do crime foi por influência de outras pessoas, no caso, o referido primo. Sua opinião sobre menor que pratica esse tipo de crime é que não vale a pena estar no mundo do crime. É melhor trabalhar, ficar de boa e cuidar da família. O infante ainda expôs com sorriso no rosto que tem uma namorada que é bonita, humilde, e aceita “de boa” o facto de ele estar ali acautelado. Acredita que na cidade de Governador Valadares- MG onde vive só tem criminalidade alta e morte todo dia. Sentiu necessidade de introduzir-se na criminalidade porque considera que menor ganha pouco dinheiro quando trabalha, sendo que trabalhava capinando lote e como sempre via o referido primo com “roupas doidas”, teve o pensamento de que “isso não era certo”, já que o primo não fazia nada na vida, portanto a ambição pelo dinheiro fez ele traficar. Ele teve o seguinte raciocínio: vou entrar “nessa vida” que é “jogo fácil”. O tempo passou, e quando assustou já tinha em mãos R\$1.200,00 reais (mil e duzentos reais), momento em que decidiu comprar um

revólver na cidade de São Paulo. A medida de internação que está cumprindo está sendo satisfatória para ajudá-lo a retirar-se do mundo do crime, já que o ajudou a tomar consciência que dinheiro fácil não leva a nada. Que a vida é cheia de desacertos e que a ambição só leva à morte. No decorrer da entrevista, aquele adolescente que ali estava relatou com semblante bastante entristecido que os pais eram alcoólatras, se agrediam ao ponto do pai deixar a mãe com olho roxo. Essas agressões eram presenciadas por ele e seus irmãos. A referida agressão era com tanta frequência que teve uma certa altura que o Conselho Tutelar tomou conhecimento da situação de agressão dos pais do adolescente e levou-o juntamente com seus irmãos para viverem em um abrigo, onde permaneceram durante 1 ano e 2 meses. Considera que houve alteração de seu comportamento, durante o cumprimento da medida, pois depois que ficou acautelado no CIA, ficou mais atento e pegou mais “maldade” nas coisas. Apesar de tudo, tem uma boa perspectiva futura de vida após cumprir a medida de internação, e quando terminar de cumpri-la, pretende arrumar um trabalho, fazer curso de agronomia e mexer com gado. No final da entrevista pediu para deixar bem esclarecido que a ambição pelo dinheiro tem que ser jogada no lixo, porque se a gente não matar a ambição, será ela quem irá nos matar. De forma tristonha, disse que tem muitas saudades do pai, pois gosta dele demais porque ele é trabalhador e chegava em casa com suor no rosto, após tanto trabalho e falava que o adolescente tinha que ser assim: “trabalhador”. O pai sempre lhe perguntava se ele estava freqüentando a escola com frequência, sendo que o adolescente dizia que sim, porém, certa altura seu genitor descobriu (pois recebeu aviso de faltas da escola) que ele estava faltando às aulas e que ele estava indo fumar maconha com os amigos e por esse motivo deu-lhe um “bicudão” nas pernas, pois o pai o dizia que não o queria envolvido “nessa vida”. De forma alegre, aquele adolescente infrator disse que não pretende continuar no mundo do crime, só faria alguma coisa contra alguém se tentassem contra a sua família. Sente ansiedade em sair e conseguir sua liberdade, porque sabe que tem coisas boas o esperando “lá fora”, sendo que já até tentou suicídio devido a essa ansiedade. Não seria capaz e nem quer cometer outros atos infracionais. Quanto à medida de internação em cumprimento, disse que está sendo muito útil, porque depois que entrou para o CIA, percebeu que não é bom estar “ali” e que tem vida “lá fora” esperando-o e que a ambição não leva a nada. Aquele adolescente, de maneira

confusa e jeito embaraçoso tentou nos explicar que as coisas aconteceram tão rápido que quando o mesmo assustou: “já estava ali”.

O terceiro infrator apresentou-se como **Jorge**, com idade de 16 anos, estudante no 9º ano, residente na cidade de Governador Valadares-MG. Está acautelado no centro educativo há 11 meses e sua opinião em relação aquele centro é de que os adolescentes que ali estão são bem tratados pelos funcionários da instituição, mas queixou-se que nos momentos de refeição, o funcionário coloca pouca comida para os adolescentes. O adolescente infrator participa de todas as atividades: pin-pong e todos os tipos de jogos na quadra esportiva. Está cumprindo medida de internação por motivo de ROUBO. No dia do crime, estava com outro adolescente que também está ali acautelado. O juiz determinou medida de internação pelo período de 3 anos, com avaliação de 6 em 6 meses. O infante tem a consciência de que criminalidade é quando o menor age fora da lei. Entretanto inseriu-se no mundo do crime desde os 13 anos de idade quando começou a fumar maconha. Tudo isso começou dentro de sua própria casa onde vivia com os pais, porque seus genitores também usavam drogas, e por esse motivo sentiu necessidade de usar também, pois queria saber “como era a onda”. Sendo assim, em virtude do exemplo que aquele menor tinha no próprio seio familiar e também os amigos de má influência que tinha na rua, passou a fazer o uso das drogas. Sua estrutura familiar é composta pelo seu pai, mãe, que como dito anteriormente, são usuários de droga. O pai após passar por clínica de tóxico-dependente, parou de usar droga por iniciativa própria. A mãe ainda é usuária. São os avós que o criaram desde pequeno e ainda criam-no “graças a Deus” e vêm visitá-lo toda semana. Ainda acrescentou que a mãe merece e precisa de ajuda, e sente pena dela porque a mesma não tem ajuda nem da própria família. Sua opinião sobre menor que pratica crime é de que é preciso afastar de gente de má influência para não praticar crime. Sobre a medida de internação, com aspecto feliz, deixou bem claro que está valendo muito a pena porque tem tempo para refletir o que é o certo e o que é o errado e poder saber que tem que ficar do lado certo para poder criar “coisas” para o futuro. Está sendo satisfatória porque se estivesse “no mundão”, não estaria “de boa” e poderia estar ainda mais envolvido com o crime. Durante o tempo em que está acautelado houve alteração de comportamento porque teve que amadurecer com a medida socioeducativa que lhe foi aplicada. Tem a perspectiva de vida para o futuro de estudar. Mudar para a cidade de

Vitória, onde vivem suas tias, das quais gosta muito e continuar estudando para chegar a fazer uma faculdade e além disso pretende trabalhar. Quando terminar de cumprir medida de internação o menor quer ficar com as tias (irmãs do pai) na cidade de Vitória, como disse, pois elas podem dar uma estrutura de vida melhor que a mãe. E além disso tudo está feliz em ter em mente que pretende sair do mundo do crime e jamais seria capaz de cometer outro ato infracional.

O quarto e último menor em conflito com a lei entrevistado identificou-se como **Martim**, de 16 anos de idade e estudante do 1º ano, também residente na cidade de Governador Valadares, no bairro periférico daquela cidade. Aquele adolescente estava sob medida provisória de apenas 18 dias. Sobre o centro educativo, esclareceu que o mesmo, no presente momento está bom, entretanto reclamou que antigamente era “lombrado”, pois a comida não era boa, por vezes vinha gordurosa e queimada e além disso o suco era ruim. Quanto aos funcionários, existem alguns que até são gente boa e dão conselhos aos adolescentes. Mas existem outros funcionários que “provocam” os adolescentes com o intuito dos mesmos fazerem alguma coisa para “esfumaçar” o plantão do agente e o próprio adolescente acaba por ser prejudicado, por exemplo: fica proibido de praticar alguma atividade. No momento, aquele adolescente não desenvolve nenhuma atividade, pois está proibido, pelo motivo de ter “arrumado” confusão com outro adolescente. Este adolescente tinha uma situação distinta das anteriormente mencionadas, em primeiro lugar, por estar na provisória, e em segundo momento por ser a sua segunda entrada no centro educativo para cumprimento de medida socioeducativa de internação. O motivo pelo qual cumpre pela segunda vez medida de internação é por ROUBO (de um carro, em um bairro nobre chamado Ilha dos Araújo na cidade de Governador Valadares). Aquele menor, de corpo frágil e com semblante fechado, respondeu com firmeza que quando se está no crime tem que agir certo. Quando se está “naquele mundo”, não pode fazer nada contra o outro criminoso, porque se não agir “certo”, acaba morrendo. Apesar de frágil, aquele menor de poucas palavras inseriu-se no mundo do crime desde os 12 anos de idade. Tudo começou pela amizade de má influência que tinha. Começou sendo usado como “aviãozinho” (levar drogas) e para isso ganhava um dinheiro, e ainda tinha uma menina que ele gostava, sendo que esta miúda gostava sempre de fumar maconha com o infante. Quando tinha 13 anos de idade, já vendia droga. Foi quando tomou a iniciativa

de comprar um revólver. Disse que naquela época, havia ficado encantado com aquele mundo, pois com o tráfico, ele via muito dinheiro, e ainda por cima os que eram considerados “o cara” do crime tinham a possibilidade de terem mais namoradas, e além disso só andavam “nos panos” (roupas de marca). De maneira engraçada e irônica, deixou bem claro que não gosta de mulher feia e “piriguete”. Portanto, entrou no mundo do crime porque gosta de adrenalina e sentiu essa necessidade de entrar para o mundo do crime porque queria adquirir “coisas” boas. Com uma forma um pouco malandresca de conversar, disse que gostava de trabalhar, mas o dinheiro era pouco e a vida era sofrida. Ganhava um salário de R\$ 200,00 (duzentos reais), andava tanto no sol que quase acabou ficando com a pele negra, e por ser trabalho que o exigia bastante esforço, decidiu “abandonar aquilo”. Sua estrutura familiar é composta por pai e mãe. Gosta muito da mãe, sendo que ela faz comida boa, e não é muito apegado ao pai. Não possui irmãos. Com um pouco de revolta nos olhos relatou uma situação vivenciada por ele que em certa altura, os pais descobriram que ele era usuário de maconha, e lhe perguntaram se ele ia continuar usando droga (maconha), e o adolescente respondeu positivamente, e por este motivo, o pai do adolescente decidiu expulsá-lo de casa e sua mãe “fechou” (concordou) com o pai. A partir daí, ele decidiu morar sozinho, e como não tinha onde viver, ligou para uns amigos que também eram usuários de maconha com ele, sendo que estes arrumaram um “barraco” para o adolescente e disseram-lhe: “isso mesmo, cola com a gente”. Quando lhe foi perguntado sobre a medida de internação, o mesmo respondeu de forma bem espontânea que a medida de internação que cumpriu da primeira vez, durante 2 anos, valeu a pena porque mudou sua cabeça. Naquela época, voltou para a casa dos pais, e de lá só saiu quando seus genitores o colocaram para fora de casa (por ele ser viciado em maconha), conforme relatado anteriormente. E como não teve apoio familiar, decidiu buscar “as coisas” de jeito fácil e o próprio mundo do crime o ofereceu. O adolescente até compreende o posicionamento dos pais, porque estes queriam que ele passasse um “aperto” na vida, de forma que fosse precisar deles para sobreviver, mas acaba que os pais “caíram do cavalo”, porque o adolescente ficou em melhor situação quando caiu no “mundão”: tinha roupa boa, ouro no pescoço e dinheiro no bolso. Já essa segunda medida de internação que está em cumprimento não vai adiantar em nada e não está surtindo nenhum efeito no adolescente, porque o mesmo pretende sair do centro educativo e ficar “de boa”, que é

ter as “coisas boas” sem roubar e adquiri-la só mediante o tráfico. Vai traficar para poder ficar “de boa”, mas não vai roubar. Cheio de gargalhadas disse que até gosta de trabalhar, mas quando estava no mundão, não teve oportunidades para ter uma vida digna porque já tinha o “nome sujo”. Seu comportamento mudou bastante desde quando cumpre a medida. Antigamente era uma pessoa mais calma, e no momento se transformou em uma pessoa agressiva por causa do monte de situações que já passou durante o tempo em que está cumprindo a medida. Com termos pejorativos, acrescentou ainda que: *“dentro da cadeia existe muita “treta”, então quanto mais calado a pessoa for, é melhor. Antigamente os adolescentes “testavam a minha fé” (paciência), achava que eu era bobo, e com o tempo eu fiquei mais esperto”,* por causa da experiência ruim que eu passei aqui no centro educativo. Ainda alegou que não é fácil sair do crime, mas que tem perspectiva futura de vida após o cumprimento da medida de internação que é ter muito dinheiro e ter uma família. Disse aquele adolescente: “Quero ter um “moleque”, mas sabe que ainda não é o momento certo e sim quando tiver a vida estruturada, entretanto tem que ser com uma mulher bonita. Sendo assim, se tiver oportunidade de sair do crime, eu irei sair, mas se não tiver: eu vou continuar ué, “é o jeito”, contudo, não é capaz de roubar de novo.

2- Entrevista com a equipa interdisciplinar (técnicos) do Centro Educativo São Francisco de Assis

Ademais, a título de melhor reforço para a ilustração do presente trabalho, após os dias frequentados no interior do centro educativo São Francisco de Assis, com o objetivo de poder descrever todo o procedimento da medida de internação em CE para adolescentes em conflito com a lei, após serem realizadas as entrevistas semi-estruturadas anteriormente apresentadas com os infantes acautelados, com muita satisfação também nos foi disponibilizado alguns esclarecimentos/ perguntas e respostas de toda a equipe técnica interdisciplinar composta no centro educativo quanto à referida medida.

Agora em diante, iremos apresentar o que nos foi esclarecido pelos profissionais que também contou com um guião de perguntas (ver anexo), as quais tiveram que ser

aprovadas pela diretoria do centro educativo, entretanto, graças ao profissionalismo e boa disposição daqueles especialistas, cada qual em sua área, foi possível pormenorizar alguns detalhes sobre a medida socioeducativa de internação, ora aplicada a menores infratores em centro educativo.

O trabalho iniciou-se com a participação da Terapeuta Educacional **Ana Paula Barco Guimarães**, concursada da unidade, sendo que pela mesma foi-nos esclarecido que a função dessa profissional no interior do centro educativo é identificar a demanda do adolescente e tentar profissionalizar o acautelado juntamente com as parcerias. Lembrando que na maioria das vezes o próprio adolescente tem dificuldade em saber quais são suas próprias afinidades, ou seja, eles na maior parte das vezes nem sabem o que querem “ser quando crescer”. No que concerne às parcerias anteriormente mencionadas, tratam-se da possibilidade existente de empresas privadas, órgãos públicos, SESC, SENAI, etc, em fazer parceria com o Centro de Internação, de forma que estes possam oferecer cursos para os adolescentes que cumprem medida de internação. A realidade é que há poucas ofertas de parcerias, pois na maioria das vezes há preconceito por partes de empresas privadas principalmente em “mostrar” o nome da empresa nesse tipo de projeto, tanto é que no momento, o CIA não possui nenhuma parceria com alguma empresa privada da cidade de Governador Valadares-MG para esses fins, o que dificulta muito, já que o centro educativo não possui recursos financeiros para oferecer cursos de qualquer natureza aos acautelados sem ajuda de parcerias. Entretanto, no momento foi feita uma parceria com o SENAI para oferecer curso de eletricista aos adolescentes do CIA.

O atendimento aos adolescentes acautelados funciona de forma que a cada 15 dias é feito atendimento ao adolescente, e neste atendimento é feita uma orientação em relação à profissionalização do mesmo, levando em consideração as aptidões do acautelado. Ocorre que, no momento não é possível realizar os atendimentos com essa frequência, devido a falta de recursos humanos. Por exemplo: o ideal seria que tivesse disponível no centro educativo 01 (um) profissional da área para cada 40 (quarenta) adolescentes. Entretanto, no CIA, no momento existe apenas 01(um) profissional terapeuta ocupacional para realizar esse tipo de trabalho para todos os adolescentes que ali estão acautelados (104 adolescentes).

No que concerne ao atendimento dos familiares dos menores é proporcionada orientação à família para que a mesma incentive o adolescente a profissionalizar-se. Lembrando que é de extrema importância a participação da família nesse incentivo aos acautelados, opinião da terapeuta ocupacional.

Todavia, pode ocorrer a situação em que familiares de adolescentes acautelados tenham boas condições financeiras de forma que possa proporcionar ao adolescente a possibilidade de estar frequentando algum curso profissionalizante particular fora do centro educativo. Neste caso, será feita uma avaliação por toda a equipe técnica do centro educativo, para saberem se o adolescente está apto para se ausentar do centro educativo e se o mesmo estiver apto, ser-lhe-á dada a autorização para que o mesmo possa realizar o curso custeado pela sua família. Esse tipo de situação raramente acontece, e no momento, no CIA não existe nenhum adolescente nessas condições, ou seja, que possua família com boa situação financeira para custear qualquer tipo de curso profissionalizante fora do centro educativo.

No atendimento realizado ao adolescente é feito um “Registro de Atendimento” (formulário de entrevista), quando o adolescente dá entrada no centro educativo, esse formulário é padrão, sendo que todos os profissionais o possui.

No decorrer do cumprimento da medida, desde quando o adolescente dá entrada no centro educativo, é feito esse acompanhamento com o acautelado, ou seja, é feito um trabalho de orientação e incentivo à profissionalização. Portanto, quando o acautelado entra no centro, é como se iniciasse o “problema”, ou seja, trabalho de cada profissional, e o adolescente será acompanhado por toda equipe até o mesmo se desligar do centro educativo (sair do centro educativo após cumprimento da medida).

Caso haja necessidade, é possível transmitir a situação para outro profissional, até mesmo porque, no CIA, todos trabalham em equipe, então há uma interligação entre os profissionais de todas as áreas.

A opinião quanto à medida de internação da terapeuta ocupacional de *Ana Paula Barco* é a de que a mesma pensa que se na prática “funcionasse” conforme a excelente estrutura que consta na lei (“no papel”), seria possível a medida ter mais eficácia, já que as leis Estatutárias protegem integralmente as crianças e os adolescentes.

Sobre o resultado da medida de internação: acredita que devido às condições oferecidas no momento no centro Sócio Educativo São Francisco de Assis, não é possível ter um resultado gratificante.

Particularmente, essa terapeuta ocupacional acredita que o motivo pelo qual o adolescente acautelado insere-se no mundo do crime é devido exclusivamente à **desestrutura familiar** que, se for verificar ao certo, a maioria dos que ali estão cumprindo medida de internação, estão nessa situação de não ter uma estrutura familiar adequada, pois nós todos sabemos que a família é a base de tudo.

De maneira específica/ particular, sobre o centro socioeducativo onde exerce a função de terapeuta ocupacional apreciou que o mesmo não possui estrutura para acautelar os adolescentes que ali estão, por vários motivos, sendo eles: não há estrutura física, há a situação da superlotação, já que o CIA foi construído para acolher 80 (oitenta) adolescentes e no momento acautela 104 (cento e quatro), também tem a falta de recurso humanos, material, sem contar a drástica situação que estão vivendo no momento quanto ao próprio acesso ao local, situação essa que foi registada nas primeiras páginas do presente trabalho. Também tem a situação do problema da logística, sendo que no CIA, no momento não possui sequer viaturas suficientes para atender todas as necessidades dos acautelados. Tanto o é que, a terapeuta ocupacional, deu como exemplo, do triste facto ocorrido, em um dos dias da pesquisa realizada no centro educativo, que foi a morte de um dos acautelados no interior de um dos alojamentos. Na opinião da terapeuta, foi completamente vexatório o facto de que, em virtude da impossibilidade de acesso ao local, devido ao facto de a ponte que necessitava de obra por parte das autoridades responsáveis, e por esse motivo, só era possível o acesso de carros pequenos, e por isso, no dia do ocorrido, sequer foi exequível a ambulância chegar até o local para recolher o corpo do menor que havia sido assassinado.

Ademais, a terapeuta considera que é preciso e necessário ter mais comprometimento da parte do Estado para atender às necessidades do centro educativo. Como exemplo citou a situação do profissional terapeuta ocupacional, conforme dissemos anteriormente, seria preciso 01 (um) profissional da área para cada

40 (quarenta) adolescentes, e no momento só possui 01 terapeuta para atender todos os acautelados há 3 anos, e até hoje não foi feito nada para resolver essa situação.

De seguida, contamos com a colaboração da assistente social *Patrícia Reis*, concursada na unidade, sendo que a mesma elucidou que a responsabilidade do profissional no centro educativo é tentar garantir os direitos sociais do adolescente. Por exemplo, os direitos que são garantidos aos adolescentes e sua família, como bolsa família, adquirir documentos pessoais em órgãos públicos, entre outros, a profissional irá encaminhá-los aos respectivos órgãos, para que os mesmos tenham assegurados os seus direitos. Portanto, será feita uma investigação das demandas do seio familiar, e tentar orientar e encaminhar para o órgão responsável para resolver e atender aquela demanda do adolescente e sua família. Vale esclarecer que antes de iniciar o trabalho para identificar as demandas é de extrema importância fazer uma análise da situação econômica do adolescente em seu seio familiar. Portanto a função do assistente social é garantir os direitos sociais dos acautelados para que ele possa exercer sua cidadania.

O atendimento aos adolescentes acautelados é realizado de forma que é feito um atendimento em que de imediato será apresentado aos acautelados o trabalho que é desenvolvido pelo assistente social no interior do centro educativo, já que muitos deles nem o conhecem. É feito um estudo de caso em que há uma investigação da vida familiar do adolescente (casa em que vive, seu relacionamento com a família, etc), posteriormente identifica-se quais as demandas do adolescente e sua família, e em seguida demonstra-se para todos quais são os seus direitos.

O atendimento aos familiares é feito da mesma forma. Será feita uma investigação e posteriormente uma intervenção. Ressalta-se que sempre terá esse acompanhamento com o adolescente de ser feito juntamente com sua família (isso é muito importante), pois a família tem que participar para que a medida tenha eficácia. Existem muitos casos em que devido à máxima intervenção do profissional, a família acaba por adquirir uma certa confiança do adolescente ali acautelado, e que chega uma certa altura que algumas famílias até “esquecem” o adolescente, pois tem em mente que eles estão seguros ali no interior do centro, já que cada menor infrator é acompanhado por um técnico. Claro que não é a intenção do centro educativo que a família “esqueça” o adolescente, essa situação é em virtude do bom trabalho que o

próprio profissional desenvolve no centro educativo, ou seja, com eficiência (a eficiência é o objetivo de todos os profissionais que ali estão).

Procedimentalmente, no atendimento realizado ao adolescente é feito um “Registo de Atendimento” (formulário de entrevista), quando o adolescente dá entrada no centro educativo, esse formulário é padrão, sendo que todos os profissionais o possuem. Para o assistente social também é feito um “Cadastro de Visitas” para as pessoas que irão fazer visitas aos adolescentes acautelados.

O acompanhamento feito ao adolescente acautelado é realizado desde o momento que o mesmo dá entrada no centro educativo e durante todo o tempo que o acautelado cumpre a medida de internação. Em algumas vezes é preciso recorrer ao judiciário. Por exemplo, às vezes o adolescente precisa fazer seu documento de identidade, e para isso é preciso a certidão de nascimento, e pode ocorrer a situação em que a própria mãe não a tem, sendo assim será preciso recorrer ao judiciário para resolver certos tipos de situações. Portanto, o problema será resolvido desde o início até o fim, tanto para o adolescente quanto para sua família.

Caso seja preciso, é possível transmitir determinada situação a ser resolvida quanto ao acautelado para outro profissional da unidade, já que nenhum adolescente pode ficar desassistido no centro educativo.

Sobre a medida de internação, essa assistente social não a considera eficaz, devido as condições existentes no momento. Considera a legislação para adolescentes “muito bonita”, porém a realidade é outra. Seria muito bom se o Estado fornecesse subsídios para que a estrutura funcionasse conforme a lei determina. São vários os motivos que impedem a eficácia da medida de internação, e referindo-se ao CIA- São Francisco de Assis, tem-se que: os recursos humanos são precários, há a superlotação, a logística é fraca. Por tais motivos não é possível a efetividade da medida de internação. Além disso, a falta de profissionais, mão de obra, a escassez e precariedade do espaço dificultam muito. Considera no geral que o Brasil não possui estrutura, levando em consideração às conferências que a profissional já participou. Lembrando que o Estado de Minas Gerais é considerado modelo padrão no Sistema Socioeducativo e Gestão.

No tocante ao resultado satisfatório, acredita que essa possibilidade é mínima/difícil, em virtude das atuais condições oferecidas.

A assistente social acredita que o motivo pelo qual o adolescente insere-se no mundo do crime conta com a grande participação do sistema capitalista. O acautelado também introduz-se no mundo do crime por uma série de questões pessoais, em que o mesmo não foi orientado, não teve estrutura e acabou por adentrar no crime. O sistema tem má influência.

A profissional avaliou que o centro Socioeducativo São Francisco de Assis não possui estrutura para acolher os adolescentes que ali estão, já que o mesmo possui estrutura para amparar no máximo 80 (oitenta) adolescentes e no momento resguarda 104 (cento e quatro), como anteriormente já se referiu, o que leva crer que não possui estrutura nenhuma. É preciso melhorar as políticas de prevenção, pois a política diz que é preciso diminuir o número de centros educativos, mas entretanto, não pratica com eficácia a política de prevenção, para que os adolescentes sejam instruídos quanto à criminalidade e orientados de forma que o mesmo não tenha a intenção de inserir-se no mundo do crime.

Doravante, contamos com a cooperação da psicóloga *Gabriela Resende*, concursada da unidade, sendo que a mesma elucidou-nos que a responsabilidade da profissional no centro educativo é fazer um atendimento pessoal de cada adolescente. O que a SUASE exige é que esse atendimento seja realizado semanalmente, entretanto, isso é impossível, por causa do número de adolescentes que existem no momento. Porém, se houver algum caso específico de adolescente que necessite de mais “atenção” do profissional, como é o presente caso de um adolescente com problemas mentais e distúrbio que o centro acautela no momento, situação em que o atendimento por parte do profissional é feito com mais frequência, ou seja, é preciso uma dedicação maior para aquele acautelado.

O atendimento psicológico é mais profundo, e por vezes o acautelado relata situações extremamente subjectivas, que não tem lugar na condução do caso, daí a desnecessidade de fazer mencionar no “Registo de Atendimento”, portanto, só ficará apontado naquele registo questões que tenham influência ao caso, para que aquele

profissional tenha condições de conseguir orientar o acautelado na resolução do problema. Por exemplo, existem situações em que o adolescente aponta casos para o psicólogo que não terá relevância nenhuma para o caso, pois é uma coisa estritamente pessoal, neste caso não é preciso consignar.

Para os familiares do acautelado é feito de forma que após serem atendidos pela assistente social, a psicóloga também irá fazer um atendimento para tentar buscar o histórico de vida do adolescente para tentar entender o motivo pelo qual ele chegou “até o centro educativo” e por qual motivo ele fez essa escolha. Portanto, é feita uma busca desde a concepção do adolescente, ou seja, se aquele adolescente foi “desejado”, se a gravidez foi planejada, e após ser feito todo um histórico desde a origem de tudo, no caso a família para tentarmos compreender os reais motivos de o adolescente ter inserido no mundo do crime, e trabalhar em cima disso.

Sendo assim, esse atendimento consiste na busca da origem de todo o problema “lá fora”, busca entender qual o motivo fez com que ele praticasse tal acto infracional, e posteriormente é feito um acompanhamento e orientação junto com a família, pois se aquele adolescente praticou algum acto infracional, ao ponto de tê-lo submetido à medida de internação, com certeza “alguma coisa” não está correndo bem “lá fora”.

Igualmente com os demais profissionais da equipe, no atendimento com a psicóloga é feito um formulário: “Registo de Atendimento”.

O acompanhamento é feito desde o momento em que o adolescente dá entrada no centro educativo e durante todo o período em que ele permanece em cumprimento da medida de internação. No CIA, a regra é que nenhum adolescente acautelado fique desassistido.

Quando houver necessidade é possível transmitir a situação do adolescente para outro profissional, a não ser que seja algum problema específico, por exemplo, um adolescente necessita que o problema seja resolvido por um psicólogo, e assim, outro profissional de outra área não poderá atendê-lo, pois não irá conseguir assumir e resolver aquela situação.

No que concerne à medida de internação é de que a mesma teria eficácia se na prática fosse exactamente como determina o “papel”, ou seja, o que consta nas leis de protecção à criança e adolescente. A falta de estrutura, recursos humanos, condições físicas dificultam muito. Há ainda que considerar o facto de que o que o adolescente acautelado “realmente quer”, pois também depende dele e das escolhas que ele fez para sua vida, porque em nada adianta se não houver vontade da parte do acautelado, sendo assim, fica difícil para o profissional trabalhar para tentar ter um resultado eficaz. Portanto, na maioria das vezes, a medida “NÃO É SATISFATÓRIA”, levando em conta todas as circunstâncias do centro educativo.

Entretanto, apesar de todas as condicionantes anteriormente mencionadas, acredita sim que o cumprimento da medida de internação irá influenciar de um jeito ou de outro para o adolescente, de forma que ele vá perceber que ele tem sim outras opções na vida a não ser o mundo do crime, outras oportunidades, e isso pode influenciá-lo de forma que ele queira deixar de estar nessa vida criminal. Isso tudo tem a ver com o trabalho que é feito com os adolescentes acautelados.

Sobre o centro educativo São Francisco de Assis, a psicóloga acredita que no geral o CIA possui estrutura para acolher os adolescentes que ali estão cumprindo medida de internação. Entretanto deveria melhorar em muitos aspectos em questão de estrutura. A superlotação influencia muito no caso do CIA que foi construído para acolher 80 (oitenta) adolescentes e no momento abriga cento e quatro e por tal motivo não é possível as “coisas” funcionarem em cem por cento de eficácia como o deveria. Então deveria haver por exemplo a diminuição do número de infantes ou colocar condições de trabalho proporcionais ao número de adolescentes ali existentes.

Por último, contamos com a participação do advogado Dr. *Yuri Dias Miranda*, consursado da unidade que juridicamente nos informou que sua opinião em relação a medida de internação é que a mesma tem a possibilidade de fazer com que o adolescente tenha uma boa reflexão sobre sua perspectiva de vida futura. Entretanto, o mundo “lá fora”, a sociedade, o Estado, oferece muitas mazelas aos adolescentes. Portanto, considera um dinheiro “perdido” que o Estado gasta, já que toda verba financeira do centro educativo é fornecida pelo Estado. Considera um dinheiro “perdido” porque o adolescente só é visto pela sociedade, pelo Estado quando aquele menor já

está “perdido”, ou seja, já está inserido no mundo do crime. Assim, o adolescente cumpre a medida que lhe é determinada, e quando retorna para a sociedade, para a “rua”, ele depara com as mazelas que o próprio mundo “lá fora” o oferece. Mas ainda assim, acredita que a medida de internação teria condições de fazer com que o adolescente refletisse sobre sua vida futura.

Esclareceu que a função do advogado no interior do centro educativo é resguardar a aplicação dos direitos dos adolescentes acautelados e a real execução. Os adolescentes não são tão instruídos quanto ao crime.

Pelo advogado, é feito um atendimento aos adolescentes quanto aos seus direitos e quanto às medidas socioeducativas. A maioria dos menores tem curiosidade em saber de forma pormenorizada, pois muitos quase não sabem. Para os familiares dos adolescentes acautelados, eventualmente há atendimento.

Referente ao centro educativo- CIA, em razão da superlotação que existe no momento, acontece uma deficiência maior em relação à estrutura. Acredita que se o centro atendesse a quantidade determinada 80 (oitenta) adolescentes, teria condições razoáveis para atender com melhores condições todos os adolescentes que ali estão acautelados.

Conforme seu entendimento, é preciso melhorar: a proteção desde a família, sendo que deveria existir programas governamentais que amparasse e instrísse melhor as famílias. Portanto, tudo deve-se iniciar desde o planejamento familiar até à educação dos filhos, possibilitando à comunidade um ambiente saudável. O Estado deveria facultar mais trabalhos dignos às pessoas com poucos recursos financeiros, bem como escolas mais adequadas a essas pessoas, locais de lazer, recreação, aprendizagem profissionalizantes desde a juventude, para que, caso ocorra a prática de atos infracionais, a medida socioeducativa de internação seja um mero instrumento de reflexão que se complementará aos demais dispositivos.

Após os dias frequentados naquele centro educativo de internação para adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei, ou seja, os que praticam atos infracionais naquela cidade e região, podemos chegar numa conclusão de que aquele centro, apesar de existir uma equipe profissional estruturada e qualificada para cada

cargo ocupado e uma metodologia de atendimento organizada, não possui, na totalidade, estrutura suficiente para acautelar os infantes que ali estão, pois ainda é falho em muitos aspectos, os quais necessitam da colaboração de autoridades competentes, família, e até mesmo dos próprios adolescentes, para que se tenha maior efetividade para a finalidade almejada pelo centro educativo, atendendo o que as leis menoristas preconizam.

A realização da pesquisa de campo ocorrida no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, utilizado como referência para demonstrar o retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei no Brasil foi de suma importância para o presente trabalho, sendo que é óbvio dizer que ninguém melhor para nos esclarecer todo o procedimento e eficácia ou não de uma medida de internação, senão os próprios adolescentes que cumprem a referida medida. Sendo assim, após todos os esclarecimentos por aqueles menores apresentados, é possível fazermos uma pequena análise acerca da medida de internação cumprida por adolescentes em conflito com a lei, em centro educativo no Brasil, embora a pesquisa tenha sido realizada apenas em um centro educativo em um país de exorbitante dimensão geográfica e com demasiado índice de criminalidade, porém, acreditamos ser de conhecimento da maioria das pessoas que os centros educativos naquele país estão em sua maioria superlotados.

Em partida, diante de tudo o que foi exposto e esclarecido, observa-se que são vários os motivos pelo qual o adolescente em conflito com a lei, insere-se no mundo do crime. Entretanto, a origem desse problema surge desde sua concepção. Devemos partir pelo princípio de que: a família, a sociedade, o Estado e a escola devem agir em conjunto para que uma medida de internação tenha absoluta eficácia na vida de um menor que passa por esse tipo de situação.

A pobreza também abre espaço para o envolvimento com actividades ilícitas, por isso, também devemos contar com o facto da situação financeira, que de certa forma também contribui para essa circunstância, claro que não é justo dizer por exemplo que uma pessoa (criança/adolescente) rouba porque é pobre, digamos. Mas o que foi observado é que, a maioria dos adolescentes acautelados e entrevistados, moram em bairros de periferia da cidade de Governador Valadares-MG, o que contribui para essa conjunção, pois, sabemos que os locais onde a pobreza predomina, possuem mais

tendência à criminalidade, já que muitos dos que ali vivem consideram o mundo do crime um meio mais “fácil” de se ganhar e manter a vida, já que aqueles infantes em cumprimento demonstraram que tinham necessidade de alguma forma contribuir com o contexto familiar, entretanto no “mundo do crime” era mais acessível.

Um adolescente, que nos olhos da lei, é considerado uma pessoa com personalidade ainda em desenvolvimento, ou seja, não é formada, é portanto influenciável, e está propício a praticar atitudes que alguém o influencie.

Todos nós sabemos ou temos a opinião de que a família é a base. É no seio familiar que nós vamos adquirir educação e princípios para que possamos nos tornar uma pessoa de boa índole e assim formar nossa personalidade. E muitos dos adolescentes que ali estão por vezes não têm sequer as visitas dos próprios familiares: pai, mãe ou irmãos, e a tendência daquele infante é se afastar, pois é mais que certo que quem não tem apoio da família se isola dos demais adolescentes.

A partir do momento que uma criança ou um adolescente não tem o apoio da própria família, ou essa é desestruturada, em seguida, passa a ter contato com o mundo externo, em meio a pessoas de todos os tipos de personalidade, e no caso de algum menor que chega a inserir-se no mundo do crime nessa situação, é bem provável que é viável o mesmo ali permanecer.

Durante a pesquisa, pudemos observar que de quase 100% (cem por cento) dos adolescentes que ali estavam, não possuíam estrutura familiar. Havia sempre uma situação de que o adolescente era órfão de pai ou mãe, ou era criado por avós, ou possuía algum familiar que já estava inserido no mundo do crime, ou que o pai ou mãe era usuário de drogas, ou presenciou frequentemente agressões em meio ao próprio seio familiar, etc... Resumindo: não havia nenhuma situação que pudéssemos considerar “normal”, conforme o cotidiano de uma família minimamente comum, ou seja, com rotinas costumeiras, para as que possuem crianças ou adolescentes em casa.

Ademais, se o menor entra para a criminalidade, neste caso em ênfase, ao ponto de chegar à internação, objecto de estudo do presente trabalho, e após cumprimento da medida, o mesmo tem a oportunidade de voltar para a sociedade, o que também ficou analisado, é de que ainda existe o famoso preconceito, ou seja, a

sociedade, na maior parte, não é capaz de aceitar “com os braços abertos” aquele adolescente que, após cumprimento da medida já não é mais devedor do Estado, entretanto, em alguns casos, ainda é passivo de preconceito pela própria sociedade, como por exemplo um menor recém acautelado que ao adquirir liberdade, vai à procura de emprego que “eles” consideram ser digno, para reiniciar sua vida, e sempre lhe é negado. Além do que, é comum, a maioria da população ter em mente que aqueles menores cometem atos infracionais e “não são punidos”. Podemos considerar de forma errônea essa forma de pensar de toda a sociedade, primeiro porque devemos estar atentos aos termos distintos, como por exemplo: um menor não pratica CRIME e sim ACTO INFRACIONAL, em segundo lugar, ao invés de chamarmos de PENA na lei menorista devemos tratar de MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. Acreditamos que por esse motivo o Estatuto da Criança e do Adolescente acaba por transmitir a idéia de que o adolescente não é punido pelos atos infracionais cometidos, sendo que na realidade não é isso que ocorre. Entrementes, temos que nos mentalizar que a natureza jurídica desta também é uma sanção, com a finalidade de reeducar e reinserir o adolescente tanto no seio familiar, quanto no seio social, sendo que essa sanção só pode ser aplicada aquele adolescente que tiver comprovada a autoria e materialidade do acto infracional.

Há ainda situações que a própria família é quem “entrega” o adolescente para o mundo do crime, negando-lhe apoio, como pudemos observar em uma das entrevistas. Ou seja, se aquele infante não tem apoio no próprio seio familiar, e este o coloca “para fora”, no próprio mundo do crime, que na visão daqueles infantes é mais “fácil”, que irá recebê-lo de “braços abertos”, conforme ficou-se devidamente demonstrado em entrevista.

Doravante, também é preciso a comparticipação do Estado, que em algumas vezes deixa a desejar e é omissa, pois para que inexistam ou diminua a criminalidade que envolva adolescentes é preciso que o governo crie políticas e garanta os direitos e não deixe os infantes vulneráveis ao mundo do crime. Exemplo nítido foi a situação exposta no Centro Educativo São Francisco de Assis, quanto ao acesso ao local, que precisava do conserto de uma ponte, e estava aguardando apenas a mão de obra por parte das autoridades competentes (Estado), já que todo o material necessário para aquele

conserto foi fornecido pela própria instituição e permanecia no pátio daquele centro educativo.

A escola, que também colabora na formação da personalidade de uma criança ou jovem, também é considerada instituição capaz de influenciar na possibilidade de um adolescente adentrar-se na criminalidade, como exemplo, citamos em linha anteriores a situação de um fracasso escolar, e sobre esse assunto, também propagamos no presente trabalho a colaboração da pedagoga e psicopedagoga ***Maria Beatriz do Valle Coelho Lopes Soares*** que descreveu a situação do fracasso escolar associado à criminalidade da seguinte forma:

“A vivência no âmbito escolar nos possibilita perceber, que o fracasso escolar está presente entre os principais fatores de risco para o desenvolvimento da conduta infracional.

Conforme rege a Constituição Federal/88, o Estado, a sociedade e a família são responsáveis pela garantia dos direitos à vida, à saúde, à educação, à profissão, à cultura e ao lazer. Contrariando a lei maior, estudos revelam que, mais e mais crianças, adolescentes e jovens, deixam os bancos escolares e se enveredam no mundo da marginalidade, apresentando um cenário irreversível, abarcando as questões sociais, políticas, jurídicas, tornando um dos maiores desafios para sociedade atualmente.

A Educação exerce um papel fundamental na formação dos jovens, por isso, é importante que uma reflexão sobre as ações pedagógicas estejam aliadas às demais questões, visando compreender este fenômeno social e educacional e buscar alternativas de ressocialização e integração deste educando a escola.

Confirmamos na mídia diariamente, quando assistimos a prisão de crianças e adolescentes, envolvidos em furtos, roubos, agressões, uso de drogas e entorpecentes. O perfil dos jovens envolvidos nestas práticas são adolescentes entre 12 e 17 anos, matriculados, mas não frequentam ou abandonaram a escola.

Especialista em Educação afirmam constantemente, que é necessário mudar o contexto educativo, a escola precisa buscar estratégias, para manter o aluno na escola,

para que esse aluno se envolva com as atividades escolares e não evadam, a fim de caírem na marginalidade.

Existem hoje, programas educativos em parceria com ONGs, Polícia Militar (PROERD), onde no espaço escolar torna-se um aliado para minimizar os problemas envolvendo criminalidade e drogas.

No Brasil, existe o PROERD, projeto da Polícia Militar em parceria com a escola, onde o objetivo é estreitar as relações entre alunos e polícia. Nestes encontros/aulas, os alunos de 10 a 12 anos participam por um período de aulas com policiais militares preparados para desenvolverem um programa de orientação aos adolescentes e jovens para evitar que os mesmos se enveredem pelo mundo da marginalidade. Ao final há uma formatura, entrega de certificados, lanches, uma confraternização entre todos. É um projeto de prevenção contra as drogas e demais crimes.

A escola brasileira abre um espaço para programas de parceria com órgãos públicos no sentido de ações preventivas e esclarecimentos sobre temas de utilidade pública, assistindo assim alunos de todas as idades e segmentos sociais.

Ainda, podemos lembrar que a preocupação com a evasão tem sido grande e a busca por Políticas Públicas que visam manter o aluno na escola são constantemente divulgadas no país. Uma delas, é o Bolsa – Família, que prevê a frequência do aluno para que a família receba o benefício.

A Política educacional também da não retenção(aprovação) dos alunos nas séries, também é uma alternativa na escola brasileira a fim de que a aluno permaneça em sala de aula e não deixe a escola por não conseguir acompanhar os estudos. Já temos escolas com horário integral, onde o aluno permanece mais tempo na escola. A proposta de se implantar uma política de Educação Integral partiu da análise dos baixos índices da educação básica. Surgiu, pois, da necessidade de melhorar a qualidade da educação, reduzindo o fracasso escolar e proporcionando às crianças e jovens novas possibilidades de se desenvolverem. É um novo desafio para a educação pública brasileira, levando em consideração que vivenciam-se tempos de mudanças. Além disso, há que se considerar a complexidade da vida social contemporânea e as muitas e diferentes crises – de diferentes características – que perpassam a educação em nível

nacional. Sendo assim, a possibilidade de se desenvolver este projeto nas escolas públicas encontra algumas limitações que dificultam o processo.

Vemos que o sistema educacional brasileiro, vem incessantemente tentando minimizar o problema da evasão escolar e conseqüentemente o engajamento destas crianças e jovens no mundo do crime.

Diante de uma realidade, precisamos considerar que o tema da criminalidade e fracasso escolar ganha o debate público com um processo de democratização do ensino.

Percebemos que as esferas sociais e jurídicas voltam a atenção para a minimização destes conflitos, de forma sistemática e frequente:

“...o reconhecimento da violência como fenômeno peculiar da atualidade – e o aumento de denúncia, a respeito da violência cometidas contra e por jovens – levou a reações sociais, colocando a juventude como problema e como zona de conflito, evocando a necessidade de ampliar a discussão sobre os direitos, englobando as diversas instituições, públicas e privadas, que trabalham com o tema da juventude”¹⁶.

Em conjunto com o Ministério da Educação e com as Secretarias estaduais de Educação, o Programa Paz nas Escolas capacitou 5.656 professores para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, com especial ênfase nos temas transversais Ética e Cidadania. Ao desenvolver estes temas nas escolas, espera-se resultados positivos frente a violência fora da escola.

Como estímulo ao protagonismo infantil, a escola mais uma vez se apresenta como principal ferramenta na busca de fortalecer as bases da cidadania das crianças e jovens que adentram aos espaços escolares.

O desafio maior de todo trabalho realizado em prol do afastamento de crianças e jovens da criminalidade, é manter estes alunos nos bancos escolares, evitando a evasão. É a escola se transformando num espaço de transformação social, fazendo seu papel

¹⁶ WASELFISZ, J. J. «Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília», São Paulo, Cortez, 1998, p. 8.

que é de formar cidadãos competentes, agentes transformadores da sociedade. Futuros cidadãos capazes de atuar de forma sadia e ética, contribuindo para uma sociedade mais justa e mais humanizada”.

Todas essas condicionantes, nos levam a crer que o Brasil no geral, não possui uma política organizada de reinserção social de adolescentes considerados em conflito com a lei, portanto para que haja melhor eficácia quanto a aplicação da medida socioeducativa no Brasil, devem agir conjuntamente a família, sociedade e o Estado, e assim teremos plena efetividade quanto à medida socioeducativa de internação aplicada a menor infrator conflitante com a lei, já que as leis minoristas naquele país existem e protegem integralmente esses adolescentes e além disso, o sistema socioeducativo no Brasil evoluiu de forma a fazer que os adolescentes tenham consciência de que cometeram um erro. E a eficácia de tudo isso é fazer com que seus direitos de: educação, saúde, lazer e trabalho lhes sejam garantidos.

Ademais, o centro educativo utilizado como referência para o presente estudo, diante de tudo o que ficou devidamente exposto, não possui em sua totalidade condições suficientes para acautelar os adolescentes que ali estão. Porém, sabemos que o Brasil, é um país de demasiada dimensão geográfica, portanto, certamente existem centros educativos com estruturas melhores ou até mesmo ainda mais desastrosas do que a do centro referenciado.

3- Análise comparativa da privação da liberdade do jovem conflitante com a lei entre os ordenamentos jurídicos português e brasileiro

Para analisarmos a temática em questão e adentrarmos no objecto de estudo do presente projecto de investigação, devemos partir da questão da criminalidade, sendo que os indivíduos alvos de pesquisa são os considerados mais vulneráveis dentro de um contexto social, quais sejam: as crianças e os jovens.

Sabemos que o fenómeno da criminalidade, que engloba a delinquência juvenil neste caso, está associada a vários factores, e muitos estudos revelam que a importância do contexto social- económico e familiar dos jovens, o crescimento

urbanístico desenfreado, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos, a exclusão económica, cultural e social no âmbito de sociedades de excessivo padrão de consumo e de ascensão e sucesso social, muito contribuem o acrescentamento desse fenómeno.

O presente estudo, foi realizado de forma comparativa entre dois países com uma diferença de dimensão geográfica exorbitante e no que concerne ao índice de criminalidade, uma diversidade ainda maior.

Entretanto, apesar de todas essas conjunturas e após intensa pesquisa com o auxílio de doutrina, jurisprudência, revistas, pesquisa de campo, profissionais da área, etc., foi possível identificar que a base/ origem desse problema, que actualmente é pautado como uma das principais adversidades sociais em ambos os países: Brasil e Portugal, sendo merecedor de extensa cautela, englobam as instâncias de socialização: família e escola, também atribui responsabilidade à sociedade e ao Estado, no aparecimento de comportamentos desviantes dos jovens, de forma que haja necessidade de intervenção de instituições de controlo formal em processos educativos.

O Brasil, apesar de momentaneamente (2014) possuir uma economia em ascensão, é considerado omissos em sectores fundamentais para uma convivência social harmónica. Neste caso estamos a nos referir à educação, saúde e segurança, que são os elementos mais suplicados pelas classes menos favorecidas. Essa estatística é demonstrada através dos meios de comunicações recentes.

Analisando os dois países, percebemos que a legislação em si no tocante às crianças/ jovens/ menor/ adolescentes, não divergem-se por completo, claro que, não podemos dizer que são idênticas, mas desconsiderando a nomenclatura (diferenciada) podemos assegurar que são “objectivos congéneres com termos distintos” aos mesmos cidadãos de um contexto social.

No Brasil, como já demonstrado em linhas anteriores, foi possível uma recolha de dados em forma de trabalho de campo no interior de centro educativo São Francisco de Assis, no Estado de Minas Gerais, em Governador Valadares (Março/2014), capacitado para jovens do sexo masculino.

Contemplando os elementos considerados motivadores da questão delinquência juvenil, como consequência da criminalidade, à partida, o motivo do aumento das periferias dos grandes centros urbanos, já que aquela cidade onde está instalado o referido CE é demasiado povoada, através das entrevistas semi- estruturadas aos jovens em cumprimento de medida de internamento, observamos que 97% dos que ali estão pertencem à famílias de classes sociais menos favorecidas, de zonas periféricas onde há grande incidência de criminalidade. É evidente que não estamos a certificar que a “pobreza” é motivo maior de qualquer tipo de delinquência ou vandalismo, mas podemos atestar, através de noticiários por exemplo, que as áreas habitadas por cidadãos com condições económicas insuficientes, estão mais frágeis à marginalização. Basta analisarmos os tipos de factos qualificados como crimes praticados por aqueles jovens com idade entre os doze e dezoito anos (homicídio, roubo, latrocínio, furto). Mas entretanto a precariedade abre espaço para envolvimento de actos ilícitos e a miséria aparece como um dos motivos para a entrada de jovens no mundo do crime.

Ademais, dentre todos os jovens internados que contribuíram para a pesquisa, na totalidade tinham situações de desestrutura familiar. Essa questão é considerada unânime entre os técnicos profissionais que acompanham os jovens internados durante todo o seu período de permanência no CE no cumprimento de medida, como sendo a maior causa motivadora de o jovem inserir-se na criminalidade e praticar factos qualificados como crimes ao ponto de ser-lhes atribuída alguma medida tutelar, até mesmo mais gravosa, como a de internamento, de forma a retirá-lo de seu convívio social. Os referidos técnicos apreciaram que esse fracasso da estrutura de socialização tradicional, neste caso a família, faz surgir a manifestação de atitudes desviantes do jovens, conforme comprovado em entrevistas também realizadas com aqueles profissionais.

A sociedade surge como responsável devido ao facto de não auxiliar de forma adequada o regresso do jovem ao convívio na comunidade. Assim, se o jovem conflitante com a lei, que após cumprir medida tutelar de internamento volta a viver socialmente, e lá ao chegar não é “bem vindo” pelos demais cidadãos, o mais óbvio é que ele retorne para a marginalidade, onde eles consideram o “ingresso social” e a aquisição de meios de subsistência mais “acessível”, já que naquela sociedade por exemplo, há uma

dificuldade de acesso a emprego que eles “consideram dignos” para recomeçarem suas vidas. Na maioria das vezes, essa rejeição por parte da sociedade é devido ao preconceito da mesma, pois aqueles jovens são “rotulados” pela comunidade, e pelo facto de uma vez ter cometido comportamentos desviantes, na mentalidade dos demais indivíduos, os jovens continuarão a praticá-los, ainda que tenha cessado o cumprimento da medida.

Naquele país, especificamente no CE onde foi realizada a investigação, o Estado é responsabilizado pelo facto de, na maior parte das vezes não oferecer estrutura adequada e suficiente às instituições que acolhem crianças e jovens inseridos em complicações com a justiça juvenil. Portanto, o que percebe-se é que em muitas situações/ casos há a desestrutura dos centros educativos, os quais são providos pelo Estado, situação esta que traz ainda mais conturbação na organização procedimental daquelas instituições, porque por exemplo, com a ausência de verba monetária para os CE, impossibilita-os de atender os jovens ali permanentes, o quadro de pessoal, o que faz abalar toda a estrutura de uma instituição, e conseqüentemente é impossível haver eficácia quanto ao pretendido na legislação e nos regulamentos. Acrescenta-se que essa infra- estrutura do Estado para com os CE é frequente em demais instituições existentes em todo o país.

É necessário melhorias nas políticas de prevenção de forma a tentar entender o contexto sócio- económico do jovem, seus saberes informal e formalmente adquiridos, da maneira que aquele menor também tenha a oportunidade de participar num processo de desenvolvimento social e pessoal. Nessa conexão é fundamental a utilização de mecanismos que englobem os setctores públicos, privados bem como a sociedade e o Estado.

O poder público precisa oferecer melhores condições para reduzir a reincidência. Profissionais acreditam que uma medida, quando aplicada com eficácia, é possível almejar a proposta e objectivo legislativos que é a ressocialização do jovem conflitante com a lei e educá-lo para o direito.

No geral, o Brasil é considerado um país que não possui uma política organizada de reinserção social dos menores e além disso, os centros educativos brasileiros são

conhecidos pela sua falta de estrutura, sendo que essa situação tornou-se banal por todo o país. Isso porque há uma desassociação entre o que lei prevê e o que têm-se na prática. A situação actual em quase todo o país é tão precária que as próprias autoridades acabam por desacreditar na possibilidade de alcançar o objectivo da legislação, como é o caso da Dr. Cristiana Cordeiro- Juíza Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, que esclareceu em entrevista sobre os sistema socioeducativo *“não ser possível a ressocialização dos jovens e de forma “crítica” disse que na verdade os menores precisam primeiramente serem socializados e também é necessário que os mesmos tomem um “banho de cidadania”*.¹⁷

Portanto, podemos dizer que a prevenção, que é considerada responsabilidade do Estado e da comunidade, também compromete que outras instituições como autarquias, serviços de saúde, educação, segurança Social e demais entidades da sociedade civil colaborem com este fenómeno da delinquência juvenil, que está associado à causalidade de um jovem estar ali em CE em cumprimento de qualquer medida, oferecendo ao mesmo respostas do tipo escolar, formação profissional, pessoal, ocupação de tempos livres, entre outros. À vista disso, o poder público precisa criar políticas que garantem os direitos dos jovens vulneráveis ao mundo do crime.

Em síntese, no Brasil, após pesquisa de investigação realizada em CE para cumprimento de medida de internamento, deparamos com uma realidade de fundo social onde está evidenciado a ineficiência das propostas de atendimento aos jovens em conflito com a lei. Sendo assim, só haverá efectividade da medida de internamento, se a mesma for vista como um meio para tratar o adolescente e se for aplicada de forma excepcional e ademais, aquele jovem que praticou facto qualificado como crime deve ser meta de um conjunto de acções sócio-educativas que colaborem com sua formação, para que este se torne num individuo solidário e autónomo, com capacidade de se relacionar consigo mesmo e com outras pessoas e com tudo o que integra em suas circunstâncias, de forma que ele não reincida na prática de factos qualificados pela lei como crime.

¹⁷ Programa Portal da Assembléia, entrevista com a juíza Cristiana Faria Cordeiro- Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, exibido em 04/07/2012, sobre o curso “Os desafios do Sistema Socioeducativo no Judiciário”, (TV Assembléia, canal 38- TVN).

Em Portugal, conforme expusemos em linhas anteriores, infelizmente, não foi possível realizar pesquisa de campo no interior de CE com regime de execução fechado, e por tal motivo, para efectuar a presente investigação, contamos de outros meios metodológicos como doutrinas, jurisprudências e dados estatísticos da Direcção Geral de Reinserção Social-DGRS.

O que pudemos verificar como análise da medida tutelar de internamento em centro educativo nos dois países, a título de estudo comparativo, iremos de certa forma enfatizar como padrão, os motivos provenientes causadores da temática em questão no Brasil, já que naquele país foi possível realizar a pesquisa de campo, onde pudemos deparar a realidade quanto às origens desse problema, e diante da investigação realizada, foi possível constatar a causística de todo o trajecto pelo qual um jovem percorre, ao ponto de ser necessário aplicar-lhe medida tutelar, neste caso tendo ênfase a de internamento.

Apesar de Portugal ser um país com dimensão geográfica desmedidamente menor que o Brasil, não foge ao problema social que envolve crianças e jovens associado ao aumento gradativo da criminalidade, a qual engloba a delinquência juvenil.

Através da pesquisa realizada, percebemos que com a ausência de sintonia entre as instituições: família, sociedade e Estado é extremamente viável o insucesso no tocante à eficácia para a ressocialização de um jovem inserido no mundo do crime, o qual é um dos maiores objectivos das legislações minoritárias de ambos os países.

Actualmente, o Estado português atravessa por uma escassa situação quanto à sobrelotação dos centros educativos, conforme a Notícia do Público de 31 de Julho de 2014 (ver anexo) que informou que “*Centros educativos já não têm vagas para acolher mais jovens condenados*”.

Doravante, é simples compreendermos que a partir do momento que não há vagas em CE, é porque automaticamente aumentou-se a aplicação de medida tutelar aos jovens pelo cometimento de facto qualificado pela lei como crime. Essa circunstância, sucessivamente demonstra o aumento da criminalidade envolvendo crianças e jovens.

Portanto, assim como no Brasil, também é imprescindível ações em conjunto da família, Estado e sociedade para restringir as actitudes delinquentes praticadas por aqueles jovens, através de apoio, incentivo, educação, acolhimento, política de prevenção, entre outros.

Já há alguns anos que o fenómeno delinquência juvenil consta como um problema nas agendas políticas do Estado português. Ressalta-se que sempre mencionamos este fenómeno, pois de toda a investigação, constatou-se concreta a responsabilidade da família, sociedade e Estado como as verdadeiras origens para a ocasião dessa temática.

Ora vejamos, a partir do momento que um jovem tem enfraquecido os laços que os ligam à família, à escola, que são consideradas instituições base no auxílio à formação pessoal do mesmo, que são indivíduos com personalidade em desenvolvimento, ele passa a ter comportamentos desviantes, ao ponto de serem considerados delinquentes perante a sociedade em que vivem.

Portanto, o aparente fracasso das estruturas de socialização tradicionais, como a família, é uma das causas que fazem com que o jovem tenha que ir buscar “auxílio” no mundo externo, e o mais provável é que o mundo do crime o acolha.

Aos Estados- membros em Portugal também atribui-se responsabilidade pela omissão quanto à falta de devida estrutura que os CE necessitam para atingir os objectivos almejados na legislação para os jovens que ali permanecem internados, e, de acordo com as notícias actuais, o Estado não tem participado nessa situação, que é comprovada pelo fecho de CE (Vila do Conde), défice de técnicos profissionais de reinserção social, factores esses que contribuem para a incapacidade de acolhimento de jovens. O que contradiz com o papel educativo e reabilitador assumido por aquela instituição estatal.

A sociedade, que na maior parte das vezes, não recebe o jovem de forma acolhedora e não dá-lhe oportunidade e condições para que o mesmo recomece sua vida, após cumprimento de medida tutelar de internamento em centro educativo, de igual forma, responsabiliza-se, sendo que, na opinião daqueles jovens recém internados, quando o “mundão”, que é um termo próprio utilizado entre eles, não os aceitarem de

forma “digna”, a primeira e única hipótese que eles tencionam é voltar a praticar factos qualificados como crimes, e consequentemente receber novamente aplicação de mais medidas, até mesmo de internamento, como ocorre na maioria das situações, o que faz aparecer nesse sentido o aumento das reincidências. Ademais, todo esse contexto faz nascer a necessidade de intervenções de controlo formal no processo educativo dos adolescentes e jovens.

Antes de adentrar às estatísticas referentes à medida de internamento em centro educativo em Portugal, é fulcral esclarecermos uma considerável diferença no tocante à referida medida entre os dois países. Para além do contraste quanto à dimensão geográfica e da desigualdade da taxa de criminalidade de ambos os países, temos que atentar ao facto de que, conforme exposto em linhas anteriores, em Portugal, a medida tutelar de internamento em centro educativo possui três formas de execução consoante ao grau de abertura ao exterior: aberto, semiaberto e fechado (como já referimos). Sendo assim, chegamos a conclusão que a medida tutelar de internamento sob o regime fechado em Portugal é a equivalente à medida socioeducativa de internação no Brasil.

Ademais, também devemos alertar quanto ao facto da divergência de idade para a aplicação da referida medida, já que no Brasil ocorre para os adolescentes com idade entre os doze e dezoito anos e em Portugal só é possível a partir do quatorze anos de idade.

Em face à todas essas desproporções, digamos que seria comum abalarmos com as diferenças estatísticas (números) quanto à quantidade de jovens em cumprimento de medida de internamento em centro educativo nos dois países.

Conforme dados estatísticos da DGRS- Direcção Geral de Resinserção Social, até Junho/2014, haviam duzentos e cinquenta e um jovens internados em centros educativos, sendo que 10 desses jovens, encontravam-se em ausência não autorizada, isto é, não regressaram ao CE após autorização de saída. Ademais, oitenta e nove por cento dos jovens internados são rapazes.

É conveniente lembrarmos que a finalidade do CE não é apenas o cumprimento de medida de internamento. Portanto, da percentagem anteriormente

apresentada, a medida de internamento sob o regime semiaberto é predominante, totalizando em sessenta e seis por cento dos casos. A de execução em regime fechado atinge vinte e dois por cento e regime aberto em doze por cento.

Ao final, foi possível a análise de dois países completamente distintos em vários aspectos, porém com um problema social em comum de grande repercussão. O que nos leva a crer que a solução para os derivados problemas também são análogos, e como foi possível assemelhar a origem do referido problema em ambos países, podemos certificar que o que falta tanto no Brasil quanto em Portugal, é uma maior participação por parte do “trio” institucional: família, sociedade e Estado, para que possamos “resgatar” e salvaguardar as crianças e jovens daqueles países, através de políticas públicas de prevenção, pois dessa forma, quando instruídos quanto ao fenómeno criminalidade, de maneira a alertá-los dos riscos que os mesmos correm ao adentrar à marginalidade, será possível uma redução ou contenção de um problema de preocupação de certa forma mundial.

4- Reflexões Finais

Após uma análise cautelosa dos resultados, é conveniente reduzir algumas considerações importantes, e conforme proferido na introdução, a presente tese direccionou-se à demonstrar de forma comparativa a medida tutelar de internamento em centro educativo em Portugal e no Brasil.

Observando o que ficou devidamente exposto quanto à origem dos direitos das crianças/ adolescentes/ jovens, está demonstrado que esses indivíduos adquiriram um nível de valorização e respeito em meio social, tanto o é que actualmente, são vistos como sujeitos de direitos e credores de toda protecção jurídica.

Sabemos que a delinquência juvenil está presente de forma gradativa de igual forma em Portugal e no Brasil, e por isso é imprescindível a intervenção do Estado na aplicação de medidas tutelares, com o intuito de fazer com que aquele jovem conscientize-se de que os factos por ele praticados estão em desconformidade com as normas vigentes.

Para que fosse possível a comparação da medida entre os dois países, à partida, tivemos que abordar a origem dessa situação, que concluímos ter início com a delinquência juvenil, quando o jovem começa a praticar comportamentos desviantes, de forma a ser visto como delinquente perante a sociedade e consequentemente lhe é atribuída medida tutelar naqueles países.

Averiguamos que a omissão do Estado no tocante ao fornecimento de devida estrutura aos centros educativos, a desestrutura familiar e a falta de acolhimento e incentivo da sociedade aos jovens, são os motivos ímpares para os mesmos inserirem, permanecerem e talvez até retornarem para o mundo do crime.

E como uma das consequências dessa conjuntura e objecto do presente trabalho, abordamos a medida tutelar de internamento em centro educativo aplicada aos jovens que praticam factos qualificados pela lei como crimes em ambos os países. No geral, apesar do avanço da legislação dispensada às crianças e jovens de ambos os países, percebemos que muito embora tenham sido criadas normas específicas, estas não tem capacidade de alcançar

todos os objectivos almejados, vez que as entidades de internamento, no caso, os CE, apresentam graves problemas, escusando de garantir a protecção integral do jovem.

Após investigação de trabalho de campo e dados estatísticos, comprovamos que a origem dos problemas que envolvem jovens e crianças, ao ponto de ser necessária a aplicação de medidas, é a mesma em ambos os países. Porém, vimos que tanto a legislação portuguesa quanto a brasileira acautelam de todo as crianças e os jovens, porém devido a ausência de comparticipação das instituições supramencionadas (família, sociedade e Estado), não é possível atender na íntegra o que prevêem as legislações próprias aqueles jovens. Entretanto, constatamos que, aqueles países não possuem estrutura de atender de forma eficaz na totalidade, o almejado na legislação.

Podemos concluir que para por termo à essa situação, ou até mesmo contê-la, é imprescindível que haja políticas públicas voltada para a inclusão das famílias, com o intuito de afastar os adolescentes do ato infracional, bem como aumentar ou melhorar as políticas de prevenção à violência e criminalidade, intervenção integrada dos poderes públicos em áreas socialmente fragilizadas, com programas de desordenação urbana, melhoria de infra- estrutura, implementação de serviços públicos básicos, já que a melhor forma de por fim a um problema, é identificar sua raiz, base, origem e desenvolver um trabalho através dos mesmos.

5- Referências Bibliográficas

ALBERGARIA, Jason, «*Direito Penitenciário e Direito do Menor*», Belo Horizonte, Mandamentos, 1999.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, «*A Reforma da Justiça criminal em Portugal e na Europa*», Coimbra, Livraria Almedina, 2003.

AZEVEDO, Tânia Noémia da Conceição, 2013 «*Insitucionalização e Lei Tutelar Educativa: As representações de jovens, profissionais e direção de um centro Educativo*» Dissertação de Mestrado em Estudo da criança: Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, Instituto de Educação, Universidade do Minho.

BOLIEIRO, Helena, GUERRA, Paulo, «*A Criança e a Família- Uma relação de Direito (s)- Visão Prática dos principais institutos do Direito da Família e das crianças e Jovens*» Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

BRAGA, Teresa Alexandra Gavinha, 2013 «*Comportamentos antissociais juvenis: Indicadores e formas de manifestação*» Tese de Doutoramento em Psicologia, Área de Especialização em Psicologia da Justiça, escola de Psicologia, Universidade do Minho.

CARVALHO, Jeferson Moreira de Carvalho, «*Estatuto da Criança e do Adolescente- Manual Funcional*» 1ª edição, São Paulo, Livraria Del Rey Editora, 1997.

CARVALHO, Maria João Leote de, «*Violência Urbana e Juventude: o problema da delinquência juvenil*» in Revista Infância e Juventude, nº 3, Lisboa: Instituto de Reinserção Social.

CASSANDRE, Andressa Cristina Chiroza, 2008, «*A Eficácia das medidas socio-educativas aplicadas ao adolescente infrator*» Monografia de conclusão de curso para a obtenção de Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, São Paulo.

CLEMENTE, Rosa, «*Inovação e Modernidade no Direito de Menores - A Perspectiva da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*», Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

COSTA, Dionísio Leite da, «*Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*», São Paulo, Revista Direito e Paz nº 01, 2000.

COSTA, Dionísio Leite da, «*Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*», São Paulo, Revista Direito e Paz nº 02, 2000.

CURY, Garrido e Marçura, «*Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado*», 2ª edição, São Paulo, Revista do Tribunais, 2000.

DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa, «*Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*», Coimbra, Coimbra Editora, 1984.

FERNANDES, Ana isabel da Costa, 2011, «*Estudo comparativo entre jovens não Institucionalizados e Institucionalizados a cumprir pena em Centro Educativo: Adversidade na Infância, Psicopatologia, Saúde Física e Comportamento Desviante*» Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Área de Especialização em Psicologia da Saúde, Escola de Psicologia, Universidade do Minho.

FERNANDES, Márcio Mothé, «*Ação Socioeducativa pública*», Rio de Janeiro, Editora Lúmen Júris, 2002.

FERREIRA, Cláudia Alexandra Soares, 2013, «*A Cor da Delinquência? Articulações entre a etnia cigana, a família e a escola*» Dissertação de Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

FONCRIAD e VOLPI, Mário (orgs), «*Adolescentes privados da liberdade: A normativa Nacional e Internacional & Reflexões acerca da responsabilidade penal*», 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1998.

FONSECA, António Carlos Duarte, «Internamento de Menores Delinquentes- A lei Portuguesa e os seus modelos: Um Século de Tensão entre Protecção e Repressão, Educação e Punição» Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

FURTADO, Leonor, GUERRA, Paulo, «Novo Direito das Crianças e Jovens: que recomeço», Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 2000.

GOMIDE, Paula, «Menor Infrator: a caminho de um novo tempo», 2ª edição, Curitiba: Juruá, 2002.

GRECO, Rogério, «Código Penal Comentado», 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora Impetus, 2014.

HELENA BOLEIRO/ PAULO GUERRA, «A Criança e a Família- uma Questão de e das Crianças e Jovens direito (s)- Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e Jovens», Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

ISHIDA, Válter Kenji, «Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência», 7.ª edição, actualizada de acordo com o Novo Código Civil, São Paulo, Editora Atlas, 2006.

MACHADO, Martha de Toledo, «A Protecção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos» 1ª edição, São Paulo, Manole, 2003.

MACIEL, kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel, «Curso de Direito da Criança e do Adolescente- Aspectos teóricos e práticos» 6ª edição revista e atualizada conforme Leis n. 12.010/2009 e 12.504/2012, São Paulo, Editora Saraiva, 2013.

MARQUES, José Frederico, «Tratado de Direito Penal», Campinas, Bookseller, 1997.

MILANO FILHO, Nazir David, «Da apuração de Ato Infracional e a Responsabilidade Civil da Criança e do Adolescente. Teoria e Práticas», São Paulo, Livraria e Editora Universitária de Direito, 1999.

MOUSNIER, Conceição, «O ato Infracional», Rio de Janeiro, Liber Jûris, 1991.

NEGRÃO, Teothonio, GOUVÊA, José Roberto Fonseca, BONDIOLI, Luiz Guilherme Afonso, «Código Civil e Legislação Civil em Vigor», 30ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2011.

NEGREIROS, Jorge, «*Delinquências Juvenis*», Lisboa, Notícias Editora, 2001.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio, «*Estatuto da Criança e do Adolescente*», 4ª ed. ver. aum. e actual., São Paulo, Editora Saraiva, 1998.

NUNES, Flávia Margarida Fontes Urriça, 2012, «*A Medida Tutelar de Internamento- Reflexões Críticas*» Tese de Mestrado em Direito Criminal, Escola de Direito do Porto, Universidade Católica Portuguesa.

OLIVEIRA, Guilherme de, «*Direito Tutelar de Menores- O Sistema em Mudança*» Coimbra, Editora Coimbra, 2002.

OLIVEIRA, James Eduardo, «*Constituição Federal- Anotada e Comentada*», Rio de Janeiro, Editora Forense, 2013.

PINTO, Manuel Lopes Madeira, «*Direito das Crianças e dos Jovens – Legislação nacional e internacional relevante actualizada*», Lisboa, Livraria Petrony, 2010.

Programa Portal da Assembléia, entrevista com a juíza Cristiana Faria Cordeiro- Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, exibido em 04/07/2012, sobre o curso “Os desafios do Sistema Socioeducativo no Judiciário”, (TV Assembléia, canal 38- TVN).

RAMIDOFF, Mário Luiz, «*Lições de direito da criança e do adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas*», Curitiba, 2008.

RAMIÃO, Tomé d’Almeida, «*Organização Tutelar de Menores Anotada e Comentada Jurisprudência e Legislação Conexa*» 10ª Edição Revista e Ampliada, Lisboa, Q J- Quid Juris Sociedade Editora, 2012.

RODRIGUES, Anabela Miranda, FONSECA, António Carlos Duarte, «*Comentário da Lei Tutelar Educativa*» Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

RODRIGUES, Benjamim Silva, «*Constituição da República Portuguesa, Lei do Tribunal Constitucional, Legislação Constitucional Fundamental*», 2ª Edição, Revista, Actualizada e Ampliada, Editora Rei dos Livros, 2012.

RODRIGUES, Moacir, «*Medidas Socioeducativas- Teoria Prática- Jurisprudência*», 2ª edição, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora Ltda, 1995.

ROSSATO, Luciano Alves, LÉPORE, Paulo Eduardo, CUNHA, Rogério Sanches, «*Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado artigo por artigo- Lei 8.069/1990*» 5ª edição, revista, atualizada e ampliada, São Paulo, Editora Revista do Tribunais, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa, «*Os Caminhos da “Nova” Justiça Tutelar Educativa- Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*», *Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia*» Coimbra, Universidade de Coimbra, 2004.

SÉGUIN, Elida, «*Aspetos Jurídicos da Criança*», Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2001.

SILVA, Júlio Barbosa e, «*Lei Tutelar Educativa Comentada No Âmbito das Principais Orientações Internacionais, Da Jurisprudência Nacional e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*» Coimbra, Almedina, 2013.

TAVARES, José de Farias, «*Direito da Infância e da Juventude*», Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2001.

TAVARES, José de Farias, «*Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*», 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2002.

TOLEDO, Francisco de Assis, «*Princípios Básicos de Direito Penal: de acordo com a Lei n.7.209, de 11-7-1984 e com a Constituição Federal de 1988*» 5ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 1994.

VAZ, Maria João, «*Crime e Sociedade- Portugal na segunda metade do século XIX*», Oeira, Editora Celta, 1998.

VOLPI, Mário, «*O adolescente e o ato infracional*», 3º edição, São Paulo, Cortez, 1999.

WEBSITES DISPONÍVEIS EM:

https://www.youtube.com/watch?v=fahuNoqLz_g, consultado em 08 de Setembro de 2014.

www.dgrs.mj.pt, consultado em 20 de julho de 2014.

www.advogado.adv.br, consultado em 03 de Abril de 2014.

ANEXOS

Ofício à directoria do Centro Educativo São Francisco de Assis

À Diretora Geral do Centro Sócio Educativo São Francisco de Assis

Exma Senhora Diretora,

Venho por meio de este solicitar autorização para a possibilidade de realização de pesquisa/ estudo no interior do centro educativo acima referenciado, com a finalidade de preparação de tese dissertativa de mestrado da estudante que a este subscreve, sendo que essa pesquisa/ estudo, seguirá o inquérito/ plano de trabalho a seguir discriminado:

PLANO DE TRABALHO

A intenção dessa estudante é recolher o máximo de material e informação possível no tocante à medida socioeducativa de internação que é aplicada aos menores infratores no interior de centro educativo, sendo que para isso será imprescindível um contato direto com funcionários da entidade para esclarecimento quanto ao plano individual de atendimento. Será ainda indispensável entrevistas com menores infratores para que o mesmo, caso queira, responda a algumas perguntas, relevantes para o trabalho quanto à medida de internação que lhe está sendo aplicada, conhecer com detalhes pormenores o centro educativo no qual encontra-se internado, forma de tratamento, atividades desenvolvidas, motivos pelo qual aquele menor introduziu-se no mundo do crime, perspectivas para sua vida futura após o período de internação ora aplicada. Para ficar melhor esclarecido, segue abaixo um guião de perguntas que possivelmente será feito aos menores:

- 1- Identificação (no caso, fictícia para trabalho)
- 2- Escolaridade, nacionalidade
- 3- Tempo de permanência naquele centro?
- 4- Opinião do menor em relação ao centro onde encontra-se?
- 5- Atividades desenvolvidas?

- 6- Motivo pelo qual lhe foi aplicada medida socioeducativa de internação?
- 7- O que é a criminalidade? Opinião
- 8- Há quanto tempo encontra-se no mundo do crime?
- 9- Estrutura familiar? Como é composta?
- 10- Por qual motivo inseriu-se no mundo do crime?
- 11- O que pensa a respeito de adolescente que pratica esse tipo de ato infracional?
- 12- A partir de quando sentiu necessidade de introduzir-se na criminalidade?
- 13- Qual a opinião em relação à medida de internação? Considera importante? Útil?
- 14- Caso negativo, qual o motivo?
- 15- A medida de internação que está em cumprimento está sendo satisfatória para ajudá-lo a retirar-se do mundo do crime?
- 16- Houve alteração de comportamento/ opinião a partir do momento que lhe foi aplicada a medida de internação?
- 17- Qual a perspectiva futura de vida após cumprir a medida de internação?
- 18- Tem a intenção de continuar no mundo do crime? Ou seria capaz de cometer novamente o ato infracional praticado?

Entretanto, caso seja possível e autorizado, será importante também, à título de ilustração e visualização, a retirada de fotos/ imagens do local, ou seja, da estrutura física do centro educativo, onde os menores cumprem a medida socioeducativa referenciada.

Em síntese, o único objetivo desse estudo/ pesquisa a ser realizado no interior do centro educativo, é poder fazer um estudo comparado da medida de internação aplicada a menores infratores, no âmbito da legislação portuguesa e brasileira.

Desde já, aguardo prezadas notícias da solicitação que aqui é feita.

Cordiais cumprimentos.

Ana Paula Barbosa Severino

Mestranda em Direito Judiciário- Universidade do Minho- Braga- Portugal

Guião de Perguntas aos jovens em cumprimento de medida de internamento em centro
Educativo São Francisco de Assis

- 1- Identificação (no caso, fictícia para trabalho)
- 2- Escolaridade, nacionalidade
- 3- Tempo de permanência naquele centro?
- 4- Opinião do menor em relação ao centro onde encontra-se?
- 5- Atividades desenvolvidas?
- 6- Motivo pelo qual lhe foi aplicada medida socioeducativa de internação?
- 7- O que é a criminalidade? Opinião
- 8- Há quanto tempo encontra-se no mundo do crime?
- 9- Estrutura familiar? Como é composta?
- 10- Por qual motivo inseriu-se no mundo do crime?
- 11- O que pensa a respeito de adolescente que pratica esse tipo de ato infracional?
- 12- A partir de quando sentiu necessidade de introduzir-se na criminalidade?
- 13- Qual a opinião em relação à medida de internação? Considera importante? Útil?
- 14- Caso negativo, qual o motivo?
- 15- A medida de internação que está em cumprimento está sendo satisfatória para ajudá-lo a retirar-se do mundo do crime?
- 16- Houve alteração de comportamento/ opinião a partir do momento que lhe foi aplicada a medida de internação?
- 17- Qual a perspectiva futura de vida após cumprir a medida de internação?
- 18- Tem a intenção de continuar no mundo do crime? Ou seria capaz de cometer novamente o ato infracional praticado?

Guião de Perguntas aos técnicos no Centro Educativo São Francisco de Assis

Foi realizado uma pesquisa no interior do centro educativo, onde foi feita uma entrevista direta com adolescentes acautelados e posteriormente uma entrevista com a equipe profissional: advogado, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagoga, agente socioeducativo para poder esclarecer pormenorizadamente todo o procedimento de trabalho no interior do centro educativo.

Questões a ser esclarecidas pelos referidos profissionais:

1. DIRECTOR

CIA- Centro de Internação de Adolescentes

- De onde vem às verbas para manter o centro? Há quanto tempo existe o centro educativo?
- Quantos funcionários? Concursados? Contratados?
- Horário de funcionamento do centro educativo para atendimento a familiares dos adolescentes acautelados?
- Quantos adolescentes acautelados?
- Quantos na internação?
- Quantos na provisória?
- Quantos blocos e alojamentos existem?
- Quantos adolescentes por cada alojamento?
- Qual a metragem de cada alojamento?
- Quais os compartimentos do centro? (escola, quadra, refeitório, enfermagem, etc...);

SUASE

- Significado?
- Qual a ligação que a SUASE tem com o centro educativo?

- Comparticipa com alguma verba? Ou é só questão de hierarquia mesmo?
- Equipe profissional?
- Quais as responsabilidades da SUASE em relação ao centro educativo?

2. PSICÓLOGOS/ TERAPEUTA OCUPACIONAL/ ASSISTENTE SOCIAL/ ADVOGADO

- Qual a responsabilidade dentro do centro educativo?
- Contratados? Concursados?
- Como funciona o atendimento com os adolescentes acautelados?
- Como funciona o atendimento com familiares dos acautelados? É pessoalmente?
- Em que consiste esse atendimento? É questão de orientação? Exercer a função de psicólogo mesmo?
- É possível mostrar algum formulário?
- O acompanhamento é feito desde o momento que surge o problema do acautelado/ familiar até o mesmo ser resolvido?
- É possível transmitir o problema para outro profissional da equipe caso seja preciso?
- Tem alguma opinião em relação à medida de internação?
- Acredita no resultado satisfatório da medida de internação aplicada a adolescente que pratica ato infracional?
- Tem alguma opinião em relação ao motivo pelo qual o adolescente acautelado insere-se no mundo do crime?
- Acredita que o centro educativo possui estrutura para acautelar os adolescentes que ali estão? Caso negativo, qual o motivo? O que é preciso para melhorar?
- Demais esclarecimentos?

Ofício de solicitação para realização de pesquisa em CE de Santa Clara

Exmo Sr. Diretor (a) do Centro Educativo de Santa Clara

Exma Sr. Diretor (a),

Serve o presente para solicitar autorização para a possibilidade de realização de pesquisa/ estudo no interior do centro educativo acima referenciado, com a finalidade de preparação de tese dissertativa de mestrado da estudante que a este subscreve, sendo que essa pesquisa/ estudo, seguirá o inquérito/ plano de trabalho a seguir discriminado:

PLANO DE TRABALHO

A intenção dessa estudante tão somente recolher o máximo de material e informação possível no tocante à medida socioeducativa de internação que é aplicada aos menores infratores no interior de centro educativo, sendo que melhor ilustração e esclarecimento no tocante a medida, é imprescindível um contato direto com adolescentes que estejam em cumprimento de medida socioeducativa de internação, através de entrevistas, caso estes queiram submeter-se às respostas, perguntas essas consideradas relevantes para o trabalho, pois dessa forma será possível, conhecer com detalhes pormenores o centro educativo no qual encontra-se internado, forma de tratamento, atividades desenvolvidas, motivos pelo qual aquele menor introduziu-se no mundo do crime, perspectivas para sua vida futura após o período de internação ora aplicada. Para ficar melhor esclarecido, segue abaixo um guião de perguntas que possivelmente será feito aos menores:

- 1- Identificação (no caso, fictícia para trabalho)
- 2- Escolaridade?
- 3- Tempo de permanência naquele centro?
- 4- Opinião do menor em relação ao centro onde encontra-se?
- 5- Atividades desenvolvidas?

- 6- Motivo pelo qual lhe foi aplicada medida socioeducativa de internação?
- 7- O que é a criminalidade? Opinião
- 8- Há quanto tempo encontra-se no mundo do crime?
- 9- Estrutura familiar? Como é composta?
- 10- Por qual motivo inseriu-se no mundo do crime?
- 11- O que pensa a respeito de adolescente que pratica esse tipo de ato infracional?
- 12- A partir de quando sentiu necessidade de introduzir-se na criminalidade?
- 13- Qual a opinião em relação à medida de internação? Considera importante e útil?
- 14- Caso negativo, qual o motivo?
- 15- A medida de internação que está em cumprimento está sendo satisfatória para ajudá-lo a retirar-se do mundo do crime?
- 16- Houve alteração de comportamento/ opinião a partir do momento que lhe foi aplicada a medida de internação?
- 17- Qual a perspectiva futura de vida após cumprir a medida de internação?

Entretanto, caso seja possível e autorizado, será importante também, à título de ilustração e visualização, a retirada de fotos/ imagens do local, ou seja, da estrutura física do centro educativo, onde os menores cumprem a medida socioeducativa referenciada.

Ressalta-se que a quantidade de adolescentes a se envolverem no estudo ficará ao critério do centro educativo de Santa Clara conforme vossa disponibilidade. Ademais, o instrumento de trabalho a ser utilizado para recolha de dados será tão-somente uma agenda da estudante para que sejam feitos os devidos apontamentos.

Em síntese, o único objetivo desse estudo/ pesquisa a ser realizado no interior do centro educativo, é poder fazer um estudo comparado da medida de internação aplicada a menores

infratores, no âmbito da legislação portuguesa e brasileira, sendo que é possível a realização do referido estudo em qualquer centro educativo em Portugal, entretanto, a estudante optou pelo centro educativo de Santa Clara em Vila do Conde, devido a conveniência de deslocação até o mesmo.

Entretanto, a estudante já realizou pesquisa de campo no interior de centro educativo no Brasil, conforme o mesmo plano de trabalho ora apresentado, e para que possa finalizar sua dissertação para o mestrado, necessita de fazer a pesquisa solicitada.

Desde já, aguardo prezadas notícias da solicitação que aqui é feita.

Cordiais cumprimentos.

Ana Paula Barbosa Severino

Mestranda em Direito Judiciário- Universidade do Minho- Braga- Portugal

Ofício de solicitação para realização de pesquisa em Centro Educativo de Santa à
DGRSP- Lisboa

À Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais- DGRSP

Delegação Regional de Lisboa

Avenida Almirante Reis, 72

1150-020- Lisboa

Em princípio, esclareço que sou estudante de mestrado em Direito Judiciário na Universidade do Minho- Braga, sendo que estou na fase de preparação da dissertação (tese) a ser apresentada para conclusão do curso.

A referida dissertação versa sobre o seguinte tema: A aplicação da medida socioeducativa de internação em centro educativo: estudo comparativo entre as ordens jurídica portuguesa e brasileira.

Doravante, para a concretização da referida dissertação é imprescindível a realização de pesquisa de campo no interior de centro educativo em ambos os países para que seja feito o estudo comparado. Ademais, por esta estudante que a esta subscreve, já fora realizada a referida pesquisa em centro educativo no Brasil, entretanto, para dar continuidade ao trabalho, é necessário que seja feito a mesma pesquisa em centro educativo no país de Portugal.

Por tal motivo, atendendo as questões burocráticas, venho por meio deste solicitar autorização para a possibilidade da realização de pesquisa/ estudo no interior de centro educativo de Santa Clara, em Vila do Conde, na Avenida Figueiredo Faria, S/N, com a finalidade de preparação de tese dissertativa de mestrado da estudante, sendo que essa pesquisa/ estudo, seguirá o inquérito/ plano de trabalho a seguir discriminado:

PLANO DE TRABALHO

A intenção dessa estudante é recolher o máximo de material e informação possível no tocante à medida socioeducativa de internação que é aplicada aos menores infratores no interior

de centro educativo, sendo que para isso será imprescindível entrevistas com menores infratores para que o mesmo, caso queira, responda a algumas perguntas, relevantes para o trabalho quanto à medida de internação que lhe esta sendo aplicada, conhecer com detalhes pormenores o centro educativo no qual encontra-se internado, forma de tratamento, atividades desenvolvidas, motivos pelo qual aquele menor introduziu-se no mundo do crime, perspectivas para sua vida futura após o período de internação ora aplicada. Para ficar melhor esclarecido, segue abaixo um guião de perguntas que possivelmente será feito aos menores:

- 1- Identificação (no caso, fictícia para trabalho)
- 2- Escolaridade?
- 3- Tempo de permanência naquele centro?
- 4- Opinião do menor em relação ao centro onde encontra-se?
- 5- Atividades desenvolvidas?
- 6- Motivo pelo qual lhe foi aplicada medida socioeducativa de internação?
- 7- O que é a criminalidade? Opinião
- 8- Há quanto tempo encontra-se no mundo do crime?
- 9- Estrutura familiar? Como é composta?
- 10- Por qual motivo inseriu-se no mundo do crime?
- 11- O que pensa a respeito de adolescente que pratica esse tipo de ato infracional?
- 12- A partir de quando sentiu necessidade de introduzir-se na criminalidade?
- 13- Qual a opinião em relação à medida de internação? Considera importante? Útil?
- 14- Caso negativo, qual o motivo?
- 15- A medida de internação que está em cumprimento está sendo satisfatória para ajudá-lo a retirar-se do mundo do crime?
- 16- Houve alteração de comportamento/ opinião a partir do momento que lhe foi aplicada a medida de internação?

17- Qual a perspectiva futura de vida após cumprir a medida de internação?

Entretanto, caso seja possível e autorizado, será importante também, à título de ilustração e visualização, a retirada de fotos/ imagens do local, ou seja, da estrutura física do centro educativo, onde os menores cumprem a medida socioeducativa referenciada.

Em síntese, o único objetivo desse estudo/ pesquisa a ser realizado no interior do centro educativo, é poder fazer um estudo comparado da medida de internação aplicada a menores infratores, no âmbito da legislação portuguesa e brasileira, e como mencionado anteriormente, que para o trabalho que está em andamento, já foi realizada a pesquisa em centro educativo no Brasil, que teve como referência o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, na cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais- Brasil.

Desde já, aguardo prezadas notícias da solicitação que aqui é feita.

Cordiais cumprimentos.

Ana Paula Barbosa Severino

Mestranda em Direito Judiciário- Universidade do Minho- Braga- Portugal

Resposta da solicitação para pesquisa a ser realizada no Centro Educativo de Santa Clara

Boa tarde Dr.^a Ana Paula

Relativamente ao pedido de recolha de dados solicitado em Centro Educativo, não é oportuno nem exequível nesta altura.

O encerramento temporário do Centro Educativo de Santa Clara veio introduzir algumas alterações na rotina dos Centros e na sua composição, sendo desaconselhável a visita de pessoas para aplicação de inquéritos ou outro tipo de recolha de dados, que envolva o contacto com os jovens.

Por outro lado, o trabalho apresentado nos termos em que está, não se configura como pertinente para os nossos serviços, uma vez que deve haver sempre benefícios para ambas as partes e não meramente uma recolha de dados de interesse apenas para uma parte.

Pode sempre equacionar-se uma reformulação do trabalho e apontar-se para uma apreciação futura, em termos de oportunidade, o que não parece viável dada a urgência posta, nos prazos que tem para finalizar o trabalho.

Somos de parecer que poderá procurar outro tipo de lares de acolhimento, privados ou da segurança social, e que estejam mais recetivos nesta altura, a fim de poder cumprir os seus prazos.

A DGRSP, na atual fase e nesta altura do ano (férias e acolhimento de outros jovens provenientes do Centro Educativo de Santa Clara) não poderá comprometer-se, nos termos em que o costuma fazer, com esta recolha de dados.

Com os melhores cumprimentos

M. Rosário Amaral

Centros educativos já não têm vagas para acolher mais jovens condenados

Julho 31, 2014 às 6:00 pm | Na categoria [A criança na comunicação social](#) | [Deixe o seu comentário](#)
Etiquetas: [Centros Educativos](#), [Delinquência Juvenil](#), [Jovens Internados](#) [Centros Educativos](#), [Portugal](#)

Notícia do *Público* de 31 de julho de 2014.



Em menos de um ano, a Casa Qui recebeu nove pedidos de ajuda de jovens a precisar de acolhimento NUNO FERRERA SANTOS

Pedro Sales Dias

Sistema só irá aceitar casos urgentes de jovens que fiquem sob medida cautelar de internamento até julgamento. Fecho do centro de Vila do Conde eliminou 48 vagas. Jovens começaram a ser transferidos para Lisboa.

Não entram nos centros educativos mais menores que venham a ser condenados nos próximos meses por envolvimento em crimes. Não há vagas. Qualquer jovem que seja condenado terá de aguardar em casa. Esta é a ordem interna que impera, por ora, no sistema que acolhe jovens entre os 13 e os 21 anos, apurou o PÚBLICO junto de fontes próximas do serviço tutelar educativo. Os centros estão a rebentar pelas costuras e no imediato não existem medidas para solucionar a situação.

Apenas os casos urgentes de jovens que venham a ser detidos e colocados sob medidas cautelares educativas (o equivalente à prisão preventiva no caso dos

adultos) até ao início do julgamento serão excepção. O Ministério da Justiça (MJ) declarou na quarta-feira ao PÚBLICO que, actualmente, existem 235 menores internados para 241 vagas. O relatório de Junho da Direcção-Geral da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social (DGRSP), contudo, indicava existirem 251 jovens internados para uma lotação de 233. Além disso, o centro encerrado, o Santa Clara, em Vila do Conde, representava 48 dessas vagas.

O ministério não esclareceu, atempadamente, esta aparente contradição. Antes já tinha afirmado que a sobrelotação é “uma questão que não se coloca”. Além de não ter subtraído as vagas do Santa Clara, em Vila do Conde, que acaba de fechar, não teve em conta mais dez jovens que estão fugidos. Esses jovens foram autorizados a sair por alguns dias, mas nunca mais voltaram. Embora o seu paradeiro seja incerto, o seu lugar não ficou vago. As estatísticas reais são, por isso, mais demonstrativas do estrangulamento.

Não é só a sobrelotação. O défice de técnicos profissionais de reinserção social também contribui para a incapacidade de acolher mais jovens. Faltam 28. O Ministério das Finanças já autorizou o lançamento do concurso, mas ainda não se iniciaram os procedimentos para a sua abertura.

A União de Meridianos Portugal (UMP), que era responsável pela gestão do centro educativo de Vila do Conde, a quem o Estado deve dinheiro, comunicou recentemente ao MJ que iria suspender a sua actividade. O MJ diz que pagou entretanto 960 mil euros liquidando uma dívida de 2013, mas a UMP está a trabalhar desde Janeiro sem receber mensalidades do serviço. O ajuste directo para 2014 era cerca de um milhão de euros, mas o Tribunal de Contas chumbou o contrato. O arrastar do processo no tribunal, com recurso, não tem permitido o pagamento. A União de Meridianos não prestou esclarecimentos.

O MJ estará a ponderar a abertura de um concurso público de adjudicação da concessão daquele centro, mas o procedimento, a ser aprovado, irá também prolongar-se por vários meses. Até lá, o equipamento permanecerá fechado e os seus responsáveis já começaram a transferir os menores que estavam a seu cargo.

Treze raparigas foram ontem transferidas para o Centro Educativo da Bela Vista, em Lisboa. Aquele centro, antes apenas para rapazes, tem três unidades residenciais. Foi alvo de obras recentes que permitiram a abertura de mais vagas. Os menores que

estavam em três unidades foram concentrados em duas para que na outra fossem colocadas as raparigas de Vila do Conde.

As menores souberam ontem que iriam ser transferidas. No centro, as raparigas ficaram irritadas com a decisão. Duas delas, grávidas, envolveram-se em agressões, garantiram fontes do centro e da polícia. Durante longos minutos, os técnicos tentaram acalmar as menores que seguiram para Lisboa num autocarro da DGRSP escoltado por agentes da PSP. Os 20 rapazes que ainda ficaram serão transferidos hoje.

O MJ sublinhou, contudo, que “as transferências, efectuadas num período de paragem das actividades formativas e em que muitos jovens também beneficiam de férias com as suas famílias, permitirão o desenvolvimento de adaptação progressiva aos centros educativos em que irão cumprir o remanescente das medidas”. A decisão, que acautela, diz o MJ, “os superiores interesses dos jovens”, permitirá que fiquem mais perto da zona de “onde são oriundos”.

A situação afecta ainda os 36 funcionários do centro de Vila do Conde. O despedimento colectivo foi comunicado na semana passada. Na carta de despedimentos, a UMP justifica-se com o incumprimento contratual da “administração pública”. A entidade, que face a isso decidiu suspender os serviços a partir de 2 de Agosto, diz que a dívida do Estado resultou na “impossibilidade de manter a gestão do centro educativo”.